



organizadoras
Lígia Gomes Elliot
Lúcia Regina Goulart Vilarinho

CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática





organizadoras
Lígia Gomes Elliot
Lúcia Regina Goulart Vilarinho

CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática



2 0 1 8





CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

Expediente



Copyright © Pimenta Cultural, alguns direitos reservados

Copyright do texto © 2018 os autores e as autoras

Copyright da edição © 2018 Pimenta Cultural

Esta obra é licenciada por uma *Licença Creative Commons: by-nc-nd*. Direitos para esta edição cedidos à Pimenta Cultural pelo autor para esta obra. Qualquer parte ou a totalidade do conteúdo desta publicação pode ser reproduzida ou compartilhada. O conteúdo publicado é de inteira responsabilidade do autor, não representando a posição oficial da Pimenta Cultural.

Comissão Editorial Científica

Alaim Souza Neto, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Alexandre Antonio Timbane, Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Brasil
Alexandre Silva Santos Filho, Universidade Federal do Pará, Brasil
Aline Corso, Faculdade Cenecista de Bento Gonçalves, Brasil
André Gobbo, Universidade Federal de Santa Catarina e Faculdade Avantis, Brasil
Andressa Wiebusch, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil
Andreza Regina Lopes da Silva, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Angela Maria Farah, Centro Universitário de União da Vitória, Brasil
Anísio Batista Pereira, Universidade Federal de Uberlândia, Brasil
Arthur Vianna Ferreira, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Beatriz Braga Bezerra, Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil
Bernadette Beber, Faculdade Avantis, Brasil
Bruna Carolina de Lima Siqueira dos Santos, Universidade do Vale do Itajaí, Brasil
Bruno Rafael Silva Nogueira Barbosa, Universidade Federal da Paraíba, Brasil
Cleonice de Fátima Martins, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil
Daniele Cristine Rodrigues, Universidade de São Paulo, Brasil
Dayse Sampaio Lopes Borges, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil
Delton Aparecido Felipe, Universidade Estadual do Paraná, Brasil
Dorama de Miranda Carvalho, Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil
Elena Maria Mallmann, Universidade Federal de Santa Maria, Brasil
Elisene Borges leal, Universidade Federal do Piauí, Brasil
Elizabeth de Paula Pacheco, Instituto Federal de Goiás, Brasil
Emanoel Cesar Pires Assis, Universidade Estadual do Maranhão, Brasil
Francisca de Assiz Carvalho, Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil
Gracy Cristina Astolpho Duarte, Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil
Handherson Leylton Costa Damasceno, Universidade Federal da Bahia, Brasil
Heloisa Candello, IBM Research Brazil, IBM BRASIL, Brasil
Inara Antunes Vieira Willerding, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Jacqueline de Castro Rimá, Universidade Federal da Paraíba, Brasil
Jeane Carla Oliveira de Melo, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, Brasil

CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

Expediente

Jerônimo Becker Flores, Pontifício Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil
Joelson Alves Onofre, Universidade Estadual de Feira de Santana, Brasil
Joselia Maria Neves, Portugal, Instituto Politécnico de Leiria, Portugal
Júlia Carolina da Costa Santos, Universidade Estadual do Maro Grosso do Sul, Brasil
Juliana da Silva Paiva, Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba, Brasil
Kamil Giglio, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Laionel Vieira da Silva, Universidade Federal da Paraíba, Brasil
Lidia Oliveira, Universidade de Aveiro, Portugal
Ligia Stella Baptista Correia, Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil
Luan Gomes dos Santos de Oliveira, Universidade Federal de Campina Grande, Brasil
Lucas Rodrigues Lopes, Faculdade de Tecnologia de Mogi Mirim, Brasil
Luciene Correia Santos de Oliveira Luz, Universidade Federal de Goiás; Instituto Federal de Goiás., Brasil
Lucimara Rett, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Marcio Bernardino Sirino, Universidade Castelo Branco, Brasil
Marcio Duarte, Faculdades FACCAT, Brasil
Marcos dos Reis Batista, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Brasil
Maria Edith Maroca de Avelar Rivelli de Oliveira, Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil
Maribel Santos Miranda-Pinto, Instituto de Educação da Universidade do Minho, Portugal
Marília Matos Gonçalves, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Marina A. E. Negri, Universidade de São Paulo, Brasil
Marta Cristina Goulart Braga, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Michele Marcelo Silva Bortolai, Universidade de São Paulo, Brasil
Midierson Maia, Universidade de São Paulo, Brasil
Patrícia Bieging, Universidade de São Paulo, Brasil
Patrícia Flavia Mota, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Patrícia Mara de Carvalho Costa Leite, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
Patrícia Oliveira, Universidade de Aveiro, Portugal
Ramofly Ramofly Bicalho, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil
Rarielle Rodrigues Lima, Universidade Federal do Maranhão, Brasil
Raul Inácio Busarello, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Ricardo Luiz de Bittencourt, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Brasil
Rita Oliveira, Universidade de Aveiro, Portugal
Rosane de Fatima Antunes Obregon, Universidade Federal do Maranhão, Brasil
Samuel Pompeo, Universidade Estadual Paulista, Brasil
Tadeu João Ribeiro Baptista, Universidade Federal de Goiás, Brasil
Tarcísio Vanzin, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Thais Karina Souza do Nascimento, Universidade Federal Do Pará, Brasil
Thiago Barbosa Soares, Instituto Federal Fluminense, Brasil
Valdemar Valente Júnior, Universidade Castelo Branco, Brasil
Vania Ribas Ulbricht, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Wellton da Silva de Fátima, Universidade Federal Fluminense, Brasil
Wilder Kleber Fernandes de Santana, Universidade Federal da Paraíba, Brasil

CONS
TRU E VALIDAÇÃO
ÇÃO DE INSTRUMENTOS
DE AVALIAÇÃO
da teoria à exemplificação prática

Expediente

Direção Editorial	Patricia Biegging Raul Inácio Busarello
Diretor de sistemas	Marcelo Eyng
Capa e Projeto Gráfico	Chama7 Camila Clemente Raul Inácio Busarello
Imagens da capa	Designed by starline / Freepik
Editora Executiva	Patricia Biegging
Revisão	Autores(as) e Organizadoras
Organizadoras	Ligia Gomes Elliot Lúcia Regina Goulart Vilarinho

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C758 Construção e validação de instrumentos de avaliação: da teoria à exemplificação prática. Ligia Gomes Elliot, Lúcia Regina Goulart Vilarinho - organizadoras. São Paulo: Pimenta Cultural, 2018. 238p..

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-85-66832-97-6 (eBook PDF)

978-85-66832-98-3 (Brochura)

1. Avaliação. 2. Instrumento. 3. Validação.
4. Procedimentos. I. Elliot, Ligia Gomes. II. Vilarinho, Lúcia Regina Goulart. III. Título.

CDU: 303

CDD: 300

DOI: 10.31560/pimentacultural/2018.983

Apoio:



PIMENTA CULTURAL
São Paulo - SP
Telefone: +55 (11) 96766-2200
livro@pimentacultural.com
www.pimentacultural.com



2018



CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

SUMÁRIO

Apresentação7
Ligia Gomes Elliot

Capítulo 1
Validade e confiabilidade
em estudos avaliativos:
uma revisão teórica.....10
Lúcia Regina Goulart Vilarinho

Capítulo 2
Instrumento de enfermagem empregado
no pós-transplante de medula óssea:
procedimentos de atualização30
Renata Melo Nascimento e Andreia Ferreira de Oliveira

Capítulo 3
Lista de verificação para avaliar
ambiente e cuidado seguro em hospitais:
atualização e validação60
Ana Paula D'Oliveira dos Santos e Glauco da Silva Aguiar

Capítulo 4
Instrumento de avaliação de
projetos sociais: construção e validação107
Luciane Pires da Silva e Ligia Gomes Elliot

Capítulo 5
A presença da África, do negro e dos
afrodescendentes no livro didático:
um instrumento de avaliação.....153
Lúcia Regina Goulart Vilarinho e Alexandre Ferreira de Oliveira





CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

Capítulo 6

Construção e validação do questionário
de avaliação de fluência tecnológica185
Margareth Braz Ramos e Lígia Silva Leite

Capítulo 7

Comentários à validação dos
instrumentos apresentados222
Lúcia Regina Goulart Vilarinho

Índice remissivo230

Sobre os autores e as autoras.....234





CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

Sumário

APRESENTAÇÃO

Ligia Gomes Elliot

Nas últimas décadas do século passado e nas primeiras do século XXI, a incessante busca pela qualidade nas várias atividades de produção e serviços voltados para a sociedade em geral tem sido monitorada e atestada por estudos, processos e práticas avaliativas. A versatilidade da avaliação em prover serviços a vários campos e disciplinas a torna transdisciplinar, ou seja, “uma disciplina-ferramenta como a lógica, o *design*, a estatística, que pode ser aplicada a uma diversidade de áreas de atividade humana, investigativa e criativa, ao mesmo tempo em que mantém a autonomia de uma disciplina independente”, como afirmara Scriven (1991, p.1) no início da década de 1990.

Essa diversidade de aplicações da avaliação a diferentes áreas do conhecimento vem acompanhada da necessária coleta de dados e evidências capazes de sustentar um julgamento de valor. O julgamento se baseia, assim, nos dados da realidade focalizada. Esta é a essência da avaliação – julgar o valor de um determinado objeto, aquilatar-lhe a qualidade ou suas características intrínsecas, no dizer de Scriven (1991). Para a efetivação desse papel, a avaliação se vale de instrumentos específicos, na quase totalidade dos casos especialmente construídos para cada estudo, cada avaliação.

Esse é o foco da obra que agora é divulgada a estudiosos e leitores interessados na área – disponibilizar diferentes instrumentos, com diferentes focos, e respectivos processos de elaboração e validação. Cada capítulo oferece uma visão completa de todo o processo de construção e validação do instrumento. Traz o motivo ou necessidade de criação do instrumento e seu objetivo,





CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

Apresentação

Sumário

detalha a metodologia utilizada nesse processo, com seus procedimentos específicos e pertinentes, e torna público o produto em sua versão final, além de dispor das referências que foram consultadas no desenvolvimento do processo. São fruto de dissertações produzidas no Mestrado Profissional em Avaliação, da Cesgranrio.

A consulta a estudos similares, de elaboração e validação de um instrumento de avaliação, ou de pesquisa, revela que os procedimentos recomendados pela literatura são recorrentes e adotados consistentemente por seus autores. Esses estudos trazem um pouco do 'mosaico da avaliação' ao incidirem sobre objetos variados.

Da mesma forma, os estudos que formam a amostra anunciada nesta publicação contribuem na composição desse mosaico, quer por seus objetos diferenciados, quer pelo processo de criação do instrumental avaliativo, detalhado em cada capítulo.

Na intenção de atender ao principal propósito do presente livro, os capítulos se alinham da seguinte forma: o primeiro se responsabiliza por reunir procedimentos de suporte à construção e validação de instrumentos, oferecendo modos de aumentar a credibilidade dos dados por eles coletados, ao mesmo tempo em que os qualificam para novas utilizações. São apresentados diversos autores e seus critérios de orientação ao processo de elaboração e validação do instrumental necessário a estudos avaliativos. Proporciona, ao leitor interessado, um conjunto de possibilidades confiáveis para serem utilizadas em situações de elaboração e validação de instrumentos de avaliação.

O segundo e terceiros capítulos se dedicam a apresentar processos de atualização e validação de instrumentos na área da saúde. Exemplificam a necessidade de instrumentos adequadamente elaborados para avaliar situações específicas que podem afetar os pacientes em ambientes hospitalares.



CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

Apresentação

Sumário

Por sua vez, o quarto capítulo focaliza a construção e validação de listas de verificação para a área de projetos sociais e ambientais. Neste caso, a necessidade de se avaliar o desenvolvimento dos projetos diz respeito tanto aos que deles se beneficiam, como garantia do seu atendimento, quanto à consideração de diretrizes legais e normativas relativas à segurança e adequação dos materiais e infraestrutura envolvidos nos projetos.

O quinto e o sexto capítulos, desta vez no campo educacional, trazem a elaboração de dois instrumentos voltados respectivamente para a inclusão de conteúdos pedagógicos específicos no livro didático e para a abordagem da educação a distância, via fluência tecnológica de estudantes usuários. Assim, enquanto o estudo apresentado no quinto capítulo traz a possibilidade da avaliação da inserção do negro e descendentes africanos em textos didáticos adotados em escolas públicas, o sexto coloca em pauta a utilização da tecnologia por graduandos em curso a distância. Duas situações diferenciadas e que demandam maior conhecimento do que acontece e é alcançado pelos usuários.

No último capítulo, uma síntese sobre os processos de construção e validação de cada instrumento apresentado, são traçados alguns paralelos a respeito dos estudos, consolidando as etapas indispensáveis ao processo de revisão e validação, ou de construção e validação, de instrumentos avaliativos. Os leitores podem encontrar, nos exemplos apresentados, uma referência ou inspiração para a construção de outros instrumentos ou, quem sabe, utilizar, em parte ou *in totum*, aqueles que aqui são analisados e disponibilizados.

REFERÊNCIA

SCRIVEN, Michael. *Evaluation Thesaurus*. Newbury Park, California: Sage, 1991.

DOI: 10.31560/pimentacultural/2018.983.7-9



1

Validade e confiabilidade em estudos avaliativos: uma revisão teórica

Lúcia Regina Goulart Vilarinho

DOI: 10.31560/pimentacultural/2018.983.10-29

CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

1 Validade e confiabilidade em estudos avaliativos

Sumário

validade teórica – quando usa procedimentos legítimos em termos de teoria.

Já a confiabilidade diz respeito à garantia de que outro pesquisador chegará a resultados semelhantes, quando realizar o mesmo estudo.

Para que um estudo tenha validade, é preciso aplicar os critérios de qualidade, a seguir expostos:

(a) *triangulação* – pode se realizar usando-se diversas fontes, compatibilizando o que elas dizem. Outra maneira seria colocar mais um pesquisador no estudo para garantir a objetividade dos dados coletados. Uma terceira situação seria usar mais de um método de estudo. Como quarta opção usar métodos qualitativo e quantitativo de forma complementar; e, por fim, usar duas ou mais teoria que reforcem os achados do estudo.

(b) *reflexividade* – refletir sobre o antes e o depois do processo de pesquisa, vendo-o como um instrumento de transformação de si e da realidade. O pesquisador aproveita a oportunidade para modificar-se, para se tornar uma pessoa diferente. A reflexividade é um critério que dá confiabilidade ao estudo.

(c) *construção do corpus da pesquisa* – trata-se de um critério que serve tanto para a validade quanto para a confiabilidade. Diz respeito à amostra ser representativa do universo e tem como “objetivo maximizar a variedade de representações desconhecidas” (PAIVA JÚNIOR; SOUZA LEÃO; MELLO, 2011, p. 199).

(d) *descrição clara, rica e detalhada* – nos métodos qualitativos esta questão é bastante importante. É fundamental

CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

1 Validade e confiabilidade em estudos avaliativos

Sumário

promover a compreensão do que está sendo tratado. É a descrição que dá as bases para se compreender o cotidiano do estudo (fenômenos, fatos, valores, atitudes)

(e) *surpresa como contribuição à teoria e ao senso comum* – quando se obtém as evidências de que os dados obtidos constituem, de fato, um fenômeno indutor de conflitos. São questões inusitadas que aparecem no estudo e precisam ser comentadas ou avaliadas. “O pesquisador necessita que os entrevistados lhe relatem suas experiências, suas compreensões, seus sentimentos e suas impressões” (PAIVA JÚNIOR; SOUZA LEÃO; MELLO, 2011, p. 201), para poder ter uma visão clara dos conflitos.

(f) *feedback dos informantes* – “trata-se de um critério de validade e corresponde à confrontação com fontes e obtenção de sua concordância ou consentimento, sendo chamado de critério de validação comunicativa dos participantes” (PAIVA JÚNIOR, SOUZA LEÃO; MELLO, 2011, p. 203). O importante, porém, é não dar voz absoluta aos informantes, deixando o pesquisador refém da situação.

Outro texto que discute validade e confiabilidade e pode oferecer subsídios ao entendimento deste assunto é o de Martins (2006). Para este autor, o primeiro passo quando se elabora um instrumento de medida é definir o que deve ser medido e como proceder.

A construção de qualquer instrumento exige a observância de muitos cuidados e o seu sucesso é obtido quando se consegue resultados merecedores de créditos para a solução do problema.

Apesar de existirem divergências, os autores são unânimes em identificar dois critérios fundamentais que vão garantir a qualidade (a credibilidade) do instrumento. São eles: a *confiabilidade* e a

CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

1 Validade e confiabilidade em estudos avaliativos

Sumário

validade. Para Martins (2006), nem todo instrumento de medida que apresenta confiabilidade possui validade; mas todo aquele que tem validade é visto como confiável (por exemplo: uma testemunha que fala sempre a mesma coisa, permite supor que sua fala é confiável, apesar de não ser válida).

A *confiabilidade* de um instrumento de medida refere-se ao grau em que sua repetida aplicação ao mesmo sujeito, ou objeto, produz resultados iguais. A confiabilidade refere-se à consistência ou estabilidade de uma medida. Um instrumento confiável produzirá os mesmos resultados em sucessivas aplicações sobre o mesmo sujeito ou objeto. Um instrumento confiável não flutua entre uma medição e outra (MARTINS, 2006).

A *validade* refere-se ao grau em que um instrumento realmente mede a variável que pretende medir. Um instrumento é válido na extensão em que mede aquilo que se propõe a medir. Assim, a validade de um instrumento depende de sua adequação ao que se quer medir. É, portanto, critério de significância de um instrumento de medida, envolvendo diferentes tipos de evidências.

Segundo o autor, a teoria identifica diferente tipos de validade, a saber:

(a) *validade aparente* – trata-se de um processo simples e subjetivo. Implica em refletir e determinar se o instrumento de medida parece válido. Neste tipo de validação utiliza-se um juiz ou grupo de juízes que examinam o instrumento e decidem se ele é válido. Na realidade, todo instrumento deveria passar por este tipo de validação.

(b) *validade de conteúdo* – refere-se ao grau em que o instrumento evidencia o domínio específico do conteúdo que se pretende medir. Responde à pergunta: o instrumento abarca o conteúdo pretendido? A validação deste aspecto só é

CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

1 Validade e confiabilidade em estudos avaliativos

Sumário

bem-feita quando se tem, previamente, a definição da área (conteúdo) a ser coberto.

(c) *validade de critério* – diz respeito à validade do instrumento quando comparada a algum critério externo. Trata-se do padrão que irá determinar a validade do instrumento. Quando o critério está fixado no presente tem-se a *validade convergente*; quando se projeta para o futuro – *validade preditiva*; quando se fixa na realidade prática – *validade empírica*; e, por fim, quando se trata de estabelecer distinções – *validade discriminante*.

(d) *validade de constructo* – utilizada quando existe uma forte relação com a teoria; responde à pergunta: em que medida a definição operacional (constructo) de um conceito reflete de fato seu verdadeiro significado teórico?

As questões apontadas por Martins (2006) diferem das relacionadas por Paiva Júnior, Souza Leão e Mello (2011) e sugerem como é complexo obter a validade de um instrumento de medida.

Basso Júnior et al. (2015) apresentam outra contribuição para garantir a validade e a confiabilidade dos instrumentos de pesquisas e de seus resultados. Eles discutem o método da triangulação como instrumento que pode garantir a cientificidade da pesquisa, seja ela quantitativa ou qualitativa. Esses autores falam que tem havido muitas discussões nas Ciências Sociais sobre o rigor e a exatidão de métodos, resultados e sua validade prática.

Embora o conceito de validade tenha surgido no âmbito dos procedimentos quantitativos, essa discussão deslocou-se para os métodos qualitativos, na medida em que se expandiram as pesquisas nessa metodologia. Assim, a finalidade da validade é “aprimorar a compreensão de uma variável medida, percebendo-se se ela corresponde de forma amoldada ao objetivo proposto” (BASSO JÚNIOR et al., 2015, p. 20).

CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

1 Validade e confiabilidade em estudos avaliativos

Sumário

A triangulação surgiu na década de 50 do século passado, em estudos de Psicologia, se popularizando nos anos 80 em outras áreas das Ciências Sociais. Para Denzin e Lincoln (2005) são elementos da triangulação: *fontes*, *métodos*, *investigadores* e *teorias*. As fontes dizem respeito a relatos, isto é, aos participantes com suas falas; os métodos referem-se aos dados coletados por diferentes abordagens, aí se incluindo a quantitativa e a qualitativa; os investigadores são observadores ou entrevistadores utilizados para verificar a existência de visões tendenciosas, preconceituosas, do próprio pesquisador principal; e as teorias implicam no uso de diversas abordagens para compreender os dados do estudo, determinando sua utilidade e possibilidade de ampliar a produção do conhecimento.

O objetivo fundamental da triangulação é “reduzir as incertezas de uma determinada pesquisa” [...], “trazendo uma maior certeza para as interpretações em que há discordâncias argumentadas e ajustadas entre os pesquisados e os pesquisadores” (BASSO JÚNIOR et al., 2015, p.21). É preciso, no entanto, lembrar que o uso da triangulação na coleta de dados exige tempo e recursos que viabilizem a execução desse processo. Trata-se de uma metodologia de complexa execução, o que pode trazer dificuldades práticas na sua execução.

De acordo com Guba (1981) são quatro os fatores que tornam as pesquisas qualitativas mais confiáveis: (a) credibilidade – trata-se da validade interna da pesquisa; (b) transferibilidade – refere-se à generalização ou validade externa da pesquisa; (c) confirmabilidade – preocupa-se com a objetividade da pesquisa; e (d) confiabilidade – quando a pesquisa apresenta coerência e informa com clareza todo o processo desenvolvido.

No caso da *credibilidade* (ou validade interna), a validade é uma relação entre o que se define e o que se mede; em outras

CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

1 Validade e confiabilidade em estudos avaliativos

Sumário

palavras, ela responde à pergunta: “a que nível uma medida encontrada é capaz de descrever, com rigor, o que se espera” (BASSO JÚNIOR et al., 2015, p. 22). Assim, a validade depende da compreensão do que deve ser medido. Trata-se, pois, da clareza das questões de pesquisa. Para Flick (2009), na área social, a pesquisa é legitimada quando o resultado das diferentes interpretações é debatido e ajustado entre o pesquisador e seus pesquisados. A credibilidade deve estar presente em todas as partes da pesquisa qualitativa: na coerência da base teórica escolhida; na escolha do tema, dos objetivos e dos métodos de pesquisa, na coleta dos dados, na lógica das interpretações, no conhecimento gerado, de modo que torne o estudo relevante.

Já a *transferibilidade* (ou validade externa) refere-se à possibilidade das conclusões de uma pesquisa poder ser aplicada em outras situações, o que significa dizer que os “resultados devem abranger o maior escopo possível da população” (BASSO JÚNIOR et al., 2015, p. 22). Assim, todas as informações devem ser apresentadas de forma clara, para garantir ao leitor a compreensão dos limites da pesquisa. Isto implica em: (a) identificar a quantidade de organizações que participam da pesquisa; (b) indicar as limitações dos dados do estudo; (c) descrever as pessoas envolvidas; (d) explicitar as técnicas de coleta de dados; e (e) falar da quantidade de tempo que envolve cada etapa da coleta de dados.

A confirmabilidade na *triangulação* refere-se a reduzir a interferência do pesquisador na indução dos resultados. Nesta direção é importante que “o pesquisador conheça e admita que as suas próprias convicções e predisposições podem influenciar no processo da pesquisa” (BASSO JÚNIOR et al., 2015, p. 22). Segundo esses autores, tal perspectiva ressalta o esforço de objetividade que o pesquisador faz ao longo de seu estudo “para assegurar que as considerações finais do estudo sejam os resultados das experiências e convicções dos informantes, e não os interesses do pesquisador” (p. 22).

CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

1 Validade e confiabilidade em estudos avaliativos

Sumário

Quanto à *confiabilidade* ressalta-se a clareza, a coerência e a comunicação das informações. A clareza revela o entendimento, a compreensão, do que está escrito; a coerência implica no uso adequado dos constructos teóricos à análise desenvolvida; e a comunicação significa que a pesquisa tem fundamento. A confiabilidade de uma pesquisa está no fato de que outro pesquisador poderá realizar uma pesquisa similar e que encontrará os mesmos resultados. Tomando como suporte Flick (2009), Basso Júnior et al. (2015) afirmam que a confiabilidade está relacionada aos seguintes elementos: (a) tomar notas de campo padronizadas; (b) fazer treinamento para a realização das entrevistas; (c) treinar os observadores; (d) repassar os roteiros de entrevista; (e) realizar treinamento para fazer as trocas reflexivas sobre as interpretações das informações; (f) planejar os métodos de codificação.

Como se pode observar, a triangulação é bastante complexa e leva tempo para se planejar e realizar o atendimento a todas essas etapas e elementos. Isto faz com que os pesquisadores adaptem seu método, suprimindo algumas etapas. Em outras palavras, pode-se encontrar triangulações que se remetam apenas a falas ou informações prestadas por três tipos de participantes; por exemplo: triangular as informações oferecidas em entrevistas por alunos, docentes e gestores, recolhendo o que é comum entre elas e o que representa um desvio, mas cabe ser considerada por sua singularidade efetiva.

Outro texto, tomado aqui como subsídio para a compreensão dos conceitos de validade e confiabilidade, é o artigo de Ullrich et al. (2012), no qual há uma reflexão teórica sobre a validade e a confiabilidade no âmbito de pesquisas qualitativas, buscando a 'reflexividade analítica'. Esses autores iniciam o texto discutindo as críticas que têm sido feitas à cientificidade das pesquisas qualitativas, tidas como "frágil e incertas" (p.20). Apoiados em Groulx (2008), Ullrich et al. (2012, p. 20), destacam que a "orientação em direção à prática

CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

1 Validade e confiabilidade em estudos avaliativos

Sumário

e à ação social pode introduzir um viés, ou perverter as regras científicas da pesquisa e transformar a pesquisa qualitativa em um discurso ideológico”. Em complemento a essa discussão, Ullrich et al. (2012, p. 20) tomam como referência Flick (2009) para redizer que “parece claro que a confiabilidade dos dados, calcada em procedimentos tradicionais, como estabilidade de dados e resultados em coletas repetidas, é inútil para avaliar dados qualitativos”.

Assim, os autores desenvolvem uma argumentação em torno da reformulação do conceito de confiabilidade, visando encontrar uma concepção mais procedimental, para “tornar a produção dos dados mais transparente”, verificando “o que ainda é uma declaração do entrevistado e o que já é uma interpretação do pesquisador” (ULLRICH et al, 2012, p. 20). Afirmam que a confiabilidade do processo de pesquisa está atrelada à sua documentação reflexiva, e deixam claro que tal processo depende de uma base ontológica e epistemológica que dê sustentação a este intuito. Para tanto, apoiados em Riege (2003), buscam compreender o processo de pesquisa, superando os debates crericistas e operacionais. Destacam, no final da Introdução de seu artigo, que a validade “tal como é entendida e utilizada em pesquisas quantitativas não pode ser extrapolada às qualitativas” (ULLRICH et al., 2012, p. 20) e que “um alto grau de confiabilidade e validade oferece não só a confiança nos dados recolhidos, mas, mais importante, a confiança na aplicação e utilização dos resultados (p. 20).

Em seguida a essa Introdução, os autores apresentam a segunda seção do artigo na qual falam da Orientação Filosófica que sustenta a definição dos critérios de confiabilidade e validade nas pesquisas qualitativas. Afirmam que este tipo de pesquisa, geralmente, é desenvolvido a partir de abordagens sociológicas ou antropológicas, tendo como objetivo entender e analisar padrões ou contradições sociais, dando relevância a processos e significados. Para tanto, é necessário que os pesquisadores sejam hábeis na

CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

1 Validade e confiabilidade em estudos avaliativos

Sumário

observação do mundo social e considerem as conceituações sobre a realidade, elaboradas pelos participantes do estudo. Em outras palavras, eles precisam articular uma ampla leitura do mundo.

Ullrich et al. (2012) explicitam cinco posturas atreladas às Orientações Filosóficas que distinguem pesquisa qualitativa de quantitativa:

- (a) o uso do paradigma positivista na pesquisa qualitativa se refere a procedimentos de observação e análise estatística (não serve para interpretar a realidade);
- (b) as pesquisas qualitativas utilizam a teoria crítica, o construcionismo, o pós-estruturalismo e pós-modernismo, desvelando questões emocionais, éticas, da práxis, da subjetividade, presentes em textos, diálogos, entre outros;
- (c) é fundamental considerar as perspectivas construídas pelos indivíduos ou coletivamente;
- (d) é importante considerar as limitações e as restrições do trabalho;
- (e) as descrições da realidade devem ser densas, ricas, detalhadas, para que se possa apreender detalhes do cotidiano que norteiam as relações sociais. Há uma ênfase na dinâmica sociohistórica.

Baseados em Denzin e Lincoln (2005), Ullrich et al. (2012) propõem três interconexões de atividades para caracterizar as pesquisas qualitativas em diferentes planos de análises; são elas: teórica, analítica e metódica, relacionadas à ontologia, epistemologia e metodologia, as quais dão sentido ao estudo e podem ser observadas no Quadro 1.



CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

1 Validade e confiabilidade em estudos avaliativos

Sumário

Quadro 1 – Processo de pesquisa qualitativa

Fase	Descrição	Atividades
1. Pesquisadores como sujeitos multiculturais	História e tradições de pesquisas; concepções do eu e do outro; ética e políticas de pesquisas.	Esta fase indica a complexidade e profundidade das pesquisas qualitativas, pois primeiramente caracteriza conflitos e diversidade do pesquisador e o estudo.
2. Paradigmas e perspectivas teóricas	Positivismo, pós-positivismo construtivismo, feminismo, modelos étnicos, modelos marxistas, estudos culturais.	Configurações básicas das crenças que orientam as ações das pesquisas.
3. Estratégias de pesquisas	Desenho do estudo, estudo de caso, etnografia e observações participantes, fenomenologia, etnometodologia, grounded theory, método biográfico, método histórico, pesquisa-ação e pesquisa participante, pesquisa clínica.	O design de pesquisa situa os pesquisadores empiricamente no mundo social, bem como as especificidades de conexões com locais, pessoas, instituições, onde as informações serão apropriadas para responder as questões de pesquisas.
4. Métodos de coleta e de análise de dados	Entrevistas, observações, artefatos, documentos, métodos visuais, métodos experienciais, data management, análises computacionais e análises textuais.	Formas de capturar, ler e organizar os dados coletados.
5. A arte de apresentação e interpretação	Critérios para adequação de julgamentos, interpretações, escrita como interpretação, análises políticas, tradições avaliativas, pesquisas aplicadas.	As interpretações são construídas e, como tal, envolvem re-criações de interpretações, do situacional relacional e textual na experiência de pesquisa.

Fonte: DENZIN; LINCOLN (2005).

Na terceira seção do artigo, os autores fazem uma discussão teórica sobre a confiabilidade em pesquisas qualitativas. Iniciam esta parte afirmando que os critérios de confiabilidade não têm



CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

1 Validade e confiabilidade em estudos avaliativos

Sumário

recebido a devida atenção, mas que a confiabilidade, assim como a validade depende de uma base teórica.

Apoiados em Goulart e Carvalho (2005), Ullrich et al. (2012, p. 22), assinalam que, “nas pesquisas de orientação qualitativa, os pressupostos ontológicos consideram a realidade subjetiva e múltipla, e epistemologicamente o pesquisador interage com objetos e sujeitos de pesquisa”. Assim é fundamental que todo processo de pesquisa seja documentado, caracterizando-se o contexto onde ele se dá, isto é, o tempo e o espaço onde ocorre a pesquisa.

A flexibilização é outra característica da pesquisa qualitativa, o que leva a flexibilizar, também, o método de estudo, capacitando o pesquisador para enfrentar a sua prática. Assim, pode-se dizer que:

se a confiabilidade nas pesquisas quantitativas se relaciona a sua replicação e generalização, nas pesquisas qualitativas, devido ao seu processo de contextualização e de flexibilização, se relaciona com a consistência das articulações teóricas, metodológicas e empíricas propostas pelo estudo. (ULLRICH et al., 2012, p. 22).

Em seguida, os autores falam da triangulação como uma estratégia para aumentar a confiabilidade das pesquisas qualitativas, aqui não considerada por já ter sido apresentada no resumo do artigo de Basso Júnior et al. (2016). Terminando esta seção, oferecem um Quadro com os critérios a serem observados de forma que seja garantida a confiabilidade das informações nas pesquisas qualitativas.



CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

1 Validade e confiabilidade em estudos avaliativos

Sumário

Quadro 2 – Critérios de confiabilidade em pesquisas qualitativas

Critério	Descrição e operacionalização do critério nas pesquisas qualitativas
Descrição detalhada	Descrição em profundidade das situações delimitadas. Descrição do recorte espaço temporal de realização do estudo, bem como evidenciar as categorias de análises em discussão.
Tempo de permanência no campo	Permanência a longo tempo no campo permitindo a captura das dinâmicas sociais de forma longitudinal e transversal.
Saturação teórica	Busca dos autores no sentido de centralizar as articulações teóricas.
Triangulação dos dados	Utilização de diferentes estratégias de coleta e de análise de dados.
Reprodução e avaliação das análises	Divulgação e avaliação das análises entre os pares.
Transparência	Descrição detalhada de todos os procedimentos utilizados na pesquisa empírica e na construção teórica.
Limitação da pesquisa	Exposição das limitações da pesquisa.
Coerência	Coerência entre os dados empíricos e a teoria que está sendo construída.
Exploração dos significados	Exploração dos significados e dos fenômenos relacionados ao campo onde o estudo é conduzido.
Reflexividade	Articulação das proposições de estudos à realidade social onde o mesmo é conduzido. Reconhecer as diversas possibilidades teóricas-empíricas de análise, e situar sociohistoricamente as escolhas realizadas pelo pesquisador.

Fonte: ULLRICH et al. (2012).

A questão da validade em pesquisas qualitativas é tratada na quarta seção do artigo. Ullrich et al. (2012, p. 25) falam que as definições de validade normalmente se remetem às pesquisas quantitativas para verificar “o grau em que o instrumento de medida realmente está medindo o que se propõe”.



CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

1 Validade e confiabilidade em estudos avaliativos

Sumário

Com base em Malhotra (2006), Ullrich et al. (2012, p. 25) apresentam três classificações: (a) validade de conteúdo, “que se refere à avaliação subjetiva dos itens e indicadores de uma escala ou instrumento, verificando, qualitativamente, se o conteúdo de tais é congruente à mensuração do que se propõem”; (b) “validade de critério, na qual se verifica o funcionamento das medidas em relação a outras variáveis denominadas critérios”; e (c) “validade de construto, que avalia o construto ou fenômeno que a escala ou instrumento está medindo”.

Para as pesquisas qualitativas, no entanto, Ullrich et al. (2012) reconhecem que não se aplica o conceito de validade usado na pesquisa quantitativa. Tomando alguns autores como referência (CHO; TRENT, 2006; WHITTEMORE; CHASE; MANDLE, 2001), afirmam que os princípios epistemológicos, ontológicos e os objetivos usados nas pesquisas qualitativas são diferentes, “o que torna inapropriado o uso de medida de validade” dos estudos quantitativos.

Assim, Ullrich et al. (2012, p. 26) indicam, com base em Cho e Trent (2006), dois enfoques para verificar a validade: enfoque transacional e enfoque transformacional. A validade transacional, definida como “um processo interativo entre o pesquisador, o pesquisado, e os dados coletados que auxilia ao alcance de um nível alto de certeza e consenso”, usa técnicas da revisitação “de sentimentos, experiências, valores ou crenças coletados e interpretados”. O objetivo desta validade é dar maior qualidade aos resultados do estudo.

Já a validade transformacional é definida como: “um processo progressivo, emancipatório, que ocorre por meio da mudança social, que é para ser alcançada através do empreendimento próprio do pesquisador” (CHO; TRENT, 2006, p. 321-322). A intenção desta validade é a transformação social do pesquisador e do pesquisado.



CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

1 Validade e confiabilidade em estudos avaliativos

Sumário

Em complemento, os autores apontam outros três tipos de validade: validade aparente (validade dos dados da observação); validade instrumental (validade que comprova se os dados recolhidos são similares à realidade); e validade teórica (quando o quadro teórico adotado corresponde às observações obtidas).

Ullrich et al. (2012), apoiados em Kvale (1995), entendem que a validade é fundamental em todas as etapas da pesquisa, desde a problematização até a construção dos resultados e conclusões.

Para finalizar o artigo, os autores apresentam um quadro de critérios a ser observado na validação da pesquisa qualitativa.

Quadro 3 –Critérios específicos de validade em pesquisas qualitativas

Critério	Pergunta
Credibilidade	Os resultados da pesquisa refletem a experiência dos participantes ou o contexto?
Autenticidade	A representação exhibe preocupação com as diferenças de vozes entre os participantes?
Crítica	O processo de pesquisa evidencia enfoques críticos?
Integridade	A pesquisa reflete recursivamente e repetitivamente sobre a validade do estudo?
Clareza	A pesquisa tem decisões metodológicas, interpretativas e vieses do pesquisador explícitos?
Vivacidade	As descrições densas são fiéis e retratadas com astúcia e clareza?
Criatividade	O estudo tem uma maneira criativa de organizar, apresentar e analisar os dados?
Profundidade	Os resultados abordam de forma integral e saturada as questões do trabalho?
Congruência	O processo de pesquisa e os achados são congruentes? Os assuntos se ajustam entre si? Os resultados se ajustam ao contexto?
Sensitividade	A investigação foi sensível a cultura, aos contextos sociais e a natureza humana?

Fonte: WHITTEMORE; CHASE; MANDLE (2001).



CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

1 Validade e confiabilidade em estudos avaliativos

Sumário

Ullrich et al. (2012), o texto se projetou para os estudos qualitativos. O método da triangulação, abordado em Basso Júnior et al. (2015), se destina a ambos os tipos de estudo.

Esses estudos refletem a preocupação com os estudos qualitativos, ainda criticados por dificuldades em suas bases científicas.

REFERÊNCIAS

BASSO JÚNIOR, Ademor Fábio et al. Triangulação: uma ferramenta de validade e confiabilidade. *Sinergia Revista do Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis (ICEAC)*. Rio Grande, RGS, v. 20, n. 1, p. 19-28, 2016.

CHO, J.; TRENT, A. Validity in qualitative research revisited. *Qualitative Research*, v. 6, n. 3, aug. 2006. p. 319-340.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. *Handbook of Qualitative Research*. Thousand Oaks: Sage, 2005.

FLICK, U. *Qualidade na Pesquisa Qualitativa*. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GOULART, S.; CARVALHO, C. A. O pesquisador e o design da pesquisa qualitativa em Administração. In: VIERIA, M. M. F.; ZOUAIN, D. M. *Pesquisa qualitativa em Administração: teoria e prática*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

GUBA, Egon. Criteria for Assessing the Trustworthiness of Naturalistic Inquiries. *Educational Technology Research and Development*, v. 29, n. 2, 75-91, 1981.

KVALE, S. The Social Construction of Validity. *Qualitative Inquiry*, v.1, n. 1, mar. 1995. p. 19-40.

MALHOTRA, N. K. *Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada*. 4.ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

MARTINS, Gilberto de Andrade. Sobre confiabilidade e validade. *Revista Brasileira de Gestão e Negócios*, São Paulo, v. 8, n. 20, jan./abr., 2006. p. 1-12.

PAIVA JÚNIOR, Fernando Gomes de; SOUZA LEÃO, André Luiz Maranhão de; MELLO, Sérgio Carvalho Benício de. Validade e confiabilidade na pesquisa qualitativa em administração. *Revista de Ciência de Administração*, v.13. n. 31, 2011, p.190-209.

CONS
TRU E VALIDAÇÃO
ÇÃO DE INSTRUMENTOS
DE AVALIAÇÃO
da teoria à exemplificação prática

1 Validade e
confiabilidade
em estudos
avaliativos

Sumário

RIEGE, A. M. Validity and reliability tests in case study research: a literature review with 'hands-on' applications for each research phase. *Qualitative Market Research*, v.6, n.2, 2003. p.75-86.

ULLRICH, Danielle Regina et al. Reflexões teóricas sobre confiabilidade e validade em pesquisas qualitativas: em direção à reflexividade analítica. *Análise. Revista de Administração da PUCRS*. Porto Alegre, v. 23, n. 1, jan./abr. 2012. p. 19-30.

WHITTEMORE, R.; CHASE, S. K.; MANDLE, C. L. Validity in qualitative research. *Qualitative Health Research*, v. 11, n. 4, jul. 2001. p. 522-537.



2

Instrumento de enfermagem empregado no pós-transplante de medula óssea: procedimentos de atualização

Renata Melo Nascimento

Andreia Ferreira de Oliveira

DOI: 10.31560/pimentacultural/2018.983.30-59

CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

2 Instrumento de enfermagem empregado no pós-transplante de medula óssea

Sumário

MOTIVO DA ATUALIZAÇÃO DO INSTRUMENTO

O transplante de células-tronco hematopoiéticas é um processo complexo e requer assistência de enfermagem especializada. O papel do enfermeiro neste cenário é fundamental: envolve responsabilidades no cuidado, incluindo apoio aos pacientes e familiares durante o transplante e na fase de recuperação. Além disso, este profissional é responsável pelo monitoramento das condições vitais e realização de intervenções terapêuticas centradas nas necessidades dos pacientes e na busca por um atendimento global, competente e individualizado (BRASIL, 2005).

Os pacientes submetidos ao transplante de medula óssea (TMO) vivenciam problemas importantes desde o diagnóstico da doença até o início do tratamento, onde aparecem as complicações. Trata-se de terapia com impacto acentuado e radical na capacidade produtiva de organização do cotidiano dos transplantados e seus familiares (ASSOCIAÇÃO DA MEDULA ÓSSEA, 2014).

No entanto, com o desenvolvimento tecnológico e avanços obtidos na aplicação da terapêutica, têm se observado o aumento na sobrevida desses pacientes (BRASIL, 2012). Tal fato pode ser observado com o número crescente de trabalhos voltados para a qualidade de vida (MASTROPIETRO et al., 2007; MASTROPIETRO et al., 2010a; MASTROPIETRO et al., 2010b; MASTROPIETRO et al., 2011) e autocuidado (SILVA, 2001), uma vez que as complicações afetam a saúde física, o estado psicológico, o nível de independência, as relações sociais e a vida ocupacional (ORLEY; KUYKEN 1994; MASTROPIETRO et al., 2011; ANDRADE et al., 2012; CONTEL et al., 2000). Considerando esse quadro, a literatura apresenta instrumentos específicos para a avaliação de pacientes transplantados (SILVA, 2001; MASTROPIETRO et al., 2007; MASTROPIETRO et al. 2010b).

CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

2 Instrumento de enfermagem empregado no pós-transplante de medula óssea

Sumário

O instrumento de *Consulta de Enfermagem Pós TMO* é utilizado pela equipe de enfermagem do setor ambulatorial de um hospital público federal, no município do Rio de Janeiro, especializado em Transplante de Células Tronco Hematopoiéticas. O uso desse instrumento visa o acompanhamento de pacientes e sua evolução, além de auxiliar o processo decisório quanto ao tratamento mais indicado a cada paciente. Assim, tem sido importante meio de comunicação entre as equipes multiprofissionais vinculadas ao centro especializado onde é empregado.

O instrumento é anexado ao prontuário do paciente e é utilizado pelo enfermeiro do ambulatório de transplante de medula óssea no primeiro dia após a alta hospitalar. A cada consulta, novo questionário é preenchido, com o objetivo de acompanhar a evolução do paciente.

Dado que tem sido empregado na rotina diária da equipe multiprofissional desde 2000, sem uma revisão do seu conteúdo, considerou-se que seria válida a proposta de sua atualização, por meio de um estudo avaliativo.

Esta atualização permitirá à equipe multiprofissional, principalmente a de enfermagem, gerar um diagnóstico mais preciso e individualizado de cada paciente, favorecendo a melhoria da qualidade no atendimento, possibilitando melhores práticas assistenciais e gerenciais.

PROCEDIMENTOS DE REVISÃO E VALIDAÇÃO

O primeiro passo na atualização do instrumento foi a construção de um quadro de critérios, que orientou a avaliação por especialistas quanto à análise de congruência entre critérios e questões. Para isso, buscou-se, na literatura, critérios relevantes a



CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

2 Instrumento de enfermagem empregado no pós-transplante de medula óssea

Sumário

serem considerados na construção dos itens (PASQUALI, 2002). Os critérios selecionados e sua decodificação, segundo o dicionário Michaelis (2014), foram os seguintes:

Atualidade – “Natureza do que é atual; [...] existe no momento em que falamos; presente”.

Precisão – “Qualidade daquilo que é exato; exatidão [...]”.

Suficiência – “Qualidade ou classificação do que é suficiente; aptidão, habilidade, capacidade [...]”.

Ordenação – “Colocar(-se), dispor(-se) em ordem; organizar(-se) [...]” .

Clareza – “Qualidade do que é claro ou inteligível [...]”.

Disposição – “Colocação por determinada ordem [...]”.

A partir dessa relação de critérios, foi elaborado um quadro inicial com as questões relacionadas aos itens do instrumento existente. O quadro foi apreciado por dois especialistas em avaliação, que atestaram a congruência dos critérios com as questões. As sugestões destes profissionais foram incorporadas e deram origem ao Quadro 1.

Quadro 1- Critérios e questões utilizados na análise de congruência critérios/questões

Critérios	Questões
Atualidade dos itens	Os itens e respectivas opções de resposta expressam conteúdos atuais?
Precisão terminológica	A terminologia empregada na construção dos itens e das opções de resposta é precisa?
Suficiência dos itens	O conjunto de itens do instrumento é suficiente para auxiliar no diagnóstico do paciente? O conjunto de itens do instrumento é suficiente para auxiliar na conduta terapêutica? As opções de resposta dos itens são suficientes para responder a cada um?





CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

2 Instrumento de enfermagem empregado no pós-transplante de medula óssea

Sumário

Ordenação dos itens	Os itens do instrumento de Consulta de Enfermagem Pós-TMO estão ordenados logicamente? As opções de resposta dos itens estão ordenadas em sequência lógica?
Disposição da informação (layout)	A disposição gráfica dos itens e das opções de resposta é agradável?
Clareza redacional	Os itens do instrumento de Consulta de Enfermagem Pós-TMO estão redigidos com simplicidade, clareza e objetividade?

Fonte: NASCIMENTO (2015).

Após esta análise, procedeu-se à construção de um instrumento, que foi submetido à apreciação de especialistas. Foram elaboradas uma apresentação e instruções gerais para orientar o preenchimento do instrumento *Consulta de Enfermagem Pós-TMO*, de forma que garanta a uniformidade no entendimento (NASCIMENTO, 2015).

A seguir, foram selecionados intencionalmente 14 especialistas para a avaliação do instrumento, sendo nove profissionais de saúde (seis enfermeiros e três médicos), três profissionais de avaliação e dois de comunicação (*design* gráfico). A escolha dos profissionais de saúde ocorreu para que os mesmos contribuíssem quanto à atualidade, suficiência, precisão, ordenação, disposição e clareza do instrumento. Os profissionais *designs* gráficos foram escolhidos para obtenção de melhorias relacionadas, principalmente, ao *layout* da informação do instrumento (produção gráfica). Já os profissionais da área de avaliação foram convidados a apreciar as características da disposição e clareza do instrumento. Todos os 14 especialistas convidados aceitaram participar do estudo e devolveram o instrumento preenchido.

Ao final do preenchimento do instrumento foi pedido aos especialistas que julgassem, de forma global, suas impressões relacionadas ao mesmo.





CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

2 Instrumento de enfermagem empregado no pós-transplante de medula óssea

Sumário

Os profissionais de saúde realizaram esta avaliação global do instrumento por meio do julgamento de um conjunto de cinco itens (questões fechadas), objetivando o conhecimento de sua opinião em relação à adequação e suficiência do instrumento. Para tanto, utilizaram uma escala tipo *Likert*, de cinco pontos: Discordo Totalmente (DT), Discordo Parcialmente (DP), Concordo Parcialmente (CP) e Concordo Totalmente (CT). Já os comunicadores/avaliadores julgaram, também de forma global, por meio de questão aberta, a ordenação dos itens, a clareza redacional e a disposição gráfico-visual do instrumento.

Para avaliação do nível de julgamento dos especialistas foram adotados os pontos de corte, considerando o número de especialistas por área (Quadro 2).

Quadro 2 – Nível de julgamento segundo área de especialidade

Área de Especialidade	Nível de julgamento		
	Alto	Médio	Baixo
Saúde	8 ou mais especialistas	5 a 7 especialistas	abaixo de 4 especialistas
Outros profissionais	4 ou mais especialistas	3 especialistas	abaixo de 2 especialistas
Total	12 ou mais especialistas	7 a 11 especialistas	abaixo de 7 especialistas

Fonte: NASCIMENTO (2015).

RESULTADOS

O julgamento dos especialistas em relação aos três blocos do instrumento *Consulta de Enfermagem Pós-TMO*: identificação do paciente, história atual e pregressa e avaliação geral, retrata a validação realizada, sendo resumido em tabelas. O último bloco foi subdividido em 9 sub-blocos.





CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

2 Instrumento de enfermagem empregado no pós-transplante de medula óssea

Sumário

especialistas não realizaram julgamento, tratando-se dos profissionais ligados à área de avaliação/comunicação, que optaram por não julgar aqueles itens. Isto ocorreu também no julgamento do terceiro bloco do instrumento. Por esse motivo, o total de especialistas nesses dois itens é menor do que 14.

Dentre as principais justificativas dadas pelos especialistas para a não conformidade do instrumento quanto aos itens avaliados neste bloco, destacam-se: “O uso de medicação e dieta devem ser apresentados de maneira mais clara”. “Deve-se mencionar haploidêntico em tipos de alogênico”. “Deve-se avaliar a troca de aférese “por sangue periférico mobilizado”.

O julgamento dos especialistas quanto ao bloco avaliação geral é mostrado pelas Tabelas 3 a 11.

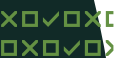
Tabela 3 – Julgamento dos especialistas sobre sinais vitais e medidas corporais

Itens	Sim		Não		Não se aplica	
	Saúde	Outros	Saúde	Outros	Saúde	Outros
Clareza	9	4	-	1	-	-
Precisão	9	4	-	-	-	1
Disposição	8	3	1	2	-	-

Fonte: NASCIMENTO (2015).

A maioria dos especialistas julgou o terceiro bloco, referente aos sinais vitais e medidas corporais, com alto nível de clareza e precisão. O item disposição obteve julgamento mediano. Dentre aqueles que julgaram negativamente os itens clareza e disposição, as principais justificativas levantadas foram: “A disposição pode ser melhorada”. “Deve-se incluir as unidades de medida para peso, altura e temperatura (Kg, Cm,°C)”. “Incluir o quinto sinal vital: dor”.





CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

2 Instrumento de enfermagem empregado no pós-transplante de medula óssea

Sumário



Tabela 4 – Julgamento dos especialistas sobre orientação e linguagem

Itens	Sim		Não		Não se aplica	
	Saúde	Outros	Saúde	Outros	Saúde	Outros
Clareza	9	4	-	1	-	-
Atualidade	9	-	-	2	-	2
Precisão	8	4	1	-	-	1
Ordenação	9	4	-	-	1	-
Suficiência	8	1	1	1	-	2
Disposição	7	3	2	2	-	-

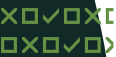
Fonte: NASCIMENTO (2015).

Na Tabela 4 constata-se que todos os itens sobre orientação e linguagem obtiveram um alto nível de julgamento na visão dos especialistas da área da saúde, com exceção do item disposição, que obteve um médio julgamento. Os outros itens também obtiveram um alto julgamento na visão dos demais especialistas, com exceção do item disposição (médio julgamento) e suficiência (baixo julgamento).

Verifica-se que, em todos os itens, pelo menos um especialista julgou negativamente este bloco (a exceção do item ordenação), sendo as principais justificativas relacionadas à falta de adequação da disposição das opções de resposta dos itens. Com relação aos itens atualidade, precisão, ordenação e suficiência, alguns especialistas (comunicação/avaliação e saúde) preferiram não emitir julgamento, assinalando a opção não se aplica.

Tabela 5 – Julgamento dos especialistas sobre mucosa conjuntival, oral e pele

Itens	Sim		Não		Não se aplica	
	Saúde	Outros	Saúde	Outros	Saúde	Outros
Clareza	9	4	-	1	-	-
Atualidade	9	2	-	-	-	2
Precisão	8	3	1	-	-	2



CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

2 Instrumento de enfermagem empregado no pós-transplante de medula óssea

Sumário

Ordenação	9	4	-	-	-	1
Suficiência	9	2	-	-	-	2
Disposição	8	2	1	3	-	-

Fonte: NASCIMENTO (2015).

Quanto ao julgamento dos itens relacionados ao bloco mucosa conjuntival, oral e pele, observa-se que todos os itens obtiveram alto nível de julgamento na visão dos especialistas da área da saúde. Quanto aos demais profissionais, apenas os itens clareza e ordenação obtiveram um alto nível de julgamento na visão destes especialistas.

Destaca-se, neste bloco que, no item disposição, 4 especialistas julgaram negativamente o instrumento *Consulta de Enfermagem Pós-TMO* neste quesito. As principais justificativas levantadas para o julgamento disseram respeito à melhoria da organização dos itens e respectivas opções de resposta.

Tabela 6 – Julgamento dos especialistas sobre cavidade oral

Itens	Sim		Não		Não se aplica	
	Saúde	Outros	Saúde	Outros	Saúde	Outros
Clareza	8	4	1	1	-	-
Atualidade	9	2	-	-	-	2
Precisão	8	3	1	-	-	2
Ordenação	9	4	-	-	-	1
Suficiência	8	2	1	-	-	2
Disposição	7	3	2	2	-	-

Fonte: NASCIMENTO (2015).

Observa-se que a quase totalidade dos especialistas da área da saúde concordou em relação à clareza, atualidade, precisão, ordenação e suficiência das informações contidas no bloco relacionado à cavidade oral (alto nível de julgamento), exceto o item





CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

2 Instrumento de enfermagem empregado no pós-transplante de medula óssea

Sumário

disposição (médio nível de julgamento). Apenas os itens clareza e ordenação receberam alto nível de julgamento na visão dos demais profissionais.

Destaca-se que 4 especialistas apontaram problemas relacionados ao item disposição. As principais justificativas para estes problemas estiveram relacionadas à disposição e organização dos itens e respectivas opções de resposta do instrumento. Alguns especialistas não julgaram os itens atualidade, precisão, ordenação e suficiência dos itens, já que são relacionados à área de comunicação/avaliação.

Tabela 7- Julgamento dos especialistas sobre rede venosa

Itens	Sim		Não		Não se aplica	
	Saúde	Outros	Saúde	Outros	Saúde	Outros
Clareza	9	4	-	1	-	-
Atualidade	9	2	-	-	-	2
Precisão	8	3	1	-	-	2
Ordenação	9	4	-	-	-	1
Suficiência	9	3	-	-	-	2
Disposição	8	3	1	2	-	-

Fonte: NASCIMENTO (2015)

Um alto nível de julgamento foi obtido para todos os itens deste bloco, com relação às respostas dos profissionais de saúde. O mesmo não aconteceu com os demais profissionais, onde somente os itens clareza e ordenação obtiveram este nível julgamento. Verifica-se que cinco especialistas mencionaram problemas relacionados à clareza, precisão e disposição neste bloco. Dentre as justificativas levantadas, apontaram que os termos “acesso venoso periférico”, “cateter”, “data/local” e “data da última manutenção” deveriam ter melhor disposição para facilitar a clareza do instrumento. Também sugeriram a definição por extenso dos termos MSD/MSE. No item cateter, apontaram a necessidade de maior





CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

2 Instrumento de enfermagem empregado no pós-transplante de medula óssea

Sumário

detalhamento das opções de resposta, dado ser processo extremamente delicado, fonte de infecções.

Tabela 8- Julgamento dos especialistas sobre órgãos dos sentidos, dor, ausculta pulmonar e padrão do sono

Itens	Sim		Não		Não se aplica	
	Saúde	Outros	Saúde	Outros	Saúde	Outros
Clareza	7	3	2	2	-	-
Atualidade	9	1	-	-	-	3
Precisão	8	2	1	1	-	2
Ordenação	9	3	-	1	-	1
Suficiência	8	1	1	-	-	3
Disposição	8	1	1	4	-	-

Fonte: NASCIMENTO (2015).

Neste bloco observa-se que todos os itens receberam alto nível de julgamento pelos especialistas da área da saúde, a exceção do item clareza, que obteve médio nível de julgamento. Na visão dos demais profissionais, somente os itens clareza e ordenação obtiveram um nível médio de julgamento. Quanto aos especialistas que apontaram problemas relacionados à clareza, precisão, ordenação, suficiência e disposição do bloco, as principais justificativas levantadas foram relacionadas a: “Melhoria da disposição e organização das opções de resposta”; “Clareza da opção de resposta do item “aspecto da tosse”; “Acréscimo da opção de resposta “diminuída” para o item “ausculta pulmonar”; “Falta de clareza quanto à definição das questões auto referidas pelo paciente e aquelas provenientes de exame físico propriamente dito; “Acréscimo das opções “ressecamento” e “roncos/estertores” nos itens “nariz” e “ausculta pulmonar”, respectivamente; “Inclusão da opção de resposta “alterada” no item “tátil”.





CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

2 Instrumento de enfermagem empregado no pós-transplante de medula óssea

Sumário



Tabela 9 - Julgamento dos especialistas - motilidade e locomoção

Itens	Sim		Não		Não se aplica	
	Saúde	Outros	Saúde	Outros	Saúde	Outros
Clareza	8	3	1	2	-	-
Atualidade	9	1	-	-	-	3
Precisão	9	2	-	1	-	2
Ordenação	9	3	-	1	-	1
Suficiência	7	1	2	-	-	3
Disposição	8	1	1	4	-	-

Fonte: NASCIMENTO (2015).

Observa-se que o item suficiência foi o único, neste bloco, que obteve um nível de julgamento mediano pelos especialistas da área da saúde. Os itens clareza e ordenação também receberam um nível médio de julgamento ($n=3$) na visão dos demais profissionais relacionados as áreas de avaliação/comunicação.

No item disposição, cinco especialistas apontaram problemas neste bloco do instrumento. Dentre as principais justificativas levantadas pelos especialistas para a não adequação dos itens ao bloco destacam-se: “Problemas relacionados à disposição e organização dos itens e opções de resposta, suficiência do item órtese, clareza do que é auto referido/exame físico propriamente dito, inclusão da opção de resposta rubor no item MMII”.

Tabela 10 - Julgamento dos especialistas sobre eliminações

Itens	Sim		Não		Não se aplica	
	Saúde	Outros	Saúde	Outros	Saúde	Outros
Clareza	9	3	-	2	-	-
Atualidade	9	1	-	-	-	3
Precisão	9	2	-	1	-	2
Ordenação	9	3	-	1	-	1
Suficiência	7	1	2	-	-	3
Disposição	7	1	2	4	-	-

Fonte: NASCIMENTO (2015).



CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

2 Instrumento de enfermagem empregado no pós-transplante de medula óssea

Sumário

Neste bloco, os itens suficiência e disposição foram julgados medianamente por 7 especialistas da área da saúde. Todos os demais itens obtiveram um nível de julgamento alto dos especialistas (n=9). Destaca-se que o item disposição foi julgado negativamente por seis especialistas. As principais justificativas para a não adequação dos itens deste bloco referiram-se a problemas relacionados à disposição e organização dos itens/opções de resposta, suficiência do item intestinal (necessidade de inclusão da opção de resposta: duração da ausência da eliminação), inclusão da opção edema no item órgãos genitais.

Tabela 11 – Julgamento dos especialistas sobre estado emocional

Itens	Sim		Não		Não se aplica	
	Saúde	Outros	Saúde	Outros	Saúde	Outros
Clareza	8	5	1	-	-	-
Atualidade	9	1	-	-	-	3
Precisão	8	3	1	-	-	2
Ordenação	9	4	-	-	-	1
Suficiência	8	1	1	-	-	3
Disposição	9	5	-	-	-	-

Fonte: NASCIMENTO (2015).

Todos os especialistas da área de saúde avaliaram positivamente todos os itens do bloco estado emocional do paciente (alto nível de julgamento). O mesmo ocorreu com relação aos demais profissionais, a exceção da precisão, atualidade/suficiência, que obtiveram, respectivamente, médio e baixo níveis de julgamentos. Para um especialista, os itens clareza, precisão e suficiência apresentaram problemas.

A única justificativa apresentada pelos especialistas para não adequação foi em relação à avaliação do item imagem corporal, já que o instrumento não apresenta opções de resposta que permitam a sua verificação, devendo-se, na opinião dos especialistas, ser excluído.





CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

2 Instrumento de enfermagem empregado no pós-transplante de medula óssea

Sumário

linguagem, julgados com elevada precisão. A ordenação do instrumento foi julgada elevada por todos os profissionais envolvidos na avaliação. Quanto à suficiência, verificou-se que a mesma foi considerada mediana pelos profissionais envolvidos. Já o último item, disposição, foi julgado como elevado pelos profissionais envolvidos nos blocos identificação do paciente, história atual e pregressa, rede venosa e estado emocional. Os demais blocos, neste quesito, receberam julgamento mediano.

A Tabela 13 apresenta os resultados referentes à avaliação global do instrumento pelos profissionais de saúde (n=9). O objetivo foi conhecer a opinião dos mesmos com relação à adequação e suficiência do instrumento.

Tabela 13 - Julgamento dos especialistas sobre o bloco avaliação geral do instrumento *Consulta de Enfermagem Pós-TMO*

Itens	DT	DP	CP	CT
O instrumento é adequado para o fim a que se destina, isto é, para facilitar as ações da Enfermagem relacionadas ao acompanhamento de pacientes pós-transplantados.	-	-	-	9
O instrumento é capaz de fornecer informações que favoreçam decisões sobre o diagnóstico do paciente.	-	-	-	9
O instrumento é capaz de fornecer informações que favoreçam decisões sobre a conduta terapêutica do paciente.	-	-	-	9
O conjunto de itens do instrumento é suficiente para auxiliar no diagnóstico do paciente.	-	-	2	7
O conjunto de itens do instrumento é suficiente para auxiliar na conduta terapêutica.	-	-	2	7

Legenda:
DT- Discordo Totalmente; DP- Discordo Parcialmente; CP- Concordo Parcialmente; CT- Concordo Totalmente.
Fonte: NASCIMENTO (2015).

Observa-se que a totalidade dos especialistas concordou totalmente com relação à adequação do instrumento *Consulta de*



CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

2 Instrumento de enfermagem empregado no pós-transplante de medula óssea

Sumário

Enfermagem Pós-TMO sobre a sua facilidade para acompanhamento dos pacientes e fornecimento de informações que favorecem o diagnóstico e conduta terapêutica do paciente. A quase totalidade dos especialistas (7 dos 9) também concordou com relação à suficiência do instrumento para auxiliar o diagnóstico e conduta terapêutica dos pacientes.

No espaço destinado a comentários adicionais apenas dois especialistas realizaram observações:

“Acredito que a área para avaliação do estado emocional pudesse ter mais itens para avaliação visto que poderá interferir na continuidade do tratamento”;

“O instrumento é completo e minucioso. Adequado à proposta de nortear a consulta de enfermagem pós TMO”.

Foi solicitado que os profissionais de avaliação, de Letras e Comunicação (N=5), também realizassem observações gerais em relação à ordenação dos itens, clareza redacional e disposição gráfico-visual do instrumento *Consulta de Enfermagem Pós-TMO*. Apenas um especialista acrescentou o seguinte comentário:

Algumas partes do referido instrumento precisam ser atualizadas em sua diagramação. Existe uma série de recursos de diagramação disponíveis que podem ser aplicados ao instrumento. Acredito que o resultado ofereceria uma melhor solução para as informações, seu preenchimento e posterior leitura.

O Quadro 3 apresenta um resumo dos julgamentos realizados pelos especialistas, assim como os resultados obtidos para a atualização do instrumento *Consulta de Enfermagem Pós TMO*.



CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

2 Instrumento de enfermagem empregado no pós-transplante de medula óssea

Sumário

Quadro 3- Resumo dos julgamentos e resultados provenientes do estudo avaliativo

Bloco/Item	Julgamento	Resultado
1.1	Termo procedência: não é caracterizado a que este termo se refere: se a procedência institucional, domiciliar, de um estado, município, cidade, hospital ou enfermaria.	Inclusão de outras opções de resposta para este item.
2.1	Medicação e dieta: devem ser apresentados de maneira mais clara.	Modificação do texto e opções de resposta.
	Tipos de transplante: No item alogeneico deve-se acrescentar o termo haploidêntico.	Inclusão do termo solicitado.
	Tipos de CTH: Deve-se substituir aférese por sangue periférico mobilizado.	Substituição do termo solicitado.
3.1	Unidades de medida deveriam já ser apresentadas nos itens como temperatura, estatura e peso (°C, Cm, Kg).	Inclusão dos itens solicitados
	Inclusão do 5º sinal vital: dor	Inclusão da Escala Visual Analógica (EVA) para dor¹.
	Melhoria da disposição das informações	Modificações realizadas.
3.2	O termo desorientação pode ser em relação ao tempo ou espaço.	Os termos orientação e desorientação foram incluídos dentro do novo item criado: aferição psíquica².
	Melhoria da disposição e organização das informações	Os itens relacionados à "linguagem" foram posicionados após o item "mucosa oral".
		Modificações realizadas.
3.3	Melhoria da disposição e organização das informações	Modificações realizadas.
	Para a autora, os itens deste bloco deveriam ter nova disposição, de acordo com roteiro do exame físico dos pacientes (céfalo-longitudinal)	Modificações realizadas.





CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

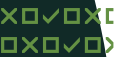
2 Instrumento de enfermagem empregado no pós-transplante de medula óssea

Sumário

3.4	Melhoria da disposição e organização das informações.	Modificações realizadas.
	Exclusão dos itens dor	Exclusão
3.5	Melhoria da disposição das informações	Modificações realizadas.
	Decodificação das siglas empregadas	Inclusão das definições das siglas.
	Para a autora, dever-se-ia incluir o dispositivo PICC ³ (Cateter Central de Inserção Periférica) em "tipos de acesso venoso".	Inclusão do termo e respectivas opções de resposta.
	Para a autora, os itens deste bloco deveriam ter novo ordenamento.	Modificações realizadas
3.6	Melhoria da disposição e organização das informações	Modificações realizadas.
	Inserção dos termos "roncos e estertores" no item ausculta pulmonar.	Inclusão realizada.
	Inserção do termo "ressecamento" no item nariz.	Inclusão realizada.
	Para a autora, os itens deste bloco deveriam ter novo ordenamento.	Modificações realizadas
3.7	Inclusão de outros tipos de órteses	Inclusão realizada.
	Decodificação das siglas empregadas	Inclusão das definições das siglas
	O item fadiga deve ser informação referida pelo paciente	Inclusão de nota de rodapé para explicitação.
	Inclusão do termo "rubor" no item membros inferiores	Inclusão realizada.
	Melhoria da disposição e organização das informações	Modificações realizadas.

3. PICC, sigla em inglês que significa Peripherally Inserted Central Venous Catheter (Cateter Venoso Central de Inserção Periférica). Trata-se de cateter especial para infusão intravenosa.





CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

2 Instrumento de enfermagem empregado no pós-transplante de medula óssea

Sumário

	Para a autora, o termo “dor” deveria ser excluído como opção de resposta dos itens MMSS e MMIL.	Exclusão realizada.
	Para autora, a opção de resposta “acamado” deveria ser incluída para o item locomoção.	Inclusão realizada.
	Para autora, o item fadiga e suas opções de resposta deveriam ser excluídos.	Exclusão realizada.
3.8	Para autora, novas opções deveriam ser incluídas para alguns itens (funções intestinais - nº dias constipado, frequência de diarreia nas últimas 24h e aspecto; Órgãos genitais – íntegro)	Inclusão realizada
	Para autora, o termo dor deveria ser excluído da região anal, por já se apresentar na avaliação geral, primeiro item (EVA).	Exclusão realizada
	Melhoria da disposição e organização das informações	Modificações realizadas.
	Inserção da opção de resposta “edema” no item órgãos genitais.	Inclusão realizada
3.9	Exclusão do item “imagem corporal”	Exclusão realizada
	Para autora, as opções de resposta do item “geral” relacionavam-se a aferição psíquica, sendo as opções de resposta realocadas neste item do instrumento.	Modificações realizadas.

Fonte: NASCIMENTO (2015).

PRODUTO FINAL

Os especialistas consultados foram unânimes quanto à adequação do instrumento *Consulta de Enfermagem Pós-TMO* ao fim a que se destina, ou seja, julgaram que o mesmo é capaz de facilitar as ações de Enfermagem relacionadas ao acompanhamento de pacientes pós-transplantados, favorecendo as decisões sobre o diagnóstico e conduta terapêutica dos mesmos. No entanto, em



CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

2 Instrumento de enfermagem empregado no pós-transplante de medula óssea

Sumário

quase todos os blocos do instrumento, os especialistas julgaram a inadequação com relação ao item disposição da informação (*layout*), ressaltando que a organização e ordenação dos itens e respectivas opções de resposta não são agradáveis, necessitando de modificações.

Além das considerações levantadas pelos especialistas, a autora do estudo, profissional de enfermagem que utiliza, na prática, o instrumento objeto de avaliação, também realizou modificações no instrumento, visando sua melhoria e aprimoramento:

- mudanças na ordenação dos itens e opções de resposta do instrumento;
- construção de *caputs* dos itens que expressavam apenas as opções de resposta.

As sugestões registradas pelos profissionais validadores do instrumento, além de modificações propostas por Nascimento (2015), foram incorporadas na versão atualizada do instrumento *Consulta de Enfermagem Pós-TMO*.

RECOMENDAÇÕES

Recomendou-se a realização da pré-testagem do instrumento atualizado *Consulta de Enfermagem Pós-TMO* a uma amostra de profissionais da área da saúde pertencentes a outras unidades de transplante, visando à identificação de possíveis problemas na elaboração dos itens ou opções de resposta. O objetivo é contribuir para possíveis ajustes/modificações na redação, alteração do formato ou mesmo eliminação de itens/opções de resposta, de forma que permita a construção da versão final do referido instrumento.



CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

2 Instrumento de enfermagem empregado no pós-transplante de medula óssea

Sumário

INSTRUMENTO CONSULTA DE ENFERMAGEM PÓS-TMO ATUALIZADO



CONSULTA DE ENFERMAGEM PÓS-TMO

1 - Identificação:

Nome:	Matrícula:
Idade:	Procedência: () Residência () Outra instituição () Outros
Sexo: () F () M	
Data e Admissão no Ambulatório: ____/____/____	Data da TMO: ____/____/____
	Nº Dias pós TMO:

2 - História Atual e Pgressa:

Tipo de transplante:			
Autólogo: ()			
Alogeneico:	() Aparentado	() Não aparentado	() Haploidêntico
Singeneico: ()			
Tipos de CTH:	() Medula Óssea	() Cordão Umbilical	() Sangue Periférico Mobilizado

Data da alta hospitalar pós TMO: ____/____/____	Local: () Unidade clínica () Ambulatório () Outros:
Local onde realizou o TMO:	Observações:

Alergias:	() Sim	() Não	() Desconhece
	Caso positivo, quais?		

Alguma medicação em uso?	() Sim	() Não	() Desconhece
	Caso positivo, quais?		
Aceitabilidade:	() Total	() Parcial	() Nenhuma
Intolerância:	() Total	() Parcial	() Nenhuma

Aceitabilidade das dietas:	() Sim	() Não
Em caso negativo:	() Náuseas	() Vômitos
	Outros:	





CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

2 Instrumento de enfermagem empregado no pós-transplante de medula óssea

Sumário

Cavidade Oral	Língua:			
	☐ Integra	☐ Saburrosa	☐ Úlcera	☐ Fissura
	Dentição:			
	☐ Presente	☐ Ausente	Em caso de ausência:	☐ Total ☐ Parcial
	Prótese:			
	☐ Superior	☐ Inferior		
	Gengiva:			
	☐ Íntegra	☐ Sangramento	☐ Edema	
	Lábios:			
	☐ Íntegros	☐ Edema	☐ Lesões bolhosas	
☐ Lesões ulceradas	☐ Fissuras	☐ Sangramento		
Outras alterações:				

Mucosa oral:	☐ Normocorada	☐ Hipocorada	☐ Hidratada	☐ Desidratada
	☐ Sangramento	☐ Mucosite		
	☐ Outros:			

Linguagem:	☐ Alterada		☐ Não alterada	
	Em caso de alteração:			
	☐ Dislalia	☐ Disartria	☐ Disfonia	☐ Afasia

Paladar:	☐ Preservado		☐ Não Preservado	
	Em caso negativo:			
	☐ Ageusia	☐ Digeusia	☐ Hipogeusia	☐ Hipergeusia

Tosse:	☐ Seca	☐ Produtiva
	Em caso positivo, aspecto:	

Ausculta pulmonar:	Murmúrio vesicular		
	☐ Audível	☐ D	☐ E
	☐ Inaudível	☐ D	☐ E
	☐ Diminuída	☐ D	☐ E
	Murmúrios adventícios		
	☐ Sibilos	☐ D	☐ E
	☐ Roncos	☐ D	☐ E
	☐ Estertores	☐ D	☐ E





CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

2 Instrumento de enfermagem empregado no pós-transplante de medula óssea

Sumário

Sensibilidade Tátil:	☐ Preservada	☐ Alterada
Em caso de alterações:		
☐ Hipoestasia	☐ Hiperestesia	☐ Tremores

Pele:	☐ Desidratada	☐ Hidratada	
	☐ Normocorada	☐ Hipocorada	☐ Ictérica
	☐ Cianótica	☐ Prurido	
	Lesões:		
	☐ Presente	☐ Ausente	
	Em caso positivo:		
	Cor:		
	☐ Hipocrômica(s)	☐ Hiperocrômica(s)	☐ Hemorrágica
	Tipos:		
	☐ Erimatoso(s)	☐ Pápula(s)	☐ Nódulo(s)
☐ Vesícula(s)	☐ Flictema(s)	☐ Pústula(s)	☐ Fissura(s)
Localização:			

Acesso venoso:	☐ Com	☐ Sem	
	Em caso positivo:		
	Condições da rede venosa:		
	☐ Boa	☐ Fina	☐ Palpável
	☐ Ruim	☐ Calibrosa	☐ Impalpável
	Tipo de acesso venoso:		
	1 - Periférico		
	☐ MSD ^{II}	☐ MSE ^{II}	Data da Inserção: ____/____/____
	2 - PICC		
	☐ MSD ^{II}	☐ MSE ^{II}	Data da Inserção: ____/____/____
	3 - Catéter		
	☐ Semi implantado	Data da Inserção: ____/____/____ Local da Inserção: _____	
	☐ Totalmente implantado	Data da última manutenção: ____/____/____	
Aspecto e característica do curativo do catéter:			

μ - Membro Superior Direito
β - Membro Superior Esquerdo





CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

2 Instrumento de enfermagem empregado no pós-transplante de medula óssea

Sumário

Motilidade e Locomoção:			
Aspectos gerais			
Articulações	Sente dores	() Sim	() Não
	Em caso positivo: Local:		
	Possui rigidez	() Sim	() Não
	Em caso positivo: Local:		
Órtese	Possui	() Sim	() Não
	Em caso positivo: Tipo:		
	() Colar cervical	() Colete	() Joelheira
	() Outros		
Prótese	Possui	() Sim	() Não
	Em caso positivo:		
	() MSD ^h	() MSE ^h	() MID ^p
	() MIE ^σ		
MMSS ^p	() íntegro	() rubor	() edema
	() linfedema		
	() calor		
MMII ^σ	() íntegro	() rubor	() edema
	() linfedema		
	() calor	() varizes	() panturrilha empastada

Motilidade	() Alterada	() Inalterada			
	Em caso de alterações:				
	() Paresia	() MSD	() MSE	() MID	() MIE
	() Parestesia	() MSD	() MSE	() MID	() MIE
	() Hemiplegia	() D	() E		
	() Paraplegia				
	() Tetraplegia				
	() Outros				

p - Membros Superiores
σ - Membros Inferiores





CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

2 Instrumento de enfermagem empregado no pós-transplante de medula óssea

Sumário

Força muscular	☐ Preservada		☐ Não preservada		
	Caso negativo:				
	☐ Diminuída	☐ MSD	☐ MSE	☐ MID	☐ MIE
	☐ Ausente	☐ MSD	☐ MSE	☐ MID	☐ MIE

Locomoção	☐ Sem Auxílio		☐ Com Auxílio	
	Em caso positivo:			
	☐ Muleta	☐ Andador	☐ Cadeira de rodas	☐ Acamado

Eliminações:			
Abdomen	☐ Plano	☐ Escavado	☐ Flácido
	☐ Globoso	☐ Ascístico	☐ Doloroso
Funções Intestinais	☐ Preservada ☐ Ausente. Nº de dias constipado: ☐ Diarreia. Frequência nas últimas 24h: Aspecto:		

Débito urinário	Espontâneo:	☐ Sim	☐ Não	
	Em caso negativo, registrar tipo de cateter vesical:			
	☐ Alívio	☐ Demora	☐ Irrigação contínua	☐ Cistotomia
	Com alterações:		☐ Sim	☐ Não
	Em caso positivo			
	☐ Anúria	☐ Oligúria	☐ Poliúria	☐ Grumos
	☐ Piúria	☐ Hematúria	☐ Colúria	
	☐ Disúria (colher urinocultura)		☐ Incontinência	

Sangramento Vaginal:	☐ Sim	☐ Não	☐ Não se aplica
	Em caso positivo, registrar características:		

Órgãos genitais	☐ Íntegro	☐ Lesão(ões)	☐ Fissura(s)	☐ Edema
	Em caso de lesão(ões), fissura(s) ou edema, registrar características:			

Região Anal:	☐ Íntegra	☐ Fissura(s)	☐ Sangramento
	Em caso de fissura(s) ou sangramento, registrar características:		





CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

2 Instrumento de enfermagem empregado no pós-transplante de medula óssea

Sumário

Recreação e Lazer:

Observação:

Diagnóstico de Enfermagem:

Assinatura do Enfermeiro



CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

2 Instrumento de enfermagem empregado no pós-transplante de medula óssea

Sumário

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DA MEDULA ÓSSEA. *O que é o transplante de medula óssea (TMO)?*. São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www.ameo.org.br/conhecimento/42-o-que-e-o-transplante-de-medula-ossea-tmo>>. Acesso em: 5 jan. 2015.

ANDRADE, Angélica Mônica et al. Vida após o transplante de medula óssea: implicações para o cotidiano. *Cogitare Enferm*, Paraná, v. 17, n. 2, p. 290-296, abr./jun. 2012. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/cogitare/article/view/27883/18487>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

ADEQUAÇÃO. In: *Michaelis Dicionário Escolar Língua Portuguesa*. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2014.

ATUALIDADE. In: *Michaelis Dicionário Escolar Língua Portuguesa*. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2014.

BRASIL. Conselho Federal de Enfermagem. Resolução nº 304 de 22 de julho de 2005. Dispõe sobre a atuação do Enfermeiro na coleta de sangue de cordão umbilical e placentário. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 jul. 2005. Disponível em: <http://novo.portalcofen.gov.br/resoluco-cofen-3042005_4339.html>. Acesso em: 15 jan. 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 13 jun. 2013. Seção 1, p. 59. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2014.

CLAREZA. In: *Michaelis Dicionário Escolar Língua Portuguesa*. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2014.

CONTEL, José Onildo Betioli et al. Aspectos psicológicos e psiquiátricos do transplante de medula óssea. *Medicina*, Ribeirão Preto, n. 33, p. 294-311, jul./set., 2000. Disponível em: <<http://pegasus.fmrp.usp.br/projeto/artigos/artigol67.pdf>>. Acesso em: 5 mar. 2015.

DISPOSIÇÃO. In: *Michaelis Dicionário Escolar Língua Portuguesa*. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2014.

MASTROPIETRO, Ana Paula et al. Functional assessment of cancer therapy bone marrow transplantation: tradução e validação. *Rev. Saúde Pública*, São Paulo, v. 41, n. 2, abr., 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-89102007000200013&script=sci_arttext>. Acesso em: 15 jan. 2015.

CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

2 Instrumento de enfermagem empregado no pós-transplante de medula óssea

Sumário

_____. Impacto da DECH crônica na qualidade de vida pós-TCTH alogênico. *Rev. Bras. Hematol. Hemoter.*, São Paulo, v. 32, n. 5, p. 358-364, 2010a. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-84842010000500007&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso: 5 mar. 2014.

_____. Relação entre renda, trabalho e qualidade de vida de pacientes submetidos ao transplante de medula óssea. *Rev. Bras. Hematol. Hemoter.*, São Paulo, v. 32, n. 2, p. 102-107, 2010b. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-84842010000200007&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 5 mar. 2015.

_____. Vida ocupacional de pacientes sobreviventes ao transplante de medula óssea: estudo exploratório. *Rev. bras. orientac. Prof.*, São Paulo, v. 12, n. 2, dez., 2011. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1679-33902011000200011&script=sci_arttext. Acesso em: 15 jan. 2015.

NASCIMENTO, Renata Melo. *Instrumento de consulta de Enfermagem pós transplante de Medula Óssea: avaliação e atualização*. 81 f. 2015. Dissertação (Mestrado Profissional em Avaliação)- Fundação Cesgranrio, Rio de Janeiro, 2015.

ORLEY, John; KUYKEN, Willen (Ed.). *Avaliação da qualidade de vida: perspectivas internacionais*. Heildberg: Spinger Verlag, 1994.

ORDENAÇÃO. In: *Michaelis Dicionário Escolar Língua Portuguesa*. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2014.

PASQUALI, Antonio. *Sociologia e comunicação*. Petrópolis: Vozes, 2002.

PRECISÃO. In: *Michaelis Dicionário Escolar Língua Portuguesa*. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2014.

SILVA, Lúcia Marta Giunta da. Breve reflexão sobre autocuidado no planejamento de alta hospitalar pós-transplante de medula óssea (TMO): relato de caso. *Rev. Latino-Am. Enfermagem*, Ribeirão Preto, v. 9, n. 4, p. 75-82, jul., 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-11692001000400013&script=sci_arttext>. Acesso em: 5 mar. 2015.

SUFICIÊNCIA. In: *Michaelis Dicionário Escolar Língua Portuguesa*. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2014.



3

Lista de verificação para avaliar ambiente e cuidado seguro em hospitais: atualização e validação

Ana Paula D'Oliveira dos Santos

Glauco da Silva Aguiar

DOI: 10.31560/pimentacultural/2018.983.60-106



CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

3 Lista de verificação para avaliar ambiente e cuidado seguro em hospitais

Sumário

PROCEDIMENTOS SEGUROS EM AMBIENTE HOSPITALAR

Os inegáveis avanços tecnológicos e científicos alcançados nas últimas décadas na área de saúde se refletem na qualidade do cuidado e a segurança dos pacientes que vêm assumindo, cada vez mais, um papel de relevância na chamada Era da Segurança (GRIGOLETO; GIMENES; AVELAR, 2011). A esse respeito, o Instituto de Medicina nos Estados Unidos, em um relatório intitulado *To Err is Human* (Errar é Humano), de 1999, revela que o número de mortes por ano oscilava entre 44.000 e 98.000 óbitos em decorrência de erros na área da saúde. Deste total de casos, 7.000 mortes por ano podiam ser atribuídas a erros de medicação, número superior ao de pessoas que morriam com câncer de mama, AIDS ou acidentes de veículos (KOHN; CORRIGAN; DONALDSON, 1999 apud NÉRI et al., 2006). Cerca de 1% a 2% dos pacientes hospitalizados sofriam dos danos decorrentes de erros no uso de medicação e, excluindo os custos legais, cada erro resultava em despesa adicional que variava entre 4.700 a 5.000 dólares.

Nesse contexto, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), criada em 1999, e a primeira agência reguladora na área de saúde no Brasil, assume a responsabilidade pela execução de um conjunto de atribuições no âmbito federal e coordenação do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (COSTA; MOREIRA, 2009). A ANVISA passa, então, a desempenhar com maior efetividade suas inúmeras competências, decretadas pela Lei 9782/1999 (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 1999), destacando-se as relativas a medicamentos, desinfecção ou desinfestação em ambientes domiciliares, hospitalares e coletivos, equipamentos e materiais médico-hospitalares, fiscalização de serviços voltados para atenção ambulatorial, internações, diagnósticos e terapêuticos, e a incorporação de novas tecnologias.



CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

3 Lista de verificação para avaliar ambiente e cuidado seguro em hospitais

Sumário

Frente à gravidade da situação, a Organização Mundial de Saúde (OMS) decidiu trabalhar no monitoramento de eventos adversos a fim de agir na prevenção e segurança do paciente. A OMS começou pela padronização da terminologia a ser usada pelos países membros e constituiu, em outubro de 2004, uma comissão de especialistas encarregada de criar a Classificação Internacional para Segurança do Paciente (*International Classification for Patient Safety*), visando minimizar as divergências internacionais, relativas ao emprego de termos e conceitos. O projeto para desenvolver uma classificação internacional para segurança do paciente foi reconhecido como uma das iniciativas-chave do Programa da *World Alliance* (Taxonomia de Segurança do Doente), no ano seguinte.

Ainda em 2002, durante a 55ª Assembleia Mundial de Saúde, a OMS baixou a Resolução WHA 55.18 (OMS, 2002) apelando aos Estados membros que dessem maior atenção à segurança do paciente, a partir da criação de mecanismos para a melhoria na qualidade do cuidado. No ano de 2004, a Organização compôs a Aliança Mundial para a Segurança do Paciente cujo principal propósito foi instituir medidas que aumentassem a segurança do paciente e a qualidade dos serviços de saúde. Com isso, fomentou o comprometimento político dos Estados signatários, dentre os quais estava o Brasil.

A partir de julho de 2004, a *Joint Commission on Accreditation of Healthcare Organizations* (Comissão Conjunta de Acreditação de Organizações de Cuidado em Saúde) exigiu que as organizações acreditadas se empenhassem na aplicação do Protocolo Universal, que é um instrumento de prevenção de acidentes. Apesar de certa resistência inicial, logo passou a ser encarado como uma ferramenta capaz de eliminar, ou pelo menos, diminuir consideravelmente as ocorrências desastrosas. Na área cirúrgica, este protocolo vem sendo apoiado por mais de 40 associações médicas e organizações de saúde, baseado no consenso de profissionais pertencentes às várias especialidades.

CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

3 Lista de verificação para avaliar ambiente e cuidado seguro em hospitais

Sumário

Em relação à Segurança do Paciente, a ANVISA vem trabalhando para construir um dispositivo eletrônico que permita agir na prevenção de eventos adversos e na implementação do tema Segurança do Paciente nos currículos das faculdades de medicina, em parceria com o Ministério da Educação. No início de abril de 2013, o Ministério da Saúde criou a Portaria nº 529, instituindo o Programa Nacional de Segurança do Paciente com o objetivo de subsidiar as instituições de saúde para a melhoria na qualidade e assistência prestada ao paciente. Com este ato, o ambiente hospitalar e o cuidado passaram a ser apontados como os principais focos de ação e controle das autoridades em saúde no país. A Resolução de Colegiado da ANVISA, de nº 36 (2013), veio instituir ações para a promoção da segurança do paciente e para a melhoria da qualidade nos serviços de saúde, sejam eles públicos ou particulares. Corroborou, assim, a percepção coletiva de que a qualidade dos serviços de saúde converteu-se em elemento determinante para assegurar a redução e o controle dos riscos a que o paciente possa estar submetido.

Uma pesquisa realizada pela Fiocruz (2012) e apresentada no Congresso de Qualidade em Serviço em Saúde, em junho de 2013, revelou que até 73% dos erros que ocorrem em hospitais brasileiros poderiam ser evitados. O país apresenta um alto índice de problemas evitáveis, cujas taxas variam de 66,7% a 73%, bem superior às de países desenvolvidos, como França (27%) e Austrália (51%). Em números absolutos, dos 11,1 milhões de internados no Sistema Único de Saúde (SUS) em 2008, cerca de 563 mil foram vítimas de erros nos procedimentos e que poderiam ter sido evitados. Verificou-se, por exemplo, que erros fatais muitas vezes aconteciam devido a detalhes simples como frascos iguais para medicamentos diferentes, ou etiquetas da mesma cor, dificultando a distinção entre medicamentos (FIOCRUZ, 2012). No Brasil, considerando as áreas onde mais acontecem eventos adversos, consta que

CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

3 Lista de verificação para avaliar ambiente e cuidado seguro em hospitais

Sumário

48,5% dos casos acontecem nas enfermarias e 11,9% nas Unidades de Tratamento Intensivo (UTI). Os erros evitáveis mais frequentes incluem infecção associada ao cuidado (24,62%); complicações cirúrgicas/anestésicas (20%); dano por atraso ou falha de tratamento (18,46%); complicações por punção venosa (7,69%); dano por queda (6,15%) e dano por medicamento (4,62%).

Os dados estatísticos do Instituto de Administração Hospitalar e Ciências da Saúde serviram como argumentos para que o Ministério da Saúde elaborasse novas normas de segurança que deveriam entrar em vigor em 2014.

Essas normas vão ao encontro das discussões no campo da gestão hospitalar e têm levado os órgãos governamentais a implantarem programas para garantir a qualidade das atividades relacionadas com o cuidar em saúde, a segurança do paciente durante todos os processos de atendimento e atenção aos problemas associados à ocorrência de acidentes em ambientes hospitalares. São exemplos desses problemas relacionados à segurança em saúde: a resistência ao uso de equipamentos de proteção individual, o tratamento indevido de resíduos, o não cumprimento de protocolos com pacientes em precaução de contato, a guarda sem controle de medicamentos, a identificação de pacientes por um único nome, dentre outros. Tais fatores aumentam o potencial de riscos que podem comprometer o ambiente, a segurança e a qualidade do cuidado prestado.

Embora haja o interesse individual de todo profissional da área de saúde em proteger o paciente nas circunstâncias ligadas ao seu tratamento, os dados referentes a eventos adversos alertam para o fato de que profissionais desta área, não diferentemente de quaisquer outros seres humanos em outras atividades, estão sujeitos a cometerem erros, o que é inerente à condição humana. Por isso, a qualidade nos serviços de saúde deve incorporar as políticas, procedimentos e as metas organizacionais, voltadas para a

CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

3 Lista de verificação para avaliar ambiente e cuidado seguro em hospitais

Sumário

padronização balizada nos pressupostos da segurança e da satisfação de seus clientes e dos profissionais que nela trabalham.

A segurança do paciente, segundo a OMS (2002), pode ser alcançada por meio de três ações complementares: 1) evitar a ocorrência dos eventos adversos; 2) torná-los visíveis se ocorrerem; e 3) minimizar seus efeitos com intervenções eficazes. Desta maneira, as discussões acerca dos motivos e causas dos erros nos procedimentos de assistência à saúde devem ser incorporadas às rotinas hospitalares, em um processo de vigilância contínua para que suas causas possam ser identificadas, detectando assim erros potenciais. Deve-se, ainda, envidar esforços a fim de que estratégias baseadas na coleta de evidências relevantes para valorar ou classificar os objetos de uma avaliação façam parte da prática clínica.

Uma dessas estratégias, incorporadas às rotinas hospitalares, é a utilização de uma ferramenta de segurança no trabalho, que liste ações de inspeções de segurança e/ou descrevendo coisas importantes que não podem ser esquecidas durante os procedimentos. O objetivo é reduzir os erros humanos, compensando possíveis falhas humanas relacionadas à memória e atenção.

Nesse sentido, para monitorar os registros de enfermagem e a qualidade assistencial prestada, tem sido recomendada a utilização de uma lista de verificação. É um instrumento próprio ao controle do ambiente, sob diversos fatores, e deve ser utilizada como ferramenta fundamental para o planejamento e direcionamento de ações preventivas e corretivas na busca pela redução dos riscos no ambiente hospitalar e na assistência prestada ao paciente. Tem como padrão a verificação dos registros de enfermagem, da utilização de materiais e medicamentos, do cumprimento de protocolos de segurança, das normas e demais itens que compõem o processo de prestação do cuidado pela equipe de enfermagem. A utilização da Lista de Verificação permite ao avaliador seguir um

CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

3 Lista de verificação para avaliar ambiente e cuidado seguro em hospitais

Sumário

padrão, visando garantir a consistência e a integridade em todas as etapas do processo.

Um dos propósitos deste capítulo, além de apresentar a Lista de verificação como uma estratégia para monitorar procedimentos e agir na prevenção e segurança do paciente, é descrever a metodologia utilizada na revisão e validação desse instrumento.

AS VERSÕES ANTERIORES DA LISTA DE VERIFICAÇÃO

Uma primeira versão do instrumento foi elaborada em 2007, a partir da percepção, na prática, de que os problemas relacionados ao ambiente seguro eram recorrentes e precisavam ser evitados. O instrumento destinou-se ao uso de uma equipe de *home care*, com o objetivo de contribuir para a execução de práticas profissionais seguras, com redução de riscos ambientais e ao paciente, em consonância com os preceitos vigentes (SANTOS, 2014).

A elaboração levou em consideração não só dados constantes de documentos, legislações, protocolos e diretrizes concernentes às práticas em saúde, mas também as informações adquiridas a partir da experiência profissional de um dos autores, no campo da Enfermagem. Assim, a Lista de Verificação continha um conjunto de condutas, traduzidas em itens ou tarefas a serem seguidas, preconizadas pela legislação. Destacam-se nessa legislação: a) a Portaria nº 2616 (BRASIL, 1998), determinando que todos os hospitais do País mantivessem um programa de controle de infecções hospitalares; e b) a Norma Regulamentadora 32 (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2005), segundo a qual os Equipamentos de Proteção Individual, descartáveis ou não, deverão estar à disposição em número suficiente nos postos de trabalho, de forma que seja garantido o imediato fornecimento ou reposição. A Norma determina que

CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

3 Lista de verificação para avaliar ambiente e cuidado seguro em hospitais

Sumário

o empregador garanta a conservação e a higienização dos materiais e instrumentos de trabalho e ainda providencie recipientes e meios de transporte adequados para materiais infectantes, fluidos e tecidos orgânicos.

De maneira informal, essa primeira Lista de Verificação foi utilizada até 2009, como auxílio informacional visando diminuir falhas de procedimentos muitas vezes ocasionadas por limitações naturais do trabalho humano. Ao longo desse período cumpriu, de forma simples e prática, seu papel de instrumento para evitar que descuidos ou enganos involuntários prejudicassem o desenvolvimento das atividades naquele contexto. Seu uso frequente e o interesse que despertou entre os profissionais que a utilizavam abriram espaços para comentários, críticas e sugestões para que a lista fosse aprimorada.

Em 2011, como consequência natural do amadurecimento profissional de um dos autores, que passava a ter acesso a novas experiências na área de avaliação e acreditação de organizações de saúde, vislumbrou-se a possibilidade de realizar modificações no instrumento de modo que a Lista de Verificação também pudesse ser aplicada em um contexto mais amplo. Especificamente, ser utilizada nas atividades de controle e prevenção de riscos de erros e de eventos adversos em ambiente e cuidado seguro em hospitais.

Sob a concepção de que essa nova Lista de Verificação deveria constituir um instrumento formalizado para o registro quanto à presença ou ausência de materiais, organização e a verificação de ações a serem seguidas, a versão de 2011 reuniu 30 itens. Esses itens foram redigidos de forma direta e sucinta. O objetivo foi focar precisamente no ponto chave a ser avaliado, considerando sempre que, na área de saúde, especialmente, os procedimentos devem evitar colocar em risco a vida de pessoas.

CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

3 Lista de verificação para avaliar ambiente e cuidado seguro em hospitais

Sumário

A versão de 2011 foi elaborada tentando atender ao máximo os aspectos técnicos que orientam/guiam as tarefas realizadas pelos profissionais em ambiente e cuidado seguro, agora em hospitais. Essa especificidade implicou um grau de complexidade e abrangência maiores em relação à versão anterior, de 2007.

Após identificar o setor e o encarregado de aplicar o instrumento, a Lista se estruturava em seis colunas. A primeira listava os itens a serem observados e as quatro seguintes indicavam as possibilidades de julgamento para esses itens: *adequado*, *inadequado*, *não avaliado* e *não aplicável*. *Não avaliado* destina-se aos itens que, por alguma razão, não puderam ser considerados e *não aplicável*, aos itens que não faziam parte das categorias ou setores hospitalares em foco. A última coluna era reservada a Observações/Ações, a critério do avaliador.

Nesta versão, como na anterior, de 2007, os itens foram relacionados sem a preocupação de estarem agrupados por categorias específicas e, em alguns casos, a avaliação envolvia mais de uma ação a ser observada. Além disso, os itens não tinham sido redigidos seguindo regras técnicas. Por essas lacunas, era premente a necessidade de uma revisão na versão de 2011.

PROCEDIMENTOS DE REVISÃO DA LISTA DE VERIFICAÇÃO

Para proceder à revisão e atualização da versão de 2011 da Lista de Verificação foi feito um levantamento bibliográfico da legislação vigente e das atualizações normativas e legais referentes às recomendações de boas práticas em saúde. O sentido semântico da atualização foi o de “introduzir alterações ou correções em determinado produto; acrescentar elementos, informações, estilo mais atuais ou mais recentes” (AURÉLIO, 1999, p.231). O processo

CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

3 Lista de verificação para avaliar ambiente e cuidado seguro em hospitais

Sumário

de revisão consistiu basicamente na introdução de alterações quanto ao acréscimo de novos itens, ao agrupamento dos itens por categorias e à redação dos itens para formar frases completas.

A atualização buscou atender às características técnicas gerais que dizem respeito à redação de itens. Quanto às características específicas, cabe destacar que foram observadas determinadas recomendações como: i) as ideias expressas em cada item devem indicar o que precisa ser feito (processo); ii) não é uma orientação de como fazer uma determinada tarefa ou atividade; iii) é uma mera lista do que deve ser feito (SOUZA, 2011; MOURA JUNIOR, 2008 apud LEITE, 2012, p.114). Além dessas, também foi observada a mais significativa das recomendações:

iv) parece incoerente, mas é preciso estar atento para que sejam incluídos itens que abordem aspectos que descrevam coisas fáceis de serem esquecidas, sendo essa a grande utilidade das *listas de verificação*. Em geral, presta-se pouca atenção aos fatos, etapas, etc. que parecem óbvios; no entanto, pelo fato de serem óbvios, não significa que não sejam importantes; por isso devem ser incluídos na *lista de verificação*. (SOUZA, 2011; MOURA JUNIOR, 2008 apud LEITE, 2012, p.114).

A Lista de Verificação atualizada passa a ter 34 itens agrupados em cinco categorias: prevenção e controle de infecção hospitalar; gerenciamento de resíduos; medicamentos de alta vigilância e substâncias controladas; organização do ambiente e segurança do trabalho.



CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

3 Lista de verificação para avaliar ambiente e cuidado seguro em hospitais

Sumário

PROCEDIMENTOS DE VALIDAÇÃO DA LISTA DE VERIFICAÇÃO

A seleção da abordagem avaliativa e dos especialistas

Os procedimentos metodológicos utilizados para desenvolver o processo de validação da Lista de Verificação se iniciaram com a definição da abordagem avaliativa mais apropriada. Foi escolhida a centrada em especialistas, uma opção que se justifica pelo fato de o instrumento ser utilizado especificamente por profissionais que, no desempenho de suas funções rotineiras, são protagonistas no contexto de atividades desenvolvidas em ambientes e cuidados seguros em hospitais. Cabe ressaltar que o tema ambiente e cuidado seguro em hospitais segue o que enfatiza a Resolução de Colegiado nº 36 da ANVISA (2013), destacando a promoção da segurança do paciente e a melhoria da qualidade nos serviços de saúde.

Segundo essa lógica, a adequação da escolha da abordagem encontra amparo em Worthen, Sanders e Fitzpatrick (2004). Os autores destacam que essa abordagem depende basicamente do conhecimento específico de um profissional, ou de um grupo de profissionais, que emitem seu juízo de valor ou fazem julgamento com relação a uma instituição, programa ou uma atividade. A abordagem, talvez a mais antiga e a mais usada, depende fundamentalmente da qualificação acadêmico profissional dos avaliadores, especialistas que são, capazes de realizar análise em profundidade para julgar a qualidade da atividade que esteja sendo avaliada (WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004).

Nessa perspectiva, pretendeu-se atualizar e validar a lista de verificação para ambiente e cuidado seguros junto a grupos de



CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

3 Lista de verificação para avaliar ambiente e cuidado seguro em hospitais

Sumário

especialistas, selecionados tanto a partir da formação acadêmica, quanto a partir de função desempenhada e experiência nas questões foco do instrumento. Assim, assegurou-se de estar considerando que: “Esse conhecimento especializado pode ser oferecido por avaliador (es) ou por outro tipo de profissional; a escolha é feita de acordo com a pessoa que oferece mais em termos de substância ou procedimentos que estão sendo avaliados.” (WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004, p. 180).

A literatura consultada não especifica número exato de especialistas para esse tipo de estudo. Lynn (1986 apud WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004) sugere um mínimo de cinco e o máximo de 10 pessoas para o processo. Outros autores recomendam entre seis e 20 especialistas. Por ser o julgamento do objeto avaliado concentrado na subjetividade dos especialistas, pois ele ocorre segundo as percepções de cada avaliador, Chianca, Marino e Schiesari (2001) enfatizam que deve ser utilizada a opinião de mais de um profissional nesse tipo de avaliação. Portanto, a decisão no quantitativo de especialistas selecionados deve levar em consideração as características do instrumento, a formação, a qualificação e a disponibilização dos profissionais para responderem as categorias do instrumento.

Na validação da Lista, os critérios de seleção dos especialistas consideraram, em primeira instância, consultar apenas profissionais de saúde que trabalhavam em hospitais. A definição desses hospitais focalizou, principalmente, a abrangência das atividades neles desenvolvidas e a relação destas com as categorias que compõem a Lista de Verificação. Além disso, o fato de a instituição estar participando ou já ser certificada em acreditação hospitalar foi incluído no critério. O objetivo foi dar maior robustez ao processo de validação da Lista de Verificação, pois os profissionais participantes já teriam conhecimento e *expertise* em questões ligadas a cuidado e ambiente seguros.



CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

3 Lista de verificação para avaliar ambiente e cuidado seguro em hospitais

Sumário

Assim, foram selecionados 12 hospitais e, posteriormente, 13 profissionais especialistas para o processo de validação da Lista. Os critérios associados para selecionar os especialistas foram: a) formação na área de enfermagem com atuação na área de ambiente e cuidado seguro e experiência de mais de 15 anos; b) profissionais, enfermeiros ou não, com *expertise* na área específica das categorias consideradas no estudo, e atuação de mais 10 anos nas atividades. Não houve distinção de origem de formação profissional, idade ou sexo. Tanto a formação e a experiência profissional como a *expertise* dos especialistas foram critérios voltados para assegurar a credibilidade desses validadores.

O Quadro 1 resume os perfis dos validadores segundo profissão, área de atuação, titulação e categoria - Especialista de Qualidade (EQ) ou Especialista de setores (E). Dos 13 profissionais selecionados, três são especialistas em qualidade (profissionais da área de qualidade hospitalar), dois são da área de farmácia, dois da área de infecção hospitalar, dois da área de segurança do trabalho, dois da área de resíduos, e dois da organização do ambiente.

Quadro 1- Perfil dos validadores

Profissão	Área de Atuação	Titulação	Código
Enfermeiro	Qualidade	Especialista	EQ1
Enfermeiro	Qualidade	Mestre	EQ2
Enfermeiro	Qualidade	Mestre	EQ3
Enfermeiro	Controle de infecção hospitalar	Especialista	E1
Enfermeiro	Controle de infecção hospitalar	Especialista	E2
Enfermeiro	Gerência de Risco	Especialista	E3
Enfermeiro	Gerência de Risco	Especialista	E4
Farmacêutico	Farmácia Hospitalar	Especialista	E5
Farmacêutico	Farmácia Hospitalar	Mestre	E6
Administrador	Administração Hospitalar	Especialista	E7
Administrador	Administração Hospitalar	Especialista	E8





CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

3 Lista de verificação para avaliar ambiente e cuidado seguro em hospitais

Sumário

Técnico	Segurança do Trabalho	-	E9
Técnico	Segurança do Trabalho	-	E10

Fonte: SANTOS (2015).

A estratégia de validação

Para a validação das categorias e itens da nova versão, foi elaborado um instrumento organizado em cinco partes, uma para cada categoria: prevenção e controle de infecção hospitalar; gerenciamento de resíduos; medicamentos de alta vigilância e substâncias controladas; organização do ambiente e segurança do trabalho. Cada categoria informa as legislações mais recentes, pertinentes ao tema abordado e, a seguir, um quadro com os itens a serem observados na categoria. Além dos itens, cada quadro contém colunas referentes à legislação de apoio aos itens e coluna com espaço para comentários. Este instrumento para validação das categorias da Lista de verificação foi resultado da etapa de atualização das categorias e itens observados (SANTOS, 2015).

Nessa etapa, três especialistas em avaliação do Mestrado Profissional em Avaliação da Cesgranrio tiveram participação efetiva, analisando os 34 itens do ponto de vista técnico. Neste processo de validação, foram sugeridas algumas modificações para atender ao objetivo do estudo avaliativo, que foram aceitas. Dentre elas, foi sugerido por um dos especialistas que, para alcançar um melhor entendimento e fidedignidade nas respostas, além do instrumento completo, fossem também utilizadas versões simplificadas, mais específicas, contendo apenas os itens referentes a uma determinada categoria. Assim, os especialistas de qualidade responderiam o instrumento completo, e os profissionais possuidores de *expertise* em uma determinada área, responderiam a poucos itens, específicos, pois teriam maior familiaridade com a legislação apresentada.



CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

3 Lista de verificação para avaliar ambiente e cuidado seguro em hospitais

Sumário

Com base nessa sugestão e aproveitando-se da estrutura do instrumento, optou-se por utilizá-lo de formas diferentes: a) uma versão completa, contendo todas as categorias e respectivos itens; b) cinco versões específicas referentes às cinco categorias da Lista de Verificação.

A versão completa seria respondida pelos especialistas de qualidade (EQ) e as demais, contendo apenas uma das cinco partes da Lista de Verificação, pelos especialistas específicos (E) a uma determinada categoria. Justifica-se aqui, o fato de ter-se levado em consideração o critério de o profissional estar exercendo atividades nos hospitais relacionados às categorias há, pelo menos, 10 anos. O objetivo desse desmembramento e especificação foi o de melhor aproveitar a *expertise* dos especialistas, no que diz respeito às atividades que desempenham nos hospitais, e ao mesmo tempo de confrontar as diferentes visões, caso existissem, a fim de propor um instrumento harmonioso, atualizado e validado para avaliar ambiente e cuidado seguros em hospitais. Visto que, de acordo com Worthen, Sanders e Fitzpatrick (2004, p. 180),

Em geral, uma única pessoa não dispõe de todo o conhecimento necessário para fazer uma avaliação de forma adequada. Uma equipe de especialistas que se complementam mutuamente tem muito mais probabilidade de fazer uma boa avaliação.

Em todas as partes do instrumento tentou-se identificar itens avaliativos relacionados à temática proposta e especificada, de forma que promova uma avaliação consistente e direcionada. Cabe ratificar que os itens avaliativos observados e descritos nos quadros são pautados em amparos legal e normativo. O instrumento para validação das categorias e itens da Lista de Verificação pode ser consultado em Santos (2015).

O critério de validação, a partir do objetivo pretendido, expressando a pertinência entre as ações traduzidas nos itens, relacionadas para avaliar ambiente e cuidado seguro em hospitais e a

CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

3 Lista de verificação para avaliar ambiente e cuidado seguro em hospitais

Sumário

suficiência do amparo legal, foi definido como o mais adequado para a validação dos itens e legislação pertinente da Lista de Verificação.

Assim, a aceitação dos itens e da legislação que os ampara ficou condicionada às informações feitas pelos especialistas. No caso de novos aspectos considerados, ou de alguma nova legislação sugerida pelos especialistas, levou-se em consideração tais contribuições para a revisão do instrumento e para a inclusão, se pertinente, para atualizar a nova versão.

Validação das categorias da lista de verificação

Como dito anteriormente, o instrumento para validação incorporou dados atuais das legislações vigentes, atualização normativas e legais, e recomendações de boas práticas em saúde. Foi enviado aos 13 especialistas e especialistas de qualidade selecionados, acompanhado de uma carta, na qual havia o convite para participação no estudo e onde se esclareciam os objetivos da avaliação. Ainda visando garantir a consistência e precisão das informações prestadas, os respondentes eram informados de que as legislações e os regulamentos poderiam ser acessados via *links* que estavam disponíveis nas partes que compõem o instrumento. A carta convite apresentava as instruções para seu preenchimento e solicitava que os especialistas se posicionassem em relação aos itens e as legislações sugeridas. Que registrassem, ainda, seus comentários, incluindo ou excluindo legislações, amparo legal e outras recomendações de boas práticas em saúde. Além disso, a carta também apresentava a garantia de anonimato, a confidencialidade na participação e os meios de contato para possíveis esclarecimentos adicionais.

O envio dessa carta e do instrumento, em formato *Word*, foi feito por meio de *e-mails*, que demonstrou ser a alternativa mais

CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

3 Lista de verificação para avaliar ambiente e cuidado seguro em hospitais

Sumário

rápida para a comunicação. A princípio, o retorno do instrumento, também via *e-mail*, deveria ocorrer dentro de 30 dias. Entretanto, em função das inúmeras e extensas legislações sugeridas, que precisavam ser consultadas pelos validadores, houve necessidade de alargamento do prazo, por mais 30 dias.

De modo geral, o instrumento não apresentou nenhuma dificuldade quanto ao seu preenchimento, exceto para um especialista de gestão do ambiente, que considerou os itens ali apresentados insuficientes para a validação da categoria a ele proposta.

Análise dos dados e Atualização dos itens observados e dos Amparos Legal e Normativo

Os dados foram analisados observando-se a coerência entre os itens descritos e as legislações sugeridas. As respostas aos 13 instrumentos preenchidos pelos validadores foram analisadas, bem como as recomendações e sugestões, sob a ótica dos validadores e pelas cinco categorias: Prevenção e Controle de Infecção Hospitalar, Gerenciamento de Resíduos, Medicamentos de alta vigilância e substâncias controladas, Organização do Ambiente e Segurança do Trabalhador, apresentadas em partes separadamente.

Cabe esclarecer que, para cada uma das tabelas referentes as cinco categorias, foram apresentadas as respostas de cinco validadores, sendo três especialistas de qualidade e dois especialistas de setores. Essas respostas foram examinadas a fim de fornecerem informações quanto à pertinência das ações, traduzidas nos itens relacionadas à gestão de cuidado e ambiente seguro em hospitais, e quanto à legislação e amparos legais que embasam essas ações.

Como resultado da etapa de atualização da Lista de Verificação-versão 2011, os itens passaram a ser agrupados de



CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

3 Lista de verificação para avaliar ambiente e cuidado seguro em hospitais

Sumário

acordo com as cinco categorias: prevenção e controle de infecção hospitalar, gerenciamento de resíduos, medicamentos de alta vigilância e substâncias controladas, organização do ambiente e segurança do trabalhador, como dito anteriormente. A justificativa para as categorias ancorou-se em legislações e recomendações de boas práticas em saúde no ambiente hospitalar, a exemplo da Resolução de Colegiado nº 36 (ANVISA, 2013), da Portaria do Ministério da Saúde nº 2616 (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 1998), e da Resolução do Conselho Federal de Medicina nº 2073 (CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA, 2014).

As categorias mencionadas e os respectivos itens a serem observados, além dos amparos legal e normativo correspondentes, são apresentados nos Quadros 2 a 6.

Quadro 2 - Categoria prevenção e controle de infecção hospitalar

Itens observados	Amparos legal e normativo
Os profissionais realizam a higiene das mãos corretamente.	Portaria nº 2.616/MS/GM, de 12 de maio de 1998
Presença de álcool gel no setor.	
Dispensadores de álcool gel funcionando.	
Estoque do setor limpo e organizado.	
Almotolias datadas.	
Frascos de multidoses datados.	
Validade do material do estoque conferida (invasivos e de vias aéreas).	
Presença de caixa de papelão no estoque de material do setor.	

Fonte: SANTOS (2015).

Por meio do Quadro 2 percebe-se a amplitude das iniciativas que devem ser adotadas em favor do controle das infecções evitáveis. Ou seja:





CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

3 Lista de verificação para avaliar ambiente e cuidado seguro em hospitais

Sumário

[...] aquelas em que se pode interferir na cadeia de transmissão dos microrganismos. A interrupção dessa cadeia pode ser realizada por meio de medidas reconhecidamente eficazes como a lavagem das mãos, o processamento dos artigos e superfícies, a utilização dos equipamentos de proteção individual, no caso do risco laboral e a observação das medidas de assepsia. (PEREIRA et al., 2005, p. 251).

Quadro 3 - Categoria gerenciamento de resíduos

Itens observados	Amparos legal e normativo
Os coletores estão identificados com a simbologia.	Resolução de Colegiado Nº 306, de 7 de dezembro de 2004 Resolução 358, de 29 de abril de 2005
Os recipientes de resíduo químico estão em local adequado.	
Os resíduos são descartados corretamente conforme a sua classificação.	
Os resíduos são transportados em containers com tampa.	
Os funcionários da limpeza usam equipamentos de proteção individual.	
O expurgo está organizado.	
O expurgo está limpo.	
O material de limpeza do expurgo está identificado e datado.	
Há objetos inadequados no expurgo.	
Presença de lixeiras com tampa.	
Presença de lixeiras acionadas por pedal.	
Recipientes de perfuro cortante em local adequado.	Resolução de Colegiado Nº 306, de 7 de dezembro de 2004. Norma Regulamentadora Nº 32 – MT-NR 32. Portaria SSST nº 25 de 29 de dezembro de 1994.

Fonte: SANTOS (2015).

Na categoria gerenciamento de resíduos constam aspectos para adequada segregação, acondicionamento, manuseio, identificação e transporte dos resíduos. De acordo com Coelho (2000),





CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

3 Lista de verificação para avaliar ambiente e cuidado seguro em hospitais

Sumário

a questão dos resíduos gerados dentro dos serviços de saúde representa problema complexo, envolvendo aspectos técnicos e éticos, com repercussão direta nos profissionais envolvidos bem como sobre o meio ambiente. A correta manipulação destes materiais compreende uma série de operações que começam imediatamente após o uso dos materiais e se estende até a sua destruição final ou deposição em áreas com condições adequadas para mantê-los, com mínimo risco para a coletividade.

Quadro 4: Categoria medicamentos de alta vigilância e substâncias controladas

Itens observados	Amparos legal e normativo
Chave do armário de psicotrópico com o enfermeiro.	Portaria SVS/MS nº 344/1998.
Psicotrópicos em local adequado.	
Verificação da temperatura de geladeira com ações corretivas descritas.	
Medicamentos fora da porta da geladeira.	
Medicamentos de alta vigilância identificados e segregados dos demais medicamentos.	Manual de Padrões Internacionais Hospitalar da JCI (meta internacional de saúde) Portaria SVS/MS nº 344/1998.
Medicamentos próximos do vencimento identificados com etiquetas.	Portaria SVS/MS nº 344/1998.

Fonte: SANTOS (2015).

Cabe informar que medicamentos de alto risco ou de alta vigilância são drogas que, quando prescritas e administradas, de forma incorreta, podem causar danos à saúde, gerando consequências adversas significativas. Por esta razão, merecem abordagem diferenciada, tendo em vista a redução ou a eliminação de riscos de erros e de eventos sentinelas (JOINT COMMISSION INTERNATIONAL, 2011). Segundo o Centro de Vigilância em Saúde, entende-se por substâncias controladas as que atuam sobre o sistema nervoso central, podendo causar dependência ao paciente (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2011).





CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

3 Lista de verificação para avaliar ambiente e cuidado seguro em hospitais

Sumário

Os funcionários usam equipamento de proteção individual, sempre que necessário.	
---	--

Fonte: SANTOS (2015).

A quinta categoria destaca a importância de o trabalhador da área de saúde atender às orientações normativas e legais acerca da apresentação pessoal e do uso de equipamentos de proteção individual e coletiva, frente às situações requeridas. Nesse sentido, enfatiza a responsabilidade que cabe ao trabalhador para ajudar a estabelecer a cultura de segurança no ambiente de trabalho. Via de regra, as instituições enfatizam a utilização de equipamentos de proteção individual e normatizam formas de trabalhar consideradas seguras, embora, em determinadas circunstâncias, estas configuram apenas um quadro de prevenção simbólica (MACHADO; MINAYO-GOMEZ, 1995).

RESULTADOS DA VALIDAÇÃO DA LISTA DE VERIFICAÇÃO

Para a validação da Lista de Verificação, os resultados obtidos por meio da aplicação do instrumento respondido pelos validadores foram organizados em tabelas de acordo com as cinco categorias descritas. Aos especialistas caberia avaliar cada categoria e itens segundo os critérios de validação estabelecidos e apresentados anteriormente.

Cabe esclarecer que, para cada uma das tabelas, referentes as cinco categorias, foram computadas as respostas de cinco validadores (três especialistas em qualidade e dois especialistas de setores). A estes, após orientações contidas no instrumento de validação, caberia assinalar os números correspondentes às legislações sugeridas, indicando qual ou quais fundamentam ou



CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

3 Lista de verificação para avaliar ambiente e cuidado seguro em hospitais

Sumário

Resolução de Colegiado Nº 36, de 25 de julho de 2013.

Observa-se que todos os itens dessa primeira categoria foram respondidos pelos validadores. De acordo com as respostas, quatro dos cinco validadores responderam que os itens estão fundamentados exclusivamente por legislações apontadas no instrumento.

O especialista em qualidade EQ2 foi o único que fez observações, utilizando o campo comentários do instrumento, representado na tabela pelo asterisco (*). Para este julgador, cinco itens encontram amparo legal em outras legislações não apontadas pela autora e dois deles encontram amparo também em legislações complementares. Tais observações referem-se ao Manual de Boas práticas no Serviço de Controle de Infecção e a publicação da ANVISA (2010) sobre a Higienização das Mãos. Na publicação da ANVISA (2013), especificamente no capítulo de apresentação, conceitua-se que “A higienização das mãos é reconhecida mundialmente como uma medida primária, mas muito importante, no controle de infecções relacionadas à assistência à saúde”.

Ainda em relação aos oito itens que compõem a categoria, todos estão fundamentados por pelo menos uma das legislações sugeridas (exceção do especialista em qualidade EQ2 ao analisar os itens 4, 5, 6, 7 e 8). Tal fato sinaliza que, para avaliar ambiente e cuidado seguro em hospitais, os itens relativos à categoria Prevenção e Controle de Infecção Hospitalar estão fundamentados e cumprem com a finalidade do instrumento proposto. Isto é, para as infecções chamadas de preveníveis, pode-se interferir para a interrupção dessa cadeia. A questão de existir infecções evitáveis, exige da equipe de saúde e das instituições responsabilidade ética, técnica e social para prover os serviços e os profissionais de condições de prevenção, revelando-se em um dos pontos fundamentais em todo o processo.



CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

3 Lista de verificação para avaliar ambiente e cuidado seguro em hospitais

Sumário

A RDC 36 da ANVISA (2013), a qual o especialista em qualidade EQ2 faz menção, estabelece estratégias e ações de gestão de risco com as quais esses itens estão em consonância, alertando para o desenvolvimento de atitudes responsáveis do pessoal de saúde no que se refere à higiene das mãos e prevenção e controle de eventos adversos, particularmente as infecções relacionadas à assistência à saúde e promoção do ambiente seguro.

Gerenciamento de Resíduos

A Tabela 2 apresenta os 12 itens que compõem a categoria Gerenciamento de Resíduos e os números correspondentes aos amparos legal e normativos que, no julgamento dos validadores, fundamentam as ações/orientações presentes na lista de Verificação. Também nesta categoria, participaram os três especialistas em qualidade (EQ1, EQ2, EQ3) e dois especialistas (E3 e E4) que atuam na área de Gerência de Risco Hospitalar.

Pode-se verificar que apenas dois validadores (EQ1 e EQ3) responderam que todos os itens estão amparados exclusivamente pelas legislações apontadas no instrumento.

Tabela 2 – Respostas dos Validadores aos itens de Gerenciamento de Resíduos

Item	Validadores				
	EQ1	EQ2	EQ3	E3	E4
Os coletores estão identificados com a simbologia.	1	1	1, 2, 3, 5	1	1
Os recipientes de resíduo químico estão em local adequado	2	1	1, 2, 3, 5	1, 2	1
Os resíduos são descartados corretamente conforme a sua classificação.	2	1	1, 2, 3, 5	1, 2	1





CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

3 Lista de verificação para avaliar ambiente e cuidado seguro em hospitais

Sumário

Os resíduos são transportados em containers com tampa.	2	1	1, 2, 3, 5	1	1
Os funcionários da limpeza usam equipamentos de proteção individual.	4	4	1, 2, 3, 5	1	5
O expurgo está organizado.	1	*	2, 3	1	-
O expurgo está limpo.	1	*	2, 3	1	-
O material de limpeza do expurgo está identificado e datado.	1	*	2, 3	-	5
Há objetos inadequados no expurgo.	1	*	2, 3	-	*
Há presença de lixeiras com tampa.	1	1*	1, 2, 3, 5	-	1, 2
Há presença de lixeiras acionadas por pedal.	1	*	1, 2, 3, 5	-	1, 2
Os recipientes de perfuro cortante estão em local adequado.	2	*	1, 2, 3, 5	1	1, 2

Fonte: SANTOS (2015).

Nota: O asterisco (*) indica que o julgador fez alguma observação em relação ao item.

As seguintes legislações foram sugeridas para amparar a categoria Gerenciamento de Resíduos:

1. Resolução de Colegiado N 306, de 7 de dezembro de 2004.
2. Resolução de Colegiado N° 358, de 29 de abril de 2005.
3. Resolução de Colegiado N° 36, de 25 de julho de 2013.
4. Portaria SIT N 292, de 08 de dezembro de 2011.
5. Portaria SSST N 25 de 29 de dezembro de 1994.

O especialista em qualidade EQ2 nos itens de 6 a 12 incluiu o Manual de Boas Práticas no campo destinado para comentários. Essa inclusão deve-se ao fato de os itens estarem também



CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

3 Lista de verificação para avaliar ambiente e cuidado seguro em hospitais

Sumário

relacionados à conduta do profissional diante do seu ambiente de trabalho. Por exemplo, é comum se encontrar unidades hospitalares onde as lixeiras não possuem pedal, obrigando os profissionais a manuseá-las com as mãos. Certamente esta prática aumenta o risco de acidentes e contaminações. Outro exemplo é a localização da caixa de perfuro cortante, que em muitas ocasiões ficam localizadas sobre bancadas úmidas, distante da realização dos procedimentos, em altura inadequada, ora muito baixa, ora alta demais, ou fora do suporte de apoio.

O especialista E4 questionou o item 9, deixando transparecer sua dúvida e justificando a ausência da resposta neste quesito, de tal forma que, diante dos demais validadores desta categoria, foi o único que interpretou de forma diferente a afirmativa contida na categoria, não gerando, todavia, relevância para o escopo do trabalho. Apenas para contextualizar a questão, cabe relatar que é bastante frequente se encontrar, nos expurgos hospitalares, alguns objetos que não deveriam estar guardados e armazenados neste local, como por exemplo: pertences pessoais dos profissionais da higienização, pertences de pacientes que já saíram de alta hospitalar ou que tiveram óbito e por algum motivo as famílias não os retiraram, armazenamento de materiais esterilizados, a guarda de equipamentos e materiais hospitalares, entre outras diversas situações. O aspecto abordado por esse item visa o alinhamento da ambiência hospitalar com a qualidade e a segurança do cuidado seguro.

O especialista E3 nos itens 8, 9, 10 e 11, assim como o especialista E4 nos itens 6 e 7 optaram em não responder. Tal fato, pode-se atribuir a fatores como: esquecimento, desconhecimento ou dúvidas sobre a temática relacionada. Curioso é que isto ocorreu justamente com os avaliadores específicos da área, o que no planejamento estratégico do estudo, tentou-se evitar ao desmembrar o instrumento.



CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

3 Lista de verificação para avaliar ambiente e cuidado seguro em hospitais

Sumário



Medicamentos de Alta Vigilância e Substâncias Controladas

A Tabela 3 apresenta seis itens que compõem a categoria Medicamentos de Alta Vigilância e Substâncias Controladas e os números correspondente aos amparos legal e normativos que, no julgamento dos validadores, fundamentam as ações/orientações presentes na lista de Verificação. Além dos três especialistas em qualidade (EQ1, EQ2, EQ3), dois especialistas (E5 e E6), que atuam na área de Farmácia Hospitalar, analisaram os itens e legislação.

Tabela 3 – Respostas dos Validadores aos itens de Medicamentos de Alta Vigilância e Substâncias Controladas

Item	Validadores				
	EQ1	EQ2	EQ3	E5	E6
1. A chave do armário de psicotrópico está com o enfermeiro.	2	1*	1, 2	1, 4	*
2. Os psicotrópicos estão em local adequado	2	1	1, 2	1, 4	*
3. Há registro da temperatura da geladeira com ações corretivas descritas.	3	*	1	*	3*
4. Os medicamentos fora da porta da geladeira	3	*	1	-	*
5. Os medicamentos de alta vigilância são identificados e segregados dos demais.	4	4*	1,2	4	3
6. Os medicamentos próximos do vencimento são identificados com etiquetas.	1	*	1	-	3*

Fonte: SANTOS (2015).

Nota: O asterisco (*) indica que o julgador fez alguma observação em relação ao item.

A categoria Medicamentos de alta vigilância e substâncias controladas recebeu como sugestões de legislação:

1. Resolução de Colegiado N° 36, de 25 de julho de 2013.

CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

3 Lista de verificação para avaliar ambiente e cuidado seguro em hospitais

Sumário

2. Portaria SVS/MS N 344/1998.
3. Resolução de Colegiado N° 45/2012.
4. Organização Mundial da Saúde (OMS) meta n° 3 internacional de segurança do paciente.

Apenas dois especialistas de qualidade julgaram os seis itens como tendo amparo legal exclusivamente baseados na legislação apresentada no instrumento. Tanto o especialista em qualidade EQ2 como o especialista E6 incluíram na coluna comentários informações mais específicas da Portaria SVS/MS N° 344 (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 1998). Porém, vale ressaltar que esta legislação já estava contida nas legislações sugeridas para apoiar esta categoria. Considera-se que os dois validadores destacaram que, no item 1, “a chave do armário dos psicotrópicos estão com o enfermeiro”, o trecho contido na Portaria em questão “aborda no capítulo VII que os medicamentos controlados por essa portaria devem ficar sob a guarda de chaves ou outro dispositivo que ofereça segurança sob a guarda/ supervisão do farmacêutico”. Todavia, na maior parte dos hospitais esses medicamentos ficam armazenados na farmácia e também dentro do posto de enfermagem, neste caso, sob a responsabilidade do profissional enfermeiro. Deve ser contabilizado diariamente e mantido em local segregado dos demais, além de estar chaveado ou com outro dispositivo de segurança. Destaca-se que essas substâncias, quando administradas em doses excessivas e em situações de possível dependência química de algum membro da equipe multiprofissional, podem representar um risco em potencial. Nesse sentido, o enfoque maior é para este controle diário pelo enfermeiro. Entretanto, não isenta a supervisão do farmacêutico.

Sobre os itens 3, 4 e 6, houve a inclusão pelo especialista em qualidade EQ2 e pelo especialista E6 nos mesmos itens, e pelo

CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

3 Lista de verificação para avaliar ambiente e cuidado seguro em hospitais

Sumário

especialista E5 no item 3, do Manual de Boas práticas sobre estocagem do Ministério da Saúde, que também trata desse item.

O especialista em qualidade EQ2 no item 5 comentou sobre o Manual de Padrões da JCI para hospitais, porém, o mesmo já estava referenciado especificamente na legislação sugerida pela autora, na Meta Internacional de Segurança do Paciente nº 3 (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, 2004). Esse tópico é de extrema importância e transcende o Manual de Padrões da JCI para hospitais de 2015, pois está contido em temas mundiais sobre erros de medicação e eventos adversos. Colabora para a temática, a RDC 36 da ANVISA (2013).

O especialista E6 acrescentou como comentários no item 4, que:

(...) é uma questão técnica. Não há recomendação específica nas Boas práticas de estocagem de medicamentos ou legislações. Na porta da geladeira ocorre maior variação de temperatura e por isso não é recomendado a guarda de medicamentos.

No entanto, o foco proposto é alertar para essa prática na rotina diária do enfermeiro, levando em consideração que o armazenamento na porta da geladeira poderá alterar a sua conservação, validade e consequentemente a sua ação, por isso sua importância na Lista de Verificação.

O especialista E5 não julgou os itens 3, 4 e 5. Causou estranheza o fato por se tratar de profissional que atua na área específica. Pode-se atribuir tal percalço ao esquecimento ou alguma dúvida no preenchimento do instrumento. Por serem profissionais altamente capacitados e experientes, não deve existir desconhecimento do assunto. E nesse sentido, observa-se que esta tabela foi a que mais utilizou o campo comentários e que também acrescentou conhecimentos para a validação do instrumento apresentado.



CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

3 Lista de verificação para avaliar ambiente e cuidado seguro em hospitais

Sumário

No item “Há registro da temperatura da geladeira com ações corretivas descritas”, foram inseridas as legislações: Boas Práticas para Estocagem de Medicamentos (MINISTÉRIO DA SAÚDE/CENTRAL DE MEDICAMENTOS, de 1990) e Guia de orientação para estabelecimentos de assistência à saúde, da Coordenação de Vigilância em Saúde – COVISA. (SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PAULO, 2006). Essas legislações mencionam sobre a guarda e o armazenamento dos medicamentos termolábeis, e reforçam sobre o controle da temperatura indicando a faixa preconizada de + 2 a + 8 graus Celsius, destacando a pertinência deste quesito como item da Lista de Verificação.

Organização do Ambiente

A Tabela 4 apresenta cinco itens que compõe a categoria Organização do Ambiente e os números correspondentes aos amparos legal e normativos que, no julgamento dos validadores, fundamentam as ações/orientações presentes na Lista de Verificação. Analisaram essa categoria, além dos três especialistas em qualidade (EQ1, EQ2, EQ3), dois especialistas (E7 e E8) que atuam na área de Administração Hospitalar.

Tabela 4 – Respostas dos Validadores aos itens de Organização do Ambiente

Item	Validadores				
	EQ1	EQ2	EQ3	E7	E8
1. O posto de enfermagem encontra-se organizado.	2	*	1	-	1
2. Há presença de maca no setor.	3	2*	1	-	2
3. Há cadeiras de roda localizada no setor.	3	2	1	*	-
4. O carro de parada é conferido periodicamente.	1	*	1	1	1





CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

3 Lista de verificação para avaliar ambiente e cuidado seguro em hospitais

Sumário

nos locais de atendimento imediato. Dentre todas essas observações, ressalta-se que todos os equipamentos e materiais que fazem parte do ambiente hospitalar devem estar inclusos no Plano de Segurança do Paciente em Serviços de Saúde (PSP) inseridos no Artigo 8 da RDC 36 (ANVISA, 2013).

Segurança do Trabalhador

Finalmente, a Tabela 5 apresenta três itens que compõem a categoria Segurança do Trabalhador e os números correspondentes aos amparos legal e normativos que, no julgamento dos validadores, fundamentam as ações/orientações presentes na Lista de Verificação. Analisaram essa categoria os três especialistas em qualidade (EQ1, EQ2, EQ3) e dois especialistas (E9 e E10) que atuam na área de Segurança do Trabalho.

Tabela 5 – Respostas dos Validadores aos itens de Segurança do Trabalhador

Item	Validadores				
	EQ1	EQ2	EQ3	E9	E10
Os funcionários estão uniformizados e identificados com crachá.	2	*	2, 3	3	3
Os funcionários utilizam adornos durante o horário e trabalho.	3	3	2, 3	3	3
Os funcionários usam equipamento de proteção individual, sempre que necessário.	3	1	1, 2, 3	3	1, 3

Fonte: SANTOS (2015)

Nota: O asterisco (*) indica que o julgador fez alguma observação em relação ao item.

Para a Categoria Segurança do trabalhador foram sugeridas as: legislações seguintes:



CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

3 Lista de verificação para avaliar ambiente e cuidado seguro em hospitais

Sumário

1. Portaria SIT N 292, de 08 de dezembro de 2011.
2. Resolução de Colegiado N° 36, de 25 de julho de 2013.
3. Norma Regulatória N 32 do MT.
4. Portaria SIT N 128, de 11 de dezembro de 2009.

Nesta categoria todos os itens foram respondidos pelos cinco validadores. Pode-se perceber que apenas o especialista em qualidade EQ2 optou por outra legislação para fundamentar o item 1, inserindo a Lei 10.241, de 17 de março de 1999 (BRASIL, 1999). Essa Lei destaca que os usuários do SUS devem identificar as pessoas responsáveis direta e indiretamente por sua assistência, por meio de crachás visíveis, legíveis e que contenham: a) nome completo; b) função; c) cargo, dentre outros. Desta forma, propiciam de maneira mais eficiente a segurança do profissional e do usuário. O Manual de Padrões da JCI também sinaliza para a importância da identificação correta dos pacientes e profissionais dentro das instituições de saúde (JOINT COMMISSION INTERNATIONAL, 2011), ratificando a relevância desses itens na lista de verificação.

CONCLUINDO

A partir da análise dos resultados obtidos no estudo, com a maioria dos itens respondidos pelos validadores, especialistas de qualidade e especialistas de setores, considera-se efetivada a validação do instrumento.

Em todas as tabelas, observa-se que a maior parte dos validadores utilizaram exclusivamente as legislações sugeridas e, em poucas situações os itens foram respondidos utilizando-se outras legislações. Em raríssimos casos, os itens foram julgados como não amparados pela legislação sugerida.

CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

3 Lista de verificação para avaliar ambiente e cuidado seguro em hospitais

Sumário

Dos resultados obtidos pode-se inferir, também, que a inserção das legislações, previamente apresentadas juntamente com o *link* disponibilizado para consulta, facilitou o trabalho dos especialistas que se sentiram mais seguros ao responder o instrumento. Essa estratégia mostrou-se eficaz também no que se refere ao retorno das respostas, que foi alcançado quase que totalmente. No entanto, não se pode deixar de registrar a estranheza causada pela não resposta de alguns especialistas. Justamente aqueles que, por ocasião do planejamento do estudo, acreditou-se que trariam as maiores e mais ricas contribuições. Este fato, mesmo assim, não comprometeu as conclusões que emergiram das análises.

A Tabela 3, que aborda a categoria Medicamentos de alta vigilância e substâncias controladas, foi a mais comentada pelos validadores especialistas e que menos ratificou as legislações sugeridas. Pode-se atribuir esse número maior de comentários ao fato de os especialistas serem farmacêuticos com atuação em farmácia clínica e hospitalar. Outro elemento a ser destacado, é que nos comentários dos validadores havia a repetição das legislações já sugeridas, traduzindo, esse aspecto, como uma necessidade de enfatizá-las.

A Tabela 5, que se refere à categoria Segurança do Trabalhador, apresentou quase que, na sua totalidade, exclusivamente a legislação apresentada. Destacando, nesse caso, que os Validadores não trouxeram novas contribuições em relação à legislação apresentada para fundamentar esse tema. Cabe ressaltar, ainda, que a qualificação e as diferentes categorias profissionais dos Validadores contribuíram para a obtenção de bons resultados nas informações coletadas.

Ficou bastante evidente o envolvimento e a preocupação dos especialistas em propor ajustes no instrumento e a necessidade

CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

3 Lista de verificação para avaliar ambiente e cuidado seguro em hospitais

Sumário

de os mesmos serem constantemente aprimorados e atualizados, visando oportunidades de melhorias em busca de uma avaliação mais precisa e segura. Ficou claro também, como apresentado no início deste estudo, que as legislações vigentes, sobretudo a Resolução de Colegiado (RDC 36) da ANVISA (2013), ressaltam a obrigatoriedade de se estabelecer ações para a segurança do paciente em serviços de saúde público ou privados, contribuindo na pertinência dos indicadores que compõem as categorias do presente estudo e de seus respectivos itens.

Por fim, pode-se afirmar, diante do exposto, que a opinião dos diversos especialistas, em consonância com as legislações e amparo descritos nos quadros e ratificados na experiência profissional deles, evidenciou a importância da atualização e emprego do instrumento proposto na prática das atividades, visando a segurança do paciente e a máxima redução de riscos contidos no ambiente hospitalar.

A VERSÃO VALIDADA DA LISTA DE VERIFICAÇÃO PARA AVALIAR AMBIENTE E CUIDADO SEGURO EM HOSPITAIS

A partir dos resultados que emergiram do estudo, especialmente o que evidenciou a importância da atualização e emprego do instrumento proposto, apresenta-se nesta sessão a versão validada da Lista de Verificação, como produto final desse estudo.

O instrumento possui um cabeçalho que inclui cinco campos de identificação: setor, andar, mês, data, e nome do enfermeiro que fará uso do instrumento. Essas informações são importantes para que não haja dúvida sobre onde e quando ocorreu a aplicação da Lista de Verificação e quem foi o responsável por seu preenchimento.

CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

3 Lista de verificação para avaliar ambiente e cuidado seguro em hospitais

Sumário

Como a Lista de 2011, a Lista de Verificação validada está organizada em colunas. A primeira coluna apresenta a relação dos itens a serem observados. As quatro colunas seguintes indicam as possibilidades de julgamento para esses itens: *adequado*, *inadequado*, *não avaliado* e *não aplicável*. *Não avaliado* se refere aos itens que, por alguma razão, não foram considerados durante o processo de aplicação da Lista, enquanto que *não aplicável* é adequado a itens que não constam das categorias ou setores hospitalares em foco.

A última coluna é reservada a Observações/Ações, para os casos em que o avaliador deseje acrescentar algum comentário pertinente ao item observado.

As sugestões e recomendações feitas pelos especialistas, por ocasião da validação, foram todas consideradas e incorporadas ao instrumento. A versão final ficou estruturado com 34 itens, agrupados em cinco categorias, apresentadas a seguir.

Prevenção e Controle de Infecção Hospitalar

Com oito itens, visa identificar: realização do procedimento de higienização das mãos pelos profissionais, disponibilidade de álcool gel, organização do estoque do setor, datas de almotolias e frascos multidoses de medicamentos e soluções, controle de validade dos materiais, e a guarda e armazenamento de materiais e outros.

Gerenciamento de Resíduos

Com 12 itens, busca avaliar: identificação dos coletores de resíduos, a localização e o descarte corretos, o transporte adequado,

CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

3 Lista de verificação para avaliar ambiente e cuidado seguro em hospitais

Sumário

a utilização de equipamentos de proteção individual pelos funcionários da higiene, e a organização do expurgo. Esta categoria contemplou o maior número de itens observados e avaliativos da lista de verificação, por ser uma categoria que está alinhada a uma extensa legislação e com diversas especificidades.

Medicamentos de alta vigilância e substância controladas

Com seis itens avaliativos, foca em: guarda e controle dos medicamentos psicotrópicos, controle de temperatura de geladeira na guarda dos medicamentos, identificação dos medicamentos chamados de alta vigilância, e processo para identificar medicamentos que estão próximos ao vencimento.

Organização do Ambiente

Com cinco itens avaliativos, é representado por: organização do posto de enfermagem, guarda de equipamentos e conferência de equipamentos e materiais de emergência.

Segurança do Trabalhador

Com três itens avaliativos, busca avaliar os seguintes aspectos: apresentação pessoal dos funcionários e principalmente à adesão à Norma Regulamentadora (NR32). Vale ressaltar que, esta categoria foi a que contabilizou o menor número de itens, por fazer menção quase que totalmente à NR 32.

CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

3 Lista de verificação para avaliar ambiente e cuidado seguro em hospitais

Sumário

Em síntese, as principais alterações feitas na Lista de Verificação, em relação à versão anterior (2011), foram as seguintes:

- os itens avaliativos foram agrupados em categorias. Esse novo *layout* da Lista de Verificação foi sugerido por um dos validadores com a intenção de facilitar a visualização pelo usuário e tornar mais objetiva e prática a avaliação de determinado setor;
- os itens avaliativos tiveram suas redações revisadas, com a finalidade de padronização da forma;
- houve o acréscimo de 4 itens. Três deles não constavam na versão de 2011: “os funcionários da limpeza utilizam equipamento de proteção individual”, “os funcionários estão uniformizados e identificados com crachá”, e “os funcionários utilizam adornos durante o horário e trabalho. O quarto item surgiu do desmembramento do item “carro de PCR e desfibrilador conferidos”, da versão anterior, em dois novos itens: “o carro de parada é conferido periodicamente” e “o desfibrilador é testado diariamente”. Tal decisão justifica-se pelo fato de que a forma antiga não garantia precisão do que foi avaliado, pois uma única possibilidade de resposta não especifica a qual ou quais equipamentos ela se refere. Além disso, a nova redação possibilita uma melhor compreensão do que se propõe avaliar e da ação que se espera do avaliador.

Como resultado, cabe destacar que as legislações apresentadas e analisadas pelos validadores foram consideradas todas pertinentes, imprimindo à nova Lista de Verificação um embasamento mais sólido. O estudo destacou, também, a importância da utilização dos itens apontados na Lista, visando promover a segurança do paciente e a melhoria da qualidade nos serviços de saúde. Isso pode ser verificado pelos comentários

CONS
TRU E VALIDAÇÃO
ÇÃO DE INSTRUMENTOS
DE AVALIAÇÃO
da teoria à exemplificação prática

3 Lista de verificação
para avaliar
ambiente
e cuidado seguro
em hospitais

Sumário

feitos pelos validadores relativos às categorias. Como exemplo, ressaltam-se os comentários feitos pelos especialistas farmacêuticos. Estes, na categoria Medicamentos de alta vigilância e substâncias controladas, destacaram a importância da presença do item “Medicamentos fora da porta da geladeira”. Um cuidado de suma importância que é fruto da vivência da prática clínica e hospitalar e não deve ser negligenciado.

Nesse sentido se insere a relevância do estudo e a recomendação de utilização da Lista de Verificação proposta que, em sua aplicabilidade, por envolver itens de segurança, deve suscitar uma reflexão crítica dos procedimentos envolvidos nos itens com foco direto no ponto que deve ser observado ou avaliado.

LISTA DE VERIFICAÇÃO PARA AVALIAR AMBIENTE E CUIDADO SEGURO EM HOSPITAIS

Setor: _____		Andar: _____		Mês: _____	Data: ____ / ____ / ____		Enfermeiro: _____	
Itens observados				Adequado	Inadequado	Não Avaliado	Não Aplicável	Observações/Ações
Prevenção e controle de infecção hospitalar	Os profissionais realizam a higiene das mãos corretamente	☐	☐	☐	☐			
	Há presença de álcool gel no setor	☐	☐	☐	☐			
	Há dispensadores de álcool gel funcionando	☐	☐	☐	☐			
	O estoque do setor encontra-se limpo e organizado	☐	☐	☐	☐			
	As almotolias estão datadas	☐	☐	☐	☐			
	Os frascos de multidoses estão datados	☐	☐	☐	☐			
	A validade do material do estoque encontra-se conferida (invasivos e de vias aéreas).	☐	☐	☐	☐			
	Há presença de caixa de papelão no estoque de material do setor.	☐	☐	☐	☐			
Gerenciamento de resíduos	Os coletores estão identificados com a simbologia.	☐	☐	☐	☐			
	Os recipientes de resíduo químico estão em local adequado	☐	☐	☐	☐			
	Os resíduos são descartados corretamente conforme a sua classificação.	☐	☐	☐	☐			
	Os resíduos são transportados em containers com tampa.	☐	☐	☐	☐			
	Os funcionários da limpeza usam equipamentos de proteção individual.	☐	☐	☐	☐			
	O expurgo está organizado.	☐	☐	☐	☐			
	O expurgo está limpo.	☐	☐	☐	☐			
	O material de limpeza do expurgo está identificado e datado.	☐	☐	☐	☐			
	Há objetos inadequados no expurgo.	☐	☐	☐	☐			

101

CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

3 Lista de verificação para avaliar ambiente e cuidado seguro em hospitais

Sumário

REFERÊNCIAS

ANVISA (Brasil). Agência Nacional de Vigilância Sanitária. *Boletim Informativo da OMS* – 2002. Brasília, DF: ANVISA, 2002. Disponível em: <<http://portal.anvisa.gov.br/wps/content/Anvisa+Portal/Anvisa/Pos+-+Comercializacao+-+Pos+-+Uso/Farmacovigilancia/Assunto+de+Interesse/Boletins+Informativos/Boletins+Informativos+da+OMS+Traduzidos+sobre+Produtos+Farmaceuticos/BoletimOMS2002>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

ANVISA (Brasil). Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Portaria nº 344, de 12 de maio de 1998. Aprova o regulamento técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial. *Diário Oficial [da] República*, Brasília, DF, 19 maio 1998a. Disponível em: <<http://www.anvisa.gov.br/scriptsweb/anvisaegis/VisualizaDocumento.asp?ID=939&Versao=2>>. Acesso em: 29 abr. 2015.

ANVISA (Brasil). Agência Nacional de Vigilância Sanitária. *Quem é quem*. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<http://portal.anvisa.gov.br/wps/content/Anvisa+Portal/Anvisa/Agencia/Assunto+de+Interesse/Quem+e+Quem>>. Acesso em: 29 abr. 2015.

ANVISA (Brasil). Agência Nacional de Vigilância Sanitária. *Portaria nº 2.616, de 12 de maio de 1998*. Expede diretrizes e normas para prevenção e o controle das infecções hospitalares. *Diário Oficial [da] República*, Brasília, DF, 13 maio 1998b.

ANVISA (Brasil). Agência Nacional de Vigilância Sanitária. *Resolução da Diretoria Colegiada – RDC nº 36*, de 25 de julho de 2013. Institui ações para a segurança do paciente em serviços de saúde e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República*, Brasília, DF, 25 jul. 2013. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2013/rdc0036_25_07_2013.html>. Acesso em: 29 abr. 2015.

ANVISA (Brasil). Agência Nacional de Vigilância Sanitária. *Resolução da Diretoria Colegiada – RDC nº 42*, de 25 de outubro de 2010. Dispõe sobre a obrigatoriedade de disponibilização de preparação alcoólica para fricção antisséptica das mãos, pelos serviços de saúde do País, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República*, Brasília, DF, 25 out. 2010. Disponível em: <<http://www20.anvisa.gov.br/segurancadopaciente/index.php/legislacao/item/rdc-42-de-25-de-outubro-de-2010>>. Acesso em: 29 abr. 2015.

CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

3 Lista de verificação para avaliar ambiente e cuidado seguro em hospitais

Sumário

ANVISA (Brasil). Agência Nacional de Vigilância Sanitária. *Resolução da Diretoria Colegiada – RDC nº 45*, de 9 de agosto de 2012. Dispõe sobre a realização de estudos de estabilidade de insumos farmacêuticos ativos. Diário Oficial [da] República, Brasília, DF, 10 ago. 2012. Disponível em: <<http://legislacaoemgeral.blogspot.com.br/2012/08/anvisa-resolucao-rdc-n-452012.html>>. Acesso em: 29 abr. 2015.

ANVISA (Brasil). Agência Nacional de Vigilância Sanitária. *Resolução da Diretoria Colegiada – RDC nº 50*, de 21 de fevereiro de 2002. Dispõe sobre o regulamento técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde. Diário Oficial [da] República, Brasília, DF, 21 fev. 2002. Disponível em: <<http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/ca36b200474597459fc8df3fbc4c6735/RDC+N%C2%BA.+50,+DE+21+DE+FEVEREIRO+DE+2002.pdf?MOD=AJPERES>>. Acesso em: 29 abr. 2015.

ANVISA (Brasil). Agência Nacional de Vigilância Sanitária. *Resolução da Diretoria Colegiada – RDC nº 306*, de 7 de dezembro de 2004. Dispõe sobre o regulamento técnico para o gerenciamento de resíduos de serviço de saúde. Diário Oficial [da] República, Brasília, DF, 7 dez. 2004. Disponível em: <<http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/10d6dd00474597439fb6df3fbc4c6735/RDC+N%C2%BA.+306,+DE+7+DE+DEZEMBRO+DE+2004.pdf?MOD=AJPERES>>. Acesso em: 29 abr. 2015.

ANVISA (Brasil). Agência Nacional de Vigilância Sanitária. *Resolução nº 2, de janeiro de 2010*. Dispõe sobre o gerenciamento de tecnologias em saúde em estabelecimentos de saúde. Diário Oficial [da] República, Brasília, DF, 2 jan. 2010. Disponível em: <http://bvsm.sau.gov.br/bvs/sau/legis/anvisa/2010/res0002_25_01_2010.html>. Acesso em: 29 abr. 2015.

BRASIL. *Lei n. 9.782*, de 26 de janeiro de 1999. Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 jan. 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9782.htm>. Acesso: 15 jan. 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Portaria n. 930*, de 27 de agosto de 1992. Dispõe sobre normas e instruções para o controle das infecções hospitalares no país (revoga a Port 196/83). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 4 set. 1992. Seção 1, p. 12279-82. Disponível em: <<http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/>

CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

3 Lista de verificação para avaliar ambiente e cuidado seguro em hospitais

Sumário

b44fbf00474576ba848bd43fbc4c6735/PORTARIA+N%C2%BA+930-1992.pdf?MOD=AJPERES>. Acesso: 15 jan. 2015.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Norma Regulamentadora 32*. Aprovada norma que regulamenta proteção aos trabalhadores em hospitais e clínicas de saúde. Brasília, DF: Ministério do Trabalho e Emprego, 2005. Disponível em: <<http://www.cmqv.org/website/artigo.asp?cod=1461&idi=1&moe=212&id=15359>>. Acesso em: 15 jan. 2005.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretária de Inspeção do Trabalho. *Portaria nº 128*, de 11 de dezembro de 2009. Altera o grau de risco da classe 23.42-7 da CNAE, constante no quadro I da NR 4. [Diário Oficial da União]. Brasília, DF, 14 dez. 2009. Seção 1, p. 87. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BE914E6012BF37E8DBE608F/p_20091211_128.pdf>. Acesso em: 16 maio 2014.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretária de Inspeção do Trabalho. *Portaria nº 292*, de 8 de dezembro de 2011. Altera o anexo I (Lista de equipamentos de proteção individual) da norma regulamentadora nº 06 (Equipamento de Proteção Individual). [Diário Oficial da União]. Brasília, DF, 9 dez. 2011. Seção 1, p. 131. Disponível em: <[http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A33EF4599013432768C620A64/Portaria%20n.%C2%BA%20292%20\(Altera%20Anexo%20I%20da%20NR-06\)%20EPI_Queda.pdf](http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A33EF4599013432768C620A64/Portaria%20n.%C2%BA%20292%20(Altera%20Anexo%20I%20da%20NR-06)%20EPI_Queda.pdf)>. Acesso em: 16 maio 2015.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretária de Segurança e Saúde no Trabalho. *Portaria nº 25*, de 29 de dezembro de 1994. [Diário Oficial da União], Brasília, DF, 30 dez. 1994. Seção 1, p. 21.280-21.282.

BRASIL. *Portaria n. 529*, de 1 de abril de 2013. Institui o Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2 abr. 2013. Disponível em: <<http://www20.anvisa.gov.br/segurancadopaciente/index.php/legislacao/item/portaria-529>>. Acesso: 15 jan. 2015.

CENTRO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (Brasil). *Medicamentos*. São Paulo: Secretaria de Estado de Saúde, 2011. Disponível em: <http://www.cvs.saude.sp.gov.br/apresentacao.asp?te_codigo=2>. Acesso em: 16 maio 2014.

CHIANCA, Thomaz; MARINO, Eduardo; SHIESARI, Laura. *Desenvolvimento e cultura de avaliação em organizações da sociedade civil*. São Paulo: Global, 2004.

CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

3 Lista de verificação para avaliar ambiente e cuidado seguro em hospitais

Sumário

COELHO, Hamilton. *Manual de gerenciamento de resíduos sólidos e serviços de saúde*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2000. Disponível em: <<http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IsisScript=iah/iah.xis&src=google&base=LILACS&lang=p&nextAction=Ink&exprSearch=284171&indexSearch=ID>>. Acesso em: 28 abr. 2015.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. (Brasil). *Resolução nº 2.073*, de 11 de abril de 2014. Dispõe sobre a nova redação do Anexo II da Resolução CFM nº 2.056/13, que disciplina os departamentos de Fiscalização nos Conselhos Regionais de Medicina, estabelece critérios para a autorização de funcionamento dos serviços médicos de quaisquer naturezas, bem como estabelece critérios mínimos para seu funcionamento, vedando o funcionamento daqueles que não estejam de acordo com os mesmos. Trata também dos roteiros de anamnese a serem adotados em todo o Brasil, inclusive nos estabelecimentos de ensino médico, bem como os roteiros para perícias médicas e a organização do prontuário de pacientes assistidos em ambientes de trabalho dos médicos. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 11 abr. 2014. Seção 1, p. 154.

GUIA de orientação para estabelecimento de assistência à saúde. São Paulo: Secretária Municipal de Saúde, 2006. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/guia_final_1255095079.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2015.

GRIOLETO, Andréia Regina Lopes; GIMENES, Fernanda Raphael Escobar; AVELAR, Maria do Carmo Querido. Segurança do cliente e as ações frente ao procedimento cirúrgico. *Revista Eletrônica de Enfermagem*, Goiânia, v. 13, n. 2, 2011. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/fen/article/view/10326/9642>>. Acesso em 29 abr. 2015.

JOINT COMMISSION INTERNATIONAL. *Manual Internacional de Padrões para Acreditação Hospitalar*. 4. ed. Estados Unidos da América: CBA, 2011.

LEITE, Ligia S. Listas de verificação. In: ELLIOT, Ligia Gomes. (Org.). *Instrumentos de avaliação e pesquisa*. Rio de Janeiro: Wak, 2012.

LUCATELLI, Marcos Vinícius. *Proposta de aplicação da manutenção centrada em confiabilidade em equipamentos médico-hospitalares*. 2002. Tese (Doutorado em Engenharia Elétrica)-Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

MACHADO, Jorge Mesquita Huet; MINAYO-GÓMEZ, Carlos. Acidentes de trabalho: concepções e dados. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.)

CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

3 Lista de verificação para avaliar ambiente e cuidado seguro em hospitais

Sumário

Os muitos Brasis: saúde e população na década de 80. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec/Abrasco, 1995.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (Brasil). *Boas práticas para estocagem de medicamentos.* Brasília, DF: Ministério da Saúde; Central de Medicamentos, 1990. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd05_05.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2015.

NÉRI, Eugenie Desirée Rabelo et al. Erros na área da saúde: culpado ou inocente?. *Revista Infarma.* Ciências Farmacêuticas. Brasília, DF, v. 18, n. 3/4, 2006.

PEREIRA, Milca Severino et al. A infecção hospitalar e suas implicações para o cuidar da enfermagem. *Rev. Texto Contexto Enfermagem.* Florianópolis, v. 2, n. 14, p. 250-257, abr./jun., 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tce/v14n2/a13v14n2.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2014.

SANTOS, ANA PAULA D'OLIVEIRA DOS. *Atualização e validação da lista de verificação para avaliar ambiente e cuidado seguro em hospitais.* 62 f. 2015. Dissertação. (Mestrado Profissional em Avaliação)- Fundação Cesgranrio, Rio de Janeiro, 2015.

SEGURANÇA e saúde no trabalho em serviço de saúde. Norma Regulamentadora nº 32 – NR 32. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <<http://www.guiatrabalhista.com.br/legislacao/nr/nr32.htm>>. Acesso em: 28 abr. 2015.

SEGURANÇA NO AMBIENTE HOSPITALAR. Rio de Janeiro: ANVISA, [s.d.]. Disponível em: <http://www.anvisa.gov.br/servicosade/manuais/seguranca_hosp.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2015.

WORTHEN, Blaine R.; SANDERS, James L.; FITZPATRICK, Jody R. *Avaliação de programas: concepções e práticas.* São Paulo: Ed. Gente, 2004.

Resolução de Colegiado Nº 358, de 29 de abril de 2005. Disponível em: <http://www.esa.ensino.eb.br/meioambiente/arquivos/CONAMA_RES_CONS_2005_358_residuo_hospitalar.pdf>.

Portaria SSST N 25 de 29 de dezembro de 1994. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BE914E6012BEA44A24704C6/p_19941229_25.pdf>.

Organização Mundial da Saúde (OMS) meta n 3 internacional de segurança do paciente. Disponível em: <<http://www.into.saude.gov.br/upload/arquivos/acreditacao/folder metas.pdf>>.



4

Instrumento de avaliação de projetos sociais: construção e validação

Luciane Pires da Silva

Ligia Gomes Elliot

DOI: 10.31560/pimentacultural/2018.983.107-152



CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

4 Instrumento de avaliação de projetos sociais

Sumário

RAZÕES E EMBASAMENTO PARA A CONSTRUÇÃO DO INSTRUMENTO

O instrumento apresentado neste capítulo é destinado à avaliação de projetos sociais. Tem sua origem na responsabilidade social de uma empresa brasileira, a Petrobras, ao se voltar para o desenvolvimento do Programa Socioambiental. Em 2013, a empresa investiu R\$ 780 milhões em mais de 1.600 projetos sociais, ambientais, culturais e esportivos no Brasil e em diversos países que atua (PETROBRAS, [2015h]).

Para embasar a elaboração do instrumento, buscou-se a origem da preocupação com o social em eventos históricos que marcaram o despertar da problemática ambiental, ao considerar desastres de trágicas consequências, resultantes da falta de consciência e respeito das empresas em relação à sociedade. A seguir, focalizou-se a responsabilidade social e ambiental da Petrobras que respalda a criação do Programa. Concluindo, uma breve revisão sobre o tema avaliação de projetos sociais ofereceu o ensino para a elaboração e validação do instrumento.

A Responsabilidade Social Empresarial

A partir da Segunda Guerra Mundial, muitas empresas começaram a ser associadas a uma série de desastres socioambientais, como, por exemplo, as consequências do lançamento das bombas atômicas sobre Hiroshima e Nagasaki, trazendo grandes mudanças na visão da sociedade sobre as questões ambientais. Uma percepção mais realista das empresas, até então idolatradas pela cultura de consumo de massa, foi aos poucos surgindo. A atuação predatória e inconsequente dessas



CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

4 Instrumento de avaliação de projetos sociais

Sumário

empresas, aos poucos foi se avolumando, se tornando conhecida e questionável. A tragédia da Baía de Minamata no Japão, em 1956, foi o primeiro caso descoberto de contaminação humana por mercúrio, matando e deformando centenas de pessoas (MARQUES; ALLEDI FILHO, 2012).

Em 1970, a visão pragmática do economista Milton Friedman, que recebeu o prêmio Pulitzer pelo artigo *The social responsibility of business is to increase its profits* (A responsabilidade social das empresas é aumentar seus lucros), publicado no New York Times Magazine, passou a ser repudiada pela sociedade. Nesta época, as empresas viram-se obrigadas a repensar sua conduta (GOMES, 2007). Inicialmente, preocupadas com as prováveis regulamentações impostas pelo governo, passaram a divulgar e difundir suas preocupações socioambientais.

As primeiras ações adotadas pelas empresas estavam associadas ao conceito de filantropia, com inspiração no modelo da caridade cristã, no qual o apoio ao próximo baseava-se em boas intenções e donativos materiais.

A evolução da atuação das empresas no campo da responsabilidade social também foi fortemente impulsionada pelas manifestações dos movimentos sociais e ambientalistas. Em 1972, a Organização das Nações Unidas (ONU) convocou a 1ª Conferência sobre Meio Ambiente Humano. Conhecida como a Conferência de Estocolmo, caracterizou-se como um marco histórico, pois resultou na formulação de leis e intensificação de estudos e programas ambientais em diversas nações (MARQUES; ALLEDI FILHO, 2012).

Com o passar dos anos, novas visões sobre a responsabilidade social corporativa foram emergindo e a sociedade também foi se tornando cada vez mais crítica em relação ao papel das empresas. Algumas empresas decidiram mergulhar mais profundo, incorporando a responsabilidade social em seu sistema

CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

4 Instrumento de avaliação de projetos sociais

Sumário

de gestão. Ao tornar seus produtos mais seguros e saudáveis para os consumidores, extrapolaram o simples cumprimento de suas obrigações legais. Fomentaram a conscientização de seus empregados, para que, diante de cada operação, impactos socioambientais fossem evitados, reduzidos ou mitigados. As empresas que mais avançaram neste sentido foram aquelas que internalizaram o conceito de responsabilidade social corporativa, preocupando-se com o tratamento justo aos seus empregados e investimento em sua formação e desenvolvimento.

Em 2010, foi publicada a Norma Internacional ISO 26000 – Diretrizes sobre Responsabilidade Social (ABNT, 2010), que apresenta uma das conceituações mais atuais sobre responsabilidade social:

A responsabilidade social se expressa pelo desejo e pelo propósito das organizações em incorporar considerações socioambientais em seus processos decisórios e a responsabilizar-se pelos impactos de suas decisões e atividades na sociedade e no meio ambiente. Isso implica um comportamento ético e transparente que contribua para o desenvolvimento sustentável, que esteja em conformidade com as leis aplicáveis e seja consistente com as normas internacionais de comportamento. Também implica que a responsabilidade social esteja integrada em toda a organização, seja praticada em suas relações e leve em conta os interesses das partes interessadas.

Assim, com a evolução do conceito de responsabilidade social, algumas empresas decidiram substituir suas ações de filantropia por um novo modelo: o investimento social privado. Conforme o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE, [2014]), “o investimento social privado é o repasse voluntário de recursos privados de forma planejada, monitorada e sistemática para projetos sociais, ambientais e culturais de interesse público.” Além disso, o GIFE ([2014]) define os seguintes elementos fundamentais, intrínsecos ao conceito de investimento social privado, que diferenciam essa prática das ações assistencialistas: “preocupação com planejamento, monitoramento e avaliação

CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

4 Instrumento de avaliação de projetos sociais

Sumário

dos projetos; estratégia voltada para resultados sustentáveis de impacto e transformação social; e envolvimento da comunidade no desenvolvimento da ação”.

Objetivando contribuir para resolução de problemas, como a exclusão social e a degradação ambiental, algumas empresas optam pelo patrocínio de projetos e programas sociais e ambientais. Esse patrocínio acaba se caracterizando como uma excelente oportunidade de congregação de esforços, já que ocorre por meio de parcerias entre empresas e organizações do Terceiro Setor. A empresa patrocinadora seleciona projetos e organizações capazes de implementá-los, acompanhando sua execução. Com o amadurecimento das iniciativas de investimento social, aumentaram as exigências quanto à comprovação dos resultados e dos impactos provocados por estes projetos. Tornou-se, portanto, fundamental o registro e a produção de evidências das transformações sociais fomentadas por estas iniciativas.

Responsabilidade Social na Petrobras

Na Petrobras, desde 2004, a responsabilidade social está incorporada ao Plano Estratégico, sendo definida como:

A forma de gestão integrada, ética e transparente dos negócios e atividades e das relações com todos os públicos de interesse, promovendo os direitos humanos e a cidadania, respeitando a diversidade humana e cultural, não permitindo a discriminação, o trabalho degradante, o trabalho infantil e escravo e contribuindo para o desenvolvimento sustentável e para a redução da desigualdade social. (PETROBRAS, [2014c], p. 15).

Em consonância com sua Política de Responsabilidade Social, a Companhia assumiu compromissos relativos à atuação corporativa, gestão integrada, desenvolvimento sustentável, direitos humanos, diversidade, princípios de trabalho, compromisso da

CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

4 Instrumento de avaliação de projetos sociais

Sumário

força de trabalho, investimento social sustentável. Dessa forma, a Companhia contempla compromissos de acordo com os princípios do Pacto Global da ONU, contribuindo para o desenvolvimento sustentável, buscando ainda a sustentabilidade dos investimentos sociais para uma inserção digna e produtiva das comunidades (PETROBRAS, [2014c]).

No que tange ao investimento social, a Petrobras procura gerar desenvolvimento econômico, melhorando a qualidade de vida da sociedade. Por isso, patrocina projetos sociais, ambientais, culturais e esportivos em sinergia com políticas públicas, buscando iniciativas que aliem diversidade, consistência, continuidade e ações sustentáveis.

Em 2001, criou seu primeiro programa de investimento social, o Programa Petrobras Social, e realizou sua primeira seleção pública de projetos. Dois anos depois, lançou o Programa Petrobras Fome Zero, que atendeu, durante quatro anos, mais de 10 milhões de pessoas direta e indiretamente e investiu cerca de R\$ 386 milhões (NERY, 2009). Mais tarde, em 2007, lançou o Programa Petrobras Desenvolvimento & Cidadania, em substituição ao Programa Petrobras Fome Zero. O novo Programa, de 2007 a 2012, atendeu direta e indiretamente cerca de 25 milhões de pessoas, com um investimento de 546 milhões (FIGUEIREDO, 2014).

Na avaliação final do Programa Petrobras Desenvolvimento & Cidadania, realizada em 2013, destacou-se como resultado, no relato dos coordenadores dos projetos patrocinados, sua relevante contribuição para a melhoria dos processos de gestão das organizações parceiras. As orientações e solicitações dos gestores da Petrobras foram de suma importância para que as organizações aprimorassem suas estratégias de planejamento, organização, controle e registro de atividades, produzindo também evidências de sua realização (INESC, 2013).

CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

4 Instrumento de avaliação de projetos sociais

Sumário

PROGRAMA PETROBRAS SOCIOAMBIENTAL

Visando integrar a dimensão social com a questão ambiental, em 2013, a Petrobras lançou o programa de investimento social vigente: o Programa Petrobras Socioambiental (PPSA). O objetivo geral deste Programa é

Contribuir para o desenvolvimento sustentável e a promoção de direitos, com investimentos em práticas voltadas para um ambiente ecologicamente equilibrado e socialmente equitativo, gerando resultados para a sociedade e para a empresa. (FIGUEIREDO, 2014, p. 10).

O Programa Petrobras Socioambiental foi criado para o período de 2014 a 2018 e baseia-se em diretrizes e princípios globais de responsabilidade social, que apresentam transversalidade em relação ao desenvolvimento humano e sustentável, tais como o Pacto Global da ONU e a Norma ISO 26000 (PETROBRAS, [2014c]).

Para participar do Programa, como forma de democratizar o acesso aos recursos e garantir a transparência, a Companhia realiza seleções públicas nacionais e regionais, amplamente divulgadas nos meios de comunicação, além de caravanas às regiões do país, com palestras presenciais e atendimento virtual. Os processos seletivos são organizados com a participação de representantes de diferentes áreas da Petrobras, da sociedade civil e do governo.

As seleções públicas possuem as seguintes etapas: a) Triagem Administrativa; b) Triagem Técnica; c) Comissão de Seleção; d) Conselho Deliberativo (PETROBRAS, [2015g]). Os projetos selecionados são encaminhados para as gerências responsáveis por sua contratação e as instituições proponentes firmam contratos de patrocínio ou convênios com a Petrobras, como determina a Sistemática de Investimentos Socioambientais do Sistema Petrobras (PETROBRAS, 2014b).

CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

4 Instrumento de avaliação de projetos sociais

Sumário

O Programa Petrobras Socioambiental patrocina projetos que estejam inseridos em pelo menos uma das seguintes linhas de atuação: Produção Inclusiva e Sustentável; Biodiversidade e Sociodiversidade; Direitos da Criança e do Adolescente; Florestas e Clima; Educação; Água; e Esporte.

Na linha de atuação Educação, o Programa procura apoiar iniciativas que têm como objetivo o desenvolvimento humano integral, seu preparo para o exercício da cidadania, o respeito ao meio ambiente, a promoção dos direitos humanos e a qualificação para o acesso ao trabalho decente. Neste contexto, a educação é entendida de forma ampla e inclusiva, como estratégia de enfrentamento às desigualdades, promovendo a articulação entre os diversos atores sociais envolvidos nos processos formativos (PETROBRAS, [2013]). De acordo com o Termo de Referência do Programa Petrobras de Investimentos Socioambientais (2014 – 2018), fazem parte desta linha projetos os seguintes subtemas: Educação para o Trabalho, Educação de Jovens e Adultos, Educação Ambiental, Educação Complementar, Educação para Direitos Humanos (PETROBRAS, [2013]).

O Programa Petrobras Socioambiental também possui temas transversais que se relacionam às ações afirmativas que devem ser trabalhadas nos projetos apoiados, visando ampliar o alcance e o potencial de transformação almejado pelo Programa, no que tange à promoção da equidade. Esses temas impactam o desenvolvimento de projetos em todas as linhas de atuação, e deverão ser considerados nos processos de seleção, monitoramento e avaliação dos projetos: Equidade de Gênero, Igualdade Racial, Inclusão de Pessoas com Deficiência (PETROBRAS, [2013]). Foram definidos, ainda, no escopo do Programa, os seguintes públicos prioritários: mulheres; negros; pessoas com deficiência; povos e comunidades tradicionais; povos indígenas; crianças e adolescentes; e juventude.

CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

4 Instrumento de avaliação de projetos sociais

Sumário

Assim, o Programa reforça o compromisso da Petrobras com o desenvolvimento do Brasil, por meio do fortalecimento dos mecanismos de participação e controle social de políticas públicas, vitais para a construção de um país mais justo e equitativo.

Avaliação de Projetos Sociais

Um projeto social busca, por meio de um conjunto integrado de objetivos e atividades, com recurso e prazo determinados, transformar uma parcela da realidade, reduzindo ou eliminando um deficit ou contribuindo para a solução de um problema, a fim de garantir a grupos em situação de desvantagem social o acesso a direitos (COUTINHO; SOARES; SILVA, 2006). De acordo com Sliwiany (2001, p. 71),

Os projetos sociais representam esforços financeiros/ humanos (*input*), que no processo de implementação, se traduzidos em recursos otimizados, terão não só resultados imediatos de benefícios sociais atingidos com os objetivos propostos, mas também, a curto, médio ou longo prazos, produzirão efeitos que impactam (*output*) para o incremento da qualidade de vida.

Apesar de o conceito de responsabilidade social abranger as relações da organização com todos os seus *stakeholders*³, é o investimento social que, na maioria das vezes, oferece mais visibilidade às empresas. Muitas são intituladas *empresas socialmente responsáveis* apenas por patrocinarem projetos em comunidades. Entretanto, o simples repasse de recursos não garante a concretização dos resultados sociais. A forma como tais projetos são implementados é de fundamental importância para o alcance dos objetivos propostos e da transformação social pretendida. Assim,

3. *Stakeholder* significa público estratégico e descreve uma pessoa ou grupo que fez um investimento ou tem ações ou interesse em uma empresa, negócio ou indústria. Fonte: <http://www.significados.com.br/stakeholder/>

CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

4 Instrumento de avaliação de projetos sociais

Sumário

as práticas de avaliação e monitoramento contribuem fortemente para o êxito do projeto.

Na fase inicial deste estudo, Silva (2015) realizou levantamento bibliográfico sobre avaliação de programas e projetos sociais e identificou cerca de 50 fontes sobre o tema, entre livros, artigos, dissertações e teses. Entretanto, poucas destas fontes continham modelos de instrumentos de avaliação de projetos sociais. Assim, foi possível catalogar apenas três questionários direcionados aos participantes ou à equipe executora do projeto, contendo questões formuladas sobre a percepção desses públicos sobre o projeto (DÓRIA; TUBINO, 2014; CARMO, 2014).

Constatou-se, assim, que há um campo vasto para a atuação dos profissionais de avaliação na área social, como corroboram Assumpção e Campos (2011, p. 217).

A avaliação em projetos sociais é amplamente debatida e pouco aplicada em sua essência. Quando aplicada, limita-se a controlar investimentos financeiros realizados ou simplesmente servir como relatório das atividades desenvolvidas, não refletindo em efetividade para atribuir valor ou mérito da ação social. Agrava-se ainda mais a situação ao se constatar a falta de amplo material que ajude, de forma aprofundada e didática, os atores sociais a desempenhar suas funções.

A Petrobras desenvolveu o Sistema de Monitoramento e Avaliação do Investimento Social (MAIS) como forma de acompanhar a realização das atividades dos projetos sociais patrocinados e contrapartidas de marca, como também o alcance de seus objetivos e metas (NERY, 2009). O responsável pelo projeto acessa o sistema periodicamente e responde a questões de monitoramento. Cada projeto é acompanhado por um gestor da Petrobras⁴ que,

4. Para fins deste estudo, considerou-se gestor da Petrobras os gestores de projetos sociais da Companhia, lotados em diversas áreas e gerências no Brasil. São eles os responsáveis pela avaliação dos projetos sociais patrocinados.

CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

4 Instrumento de avaliação de projetos sociais

Sumário

além de analisar os relatórios, realiza visitas técnicas periódicas para monitorar e avaliar seu desenvolvimento.

Atuando como gestora de projetos sociais da Petrobras, Silva (2015) observou que os relatórios de monitoramento forneciam apenas uma visão parcial a respeito da adequada implementação do projeto e de seus resultados. Desse modo, a visita técnica é de suma importância para complementar e validar as informações dos relatórios e permitir uma avaliação mais abrangente do projeto.

No entanto, o aprimoramento da metodologia de avaliação presencial dos projetos sociais patrocinados pelo Programa Petrobras Socioambiental se defronta com uma limitação, pois não existe, na Companhia, um instrumento específico para esta finalidade.

Objetivo e Justificativa do Estudo

Em busca de resposta à lacuna identificada na avaliação de projetos sociais, o objetivo do estudo se voltou para a elaboração e validação de um instrumento de avaliação de projetos sociais da linha de atuação *Educação* do Programa Petrobras Socioambiental, a ser utilizado nas visitas técnicas dos gestores da Petrobras aos projetos patrocinados.

O maior número de projetos da linha de atuação *Educação*, na carteira de projetos do Programa Petrobras Socioambiental, motivou a escolha desta linha para o desenvolvimento do instrumento de avaliação. Outros fatores motivadores foram a afinidade de Silva (2015) com o tema e, também, sua experiência como gestora de diversos projetos sociais desta linha de atuação em organizações do Terceiro Setor e na Petrobras.

CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

4 Instrumento de avaliação de projetos sociais

Sumário

O instrumento caracteriza-se como uma contribuição ao trabalho dos gestores de projetos sociais da Petrobras, que necessitam padronizar a avaliação presencial dos projetos do Programa. O instrumento pretende conduzir o olhar destes avaliadores para a observação dos aspectos de maior relevância, reduzindo a subjetividade no processo avaliativo. Com a aplicação deste instrumento, o gestor coletará informações sobre a implementação do projeto que poderão subsidiar a tomada de decisão gerencial sobre a continuidade do projeto, ajustá-lo ou retirá-lo da carteira de projetos patrocinados.

Outras organizações ou empresas que desenvolvam projetos sociais de foco semelhante poderão adaptar o instrumento as suas necessidades e utilizá-lo, no todo em parte. Isso amplia sua relevância.

PROCEDIMENTOS DE CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DO INSTRUMENTO

A elaboração de um instrumento destinado a avaliar projetos sociais precisa levar em consideração o momento em que o instrumento irá ser utilizado – se antes de seu início, se durante o processo de realização ou após ter sido executado.

Segundo Cohen e Franco (1998), a avaliação que precede a realização de um projeto social permite que a agenda política e institucional escolha as melhores estratégias para a consecução dos objetivos do projeto. É quando a avaliação desempenha um papel diagnóstico, identificando as necessidades do projeto, fornecendo, assim, insumos para seu planejamento.

Já a avaliação de processo tem o propósito de avaliar e monitorar o projeto em seu desenvolvimento, enquanto a avaliação que

CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

4 Instrumento de avaliação de projetos sociais

Sumário

ocorre quando o projeto já está concluído procura estabelecer decisões de continuidade e indicar possíveis aperfeiçoamentos, bem como estabelecer o impacto da ação. Esse é o momento do instrumento de avaliação elaborado e validado no estudo.

Os procedimentos metodológicos para a elaboração incluíram a determinação da abordagem avaliativa, a decisão sobre o tipo de instrumento, uma revisão bibliográfica de apoio à concepção do projeto social e sua descrição, a definição de categorias e indicadores para orientar a construção do instrumento, a construção propriamente dita do manual de aplicação, e ainda a validação do instrumento. Os resultados da validação foram adicionados de modo que esclareça como o instrumento foi ajustado a partir da apreciação dos especialistas.

Abordagens avaliativas

A escolha da abordagem centrada na administração considerou a finalidade do instrumento em coletar informações que subsidiem os gestores da instituição na tomada de decisões sobre os projetos avaliados, uma vez que as informações avaliatórias são parte essencial das decisões inteligentes. De acordo com Worthen, Sanders e Fitzpatrick (2004, p. 151), “essa abordagem lança luz sobre quem vai usar os resultados da avaliação, como deve usá-los e sobre que aspecto(s) do sistema a pessoa está tomando decisões”. Assim, na elaboração do instrumento, foram consideradas as preocupações, as necessidades de informação e os critérios de eficiência dos gestores da instituição.

A abordagem escolhida foi complementada pela abordagem orientada por objetivos cuja característica principal é centrar-se na determinação do propósito das atividades e, assim, a avaliação tem foco na mensuração do alcance aos objetivos propostos. Desse

CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

4 Instrumento de avaliação de projetos sociais

Sumário

modo, as abordagens de suporte à construção do instrumento contemplaram o propósito de avaliar projetos sociais e o atendimento às necessidades dos gestores quanto à avaliação desses projetos.

Escolha do instrumento

O tipo de instrumento identificado para avaliar projetos sociais foi a lista de verificação (*checklist*). De acordo com Colton (apud LEITE, 2012, p. 102), “a lista de verificação pode ser utilizada para verificar atividades que serão, estão sendo ou já foram realizadas, para determinar a presença ou ausência de um atributo e para contar a prevalência de um item ou evento.” Leite (2012, p. 103), ainda, exemplifica:

[...] as listas de verificação são usadas para checar se o processo ou atividade está sendo desenvolvido da maneira prevista, de modo que se garanta sua qualidade, como no caso da avaliação de um programa social em desenvolvimento, no qual é necessário verificar quais as atividades que já foram desenvolvidas, quem as desenvolveu, se o material utilizado foi o previsto.

Revisão bibliográfica

A criação da lista de verificação demandou, como apoio a sua concepção, uma coleta de informações específicas. Foi então realizada revisão bibliográfica sobre temas como responsabilidade social, projetos de investimento social e avaliação de projetos sociais. Foram analisados, ainda, documentos institucionais referentes à política e diretrizes de investimento socioambiental, que embasaram a concepção do projeto social.



CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

4 Instrumento de avaliação de projetos sociais

Sumário

Definição de categorias e indicadores

As categorias e os indicadores que serviram para orientar a construção da lista de verificação foram retirados das publicações revisadas na etapa anterior. Foram selecionadas como pertinentes à avaliação pretendida de projetos sociais, as categorias de Infraestrutura, Políticas de Pessoal, Aperfeiçoamento e Condições de Trabalho, Proposta Pedagógica, Organização e Gestão do Projeto, Sustentabilidade. Cada grupo de indicadores foi distribuído, de acordo com suas características, em uma categoria específica (Quadro 1).

Quadro 1 - Categorias e indicadores do instrumento

Categoria	Indicador
1. Infraestrutura	1.1 Dimensão do espaço físico
	1.2 Conservação do espaço físico
	1.3 Obras e reparos
	1.4 Ventilação
	1.5 Iluminação
	1.6 Higiene e limpeza
	1.7 Mobiliário
	1.8 Equipamentos
	1.9 Segurança
	1.10 Licenciamento
	1.11 Alimentação dos participantes
	1.12 Transporte dos participantes
	1.13 Aquisição de veículo
2. Políticas de Pessoal, Aperfeiçoamento e Condições de Trabalho	2.1 Equipe
	2.2 Políticas de contratação
	2.3 Políticas de desenvolvimento profissional da equipe
	2.4 Comprometimento da equipe de coordenação do projeto
	2.5 Utilização de mão de obra infantil
	2.6 Utilização de mão de obra sem remuneração





CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

4 Instrumento de avaliação de projetos sociais

Sumário

3. Proposta Pedagógica	3.1 Planejamento das atividades pedagógicas
	3.2 Avaliação das atividades pedagógicas
	3.3 Adoção de práticas participativas
4. Organização e Gestão do Projeto	4.1 Integração com as famílias dos participantes
	4.2 Integração com as escolas dos participantes
	4.3 Integração com outras organizações da sociedade civil
	4.4 Integração com políticas públicas
	4.5 Experiência da instituição
	4.6 Gestão participativa
	4.7 Práticas de monitoramento e avaliação
	4.8 Disponibilidade e organização da documentação do projeto
	4.9 Registro da metodologia e dos resultados
	4.10 Políticas de seleção dos participantes
	4.11 Cumprimento da metodologia prevista
	4.12 Uso promocional do projeto
5. Sustentabilidade	5.1 Captação de outros parceiros
	5.2 Apoio psicossocial aos participantes e pessoas da família
	5.3 Satisfação dos participantes e pessoas da família com as atividades do projeto
	5.4 Dimensões do PPSA
	5.5 Desenvolvimento dos participantes
	5.6 Plano de comunicação/ contrapartidas de uso de marca
	5.7 Capacidade de incorporar aprendizagens na gestão
	5.8 Sustentabilidade dos resultados

Fonte: SILVA (2015).



CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

4 Instrumento de avaliação de projetos sociais

Sumário

Construção do manual de aplicação da lista de verificação

Finalizada a etapa de construção da Lista de Verificação, foi elaborado um manual de aplicação do instrumento. Este manual contém instruções gerais sobre a preparação para a realização da visita técnica ao projeto e sobre a aplicação da Lista de Verificação no momento da avaliação presencial. Contém também orientações sobre o que deve ser verificado em cada item e os meios de verificação a serem utilizados para proceder à coleta de informações que evidenciem o seu atendimento. Pretendem, assim, nortear, com clareza e precisão, a aplicação de cada item de cada categoria (sub-lista) da Lista de Verificação.

Validação do Instrumento

Após sua elaboração para julgar em que medida o instrumento elaborado apresenta características que evidenciam sua qualidade técnica, importância e praticidade, a Lista de Verificação foi submetida à validação técnica, de conteúdo e empírica.

A validação técnica foi realizada por meio da avaliação de três especialistas em avaliação - professores doutores que integram o corpo docente do Mestrado Profissional da Fundação Cesgranrio. Estes especialistas em avaliação utilizaram para validação técnica um formulário com itens baseados nos seguintes critérios:

- a) singularidade - cada indicador descreve apenas um aspecto do objeto;
- b) clareza - os indicadores indicam o que deve ser observado, não são genéricos;

CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

4 Instrumento de avaliação de projetos sociais

Sumário

c) ausência de superposição - não existem aspectos superpostos nos indicadores;

d) abrangência - o instrumento inclui todos os indicadores necessários;

e) relevância - todos os indicadores são importantes na respectiva categoria;

f) organização - os indicadores nas categorias se encontram ordenados de forma adequada ou lógica;

g) disposição gráfica - a disposição dos indicadores e das categorias no instrumento é harmoniosa. (ELLIOT; LEITE, 2015).

Os três primeiros critérios dizem respeito a características essencialmente técnicas; os dois critérios seguintes se relacionam à importância do instrumento; enquanto os dois últimos se referem à sua praticidade.

Os especialistas em avaliação foram unânimes quanto ao atendimento dos sete critérios apresentados no instrumento de validação técnica. Esses validadores recomendaram ajustes apenas em três itens 2.5.1, 2.6.1 e 4.12.1, que foram escritos na forma negativa, gerando conflito com as opções de resposta *sim*, *não* e *não se aplica* do instrumento. Desse modo, os itens foram modificados como resultado da fase de validação técnica do instrumento.

Os especialistas em avaliação atestaram a qualidade técnica, a importância e a praticidade do instrumento verificando o atendimento aos critérios estabelecidos no formulário de validação técnica.

A validação de conteúdo, por sua vez, foi realizada por oito especialistas em gestão de projetos sociais da instituição e três especialistas em gestão de projetos sociais de organizações do

CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

4 Instrumento de avaliação de projetos sociais

Sumário

Terceiro Setor, todos com pelo menos cinco anos de experiência profissional relacionada à temática. Estes especialistas validaram a Lista de Verificação com a utilização de formulário específico que considera, como critérios, a adequação do instrumento a sua finalidade e, também, a relevância, a ausência e a superposição de itens.

Somente um especialista, do grupo de gestores da instituição, recomendou ajustes na redação dos itens 4.1.1, 4.2.1 e 4.2.2. Os ajustes foram realizados e atribuíram maior clareza aos itens, permitindo melhor compreensão do aspecto a ser avaliado. Esse especialista recomendou, ainda, a inclusão do item 4.4.5, no indicador 4.4: Integração com políticas públicas, que foi incorporado na versão final da Lista de Verificação.

Os demais especialistas não indicaram ajustes na Lista de Verificação, considerando as categorias, indicadores e itens adequados ao propósito do instrumento. Além disso, indicaram que a Lista de Verificação atende às necessidades de avaliação dos projetos sociais da linha de atuação *Educação* do Programa Petrobras Socioambiental.

Na *validação empírica*, a Lista de Verificação foi submetida a um pré-teste, sendo aplicada a três projetos sociais da linha de atuação *Educação* do Programa Petrobras Socioambiental. Essa aplicação trouxe a possibilidade de aperfeiçoar a redação de cinco itens. O item 1.11.3 sofreu ajustes, considerando informações levantadas durante o pré-teste de que o nutricionista (responsável técnico) possui uma atuação mais abrangente, avaliando e orientando sobre a higiene e o preparo dos alimentos e não somente aprovando o cardápio das refeições. Assim, o objetivo do item é verificar se o refeitório possui um responsável técnico que realize estas atividades.

As adequações na redação dos itens 2.4.2, 2.4.3 e 4.3.1 lhes atribuíram maior clareza, permitindo uma melhor compreensão,

CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

4 Instrumento de avaliação de projetos sociais

Sumário

pelo avaliador, do aspecto a ser avaliado. No item 4.10.3 a redação foi modificada, pois o objetivo do item é verificar se os projetos atendem seu público-alvo, que são as famílias em situação de vulnerabilidade social. Desse modo, os critérios utilizados para seleção dos participantes mais do que serem democráticos e respeitar a diversidade, devem considerar os perfis socioeconômico e psicossocial das famílias.

Os demais itens da Lista de Verificação não sofreram ajustes, sendo considerados adequados à finalidade do instrumento e ao atendimento das necessidades dos gestores da Petrobras. Constatou-se, ainda, que a Lista possui qualidade técnica, importância e praticidade, já que as informações e evidências coletadas em sua aplicação contribuíram significativamente para uma avaliação completa dos projetos selecionados.

VERSÃO FINAL DA LISTA DE VERIFICAÇÃO

A versão final da Lista de Verificação de projetos sociais da linha de atuação *Educação* do Programa Petrobras Socioambiental possui um Manual de Aplicação que contém instruções gerais quanto à preparação para realização da avaliação presencial; meios de verificação a serem utilizados; itens contratuais e itens de aderência ao Programa Petrobras Socioambiental a serem verificados; e, por fim, orientações sobre a elaboração do relatório e parecer final do avaliador. Cada item possui instruções de como proceder à verificação. A versão integral do Manual encontra-se no trabalho elaborado por Silva (2015). Uma versão resumida do Manual e a versão final da Lista de Verificação acham-se a seguir.



CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

4 Instrumento de avaliação de projetos sociais

Sumário

2- Meios de Verificação

Os meios de verificação dos itens da Lista são documentais, além da observação e da entrevista com os diferentes públicos do projeto (participantes, pessoas da família, equipe, coordenadores, comunidade, etc.).

As entrevistas podem acontecer individualmente ou em grupo, podendo ser inspiradas na metodologia de grupo focal. O avaliador deve decidir sobre a melhor estratégia, considerando o item a ser verificado. É importante o registro dos nomes das pessoas entrevistadas e, no caso de reuniões, recomenda-se a elaboração de atas, com a assinatura dos participantes.

O avaliador deve estabelecer uma postura de abertura ao diálogo, de maneira que construa aprendizagens horizontais e possibilitar trocas de conhecimento com os públicos participantes do projeto. A visita é uma excelente oportunidade para reflexão, registro do conhecimento observado e proposição de avanços para o trabalho.

3- Verificação do Atendimento dos Itens Contratuais

Os itens listados abaixo, por categoria, correspondem ao atendimento de obrigações contratuais pela instituição parceira. Assim, o não atendimento de quaisquer destes itens resultará na emissão de uma carta de notificação pelo gestor da Petrobras, conforme Padrão de Fiscalização de Contratos de Patrocínios e Convênios Socioambientais.

- Infraestrutura: 1.1.1 - 1.3.1 - 1.7.2 - 1.8.2 - 1.11.1 e 1.13.1





CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

4 Instrumento de avaliação de projetos sociais

Sumário



O registro de evidências é entendido como registro de qualquer elemento que se mostre suficiente para comprovar as realizações. Por isto, o avaliador deve incluir também como anexos fotografias e vídeos; gravação ou anotação de entrevistas e depoimentos dos participantes, de pessoas da família, de pessoas da comunidade, da equipe do projeto, dos coordenadores e de representantes de outros públicos envolvidos; além de documentos e registros que corroborem na avaliação, sustentando o parecer do avaliador. No caso de fotografias, é importante que a presença do avaliador também seja registrada.

6- Instruções específicas

Infraestrutura		
Indicador	Item	Instruções
1.1 Dimensão do espaço físico	1.1.1	Neste item, o avaliador deve observar se as salas onde acontecem as atividades do projeto comportam o número de participantes previstos no contrato (Plano de Trabalho).
1.2 Conservação do espaço físico	1.2.1	Neste item, o avaliador deve observar se o mobiliário, os equipamentos e a infraestrutura das salas onde acontecem as atividades do projeto estão em condições adequadas de uso.
1.3 Obras e reparos	1.3.1	Neste item, o avaliador deve verificar se as obras e reparos previstos no contrato (Plano de Trabalho e Orçamento Físico-financeiro) foram realizados e se atendem às necessidades do projeto.
1.4 Ventilação	1.4.1	Neste item, o avaliador deve observar se as salas possuem ventilação natural (janelas) e artificial (ventiladores e condicionadores de ar) que garantam uma temperatura adequada para realização das atividades em todas as estações do ano.
1.5 Iluminação	1.5.1	Neste item, o avaliador deve observar se as salas onde acontecem as atividades do projeto são suficientemente iluminadas, de modo que não interfira na realização de algumas atividades, como, por exemplo, oficinas de leitura.

CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

4 Instrumento de avaliação de projetos sociais

Sumário

1.6 Higiene e Limpeza	1.6.1	Neste item, o avaliador deve observar se as salas onde o projeto acontece estão limpas e organizadas e se há um plano periódico (diário/semanal) de higienização e limpeza destes espaços junto à Coordenação e a esses profissionais.
1.7 Mobiliário	1.7.1	Neste item, o avaliador deve observar se as salas onde o projeto acontece possuem mobiliário (cadeiras, mesas, armários) adequados à realização das atividades
	1.7.2.	Neste item, o avaliador deve verificar se o mobiliário previsto no Anexo I do contrato (Plano de Trabalho e Orçamento Físico-financeiro) foi adquirido e se está sendo utilizado nas atividades do projeto.
1.8 Equipamentos	1.8.1	Neste item, o avaliador deve observar se os equipamentos disponíveis nas salas onde o projeto acontece (computadores, data show, etc.) são adequados à realização das atividades
	1.8.2	Neste item, o avaliador deve verificar se os equipamentos previstos no contrato (Plano de Trabalho e Orçamento Físico-financeiro) foram adquiridos e se estão sendo utilizados nas atividades do projeto.
1.9 Segurança	1.9.1	Neste item, o avaliador deve observar se as instalações da instituição oferecem algum risco à integridade física dos participantes e da equipe do projeto (instalações elétricas aparentes, materiais de limpeza expostos, escadas sem corrimão, etc.).
1.10 Licenciamento	1.10.1	Neste item, o avaliador deve solicitar à coordenação do projeto o alvará de licença de funcionamento da Prefeitura Municipal.
	1.10.2	Neste item, o avaliador deve solicitar à coordenação do projeto o alvará de vistoria do Corpo de Bombeiros.
1.11 Alimentação dos participantes	1.11.1	Neste item, o avaliador deve verificar se o cardápio das refeições servidas aos participantes corresponde ao previsto em contrato ou ao acordado com o gestor da Petrobras.
	1.11.2	Neste item, o avaliador deve solicitar à coordenação do projeto o documento de licença sanitária da ANVISA



CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

4 Instrumento de avaliação de projetos sociais

Sumário

	1.11.3	Neste item, o avaliador deve solicitar informações sobre o responsável técnico (nutricionista) pelo refeitório e, se houver oportunidade, entrevistá-lo sobre os alimentos e procedimentos de preparo das refeições servidas aos participantes
1.12 Transporte dos participantes	1.12.1	Neste item, o avaliador deve solicitar à coordenação do projeto o contrato de serviço firmado com a empresa de transporte
	1.12.2	Neste item, o avaliador deve verificar se o documento de autorização do DETRAN para transporte escolar está afixado dentro do veículo, em local visível
	1.12.3	Neste item, o avaliador deve verificar se o documento de vistoria semestral do DETRAN está afixado dentro do veículo, em local visível
	1.12.4	Neste item, o avaliador deve solicitar à coordenação do projeto o documento de credenciamento na Prefeitura Municipal para transporte escolar
	1.12.5	Neste item, o avaliador deve solicitar à coordenação do projeto o documento de autorização do DETRAN para transporte de passageiros.
	1.12.6	Neste item, o avaliador deve solicitar à coordenação do projeto o documento de credenciamento na Prefeitura Municipal para transporte escolar.
	1.12.7	Neste item, o avaliador deve solicitar à coordenação do projeto o documento de controle da distribuição de vale-transporte para os participantes.
1.13 Aquisição de veículo	1.13.1	Neste item, o avaliador deve solicitar informações sobre a utilização do veículo adquirido no dia a dia do projeto a fim de verificar o atendimento à cláusula contratual.



CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

4 Instrumento de avaliação de projetos sociais

Sumário

2. Políticas de Pessoal, Aperfeiçoamento e Condições de Trabalho		
Indicador	Item	Instruções
2.1 Equipe	2.1.1	Neste item, o avaliador deve verificar se a equipe contratada do projeto está em conformidade com o previsto no contrato (Plano de Trabalho e Orçamento Físico-financeiro).
	2.1.2	Neste item, o avaliador deve solicitar à coordenação do projeto os certificados dos profissionais da equipe e avaliá-los considerando se possuem formação pertinente a sua função no projeto.
	2.1.3	Neste item, o avaliador deve solicitar à coordenação do projeto os currículos dos profissionais da equipe e avaliar se possuem experiência e competências necessárias ao exercício de sua função no projeto.
2.2 Políticas de contratação	2.2.1	Neste item, o avaliador deve solicitar à coordenação do projeto informações e relatórios sobre o processo seletivo dos profissionais que compõem a equipe do projeto.
2.3 Políticas de desenvolvimento profissional da equipe	2.3.1	Neste item, o avaliador deve solicitar informações à coordenação do projeto sobre o plano de desenvolvimento dos profissionais da equipe e entrevistá-los a fim de coletar informações sobre como se dá sua participação em cursos, seminários e eventos de formação, e se há incentivo da instituição para sua realização
2.4 Comprometimento da equipe de coordenação do projeto	2.4.1	Neste item, o avaliador deve observar se a coordenação do projeto demonstra empenho em cumprir as obrigações contratuais. O avaliador deve também registrar evidências, como comportamentos e atitudes, que denotem este comprometimento ou sua ausência
	2.4.2	Neste item, o avaliador deve observar se a coordenação do projeto disponibiliza, sem restrições, informações e documentos sobre o projeto, demonstrando transparência e seriedade em sua condução.
	2.4.3	Neste item, o avaliador deve observar se a coordenação do projeto demonstra empenho no atendimento às solicitações do gestor da Petrobras.



CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

4 Instrumento de avaliação de projetos sociais

Sumário

2.5 Utilização de mão de obra infantil	2.5.1	Neste item, o avaliador deve observar se há alguma criança e/ou adolescente trabalhando na instituição no momento da avaliação presencial e solicitar que a coordenação do projeto afixe, em local visível, declaração de comprometimento com a erradicação do trabalho infantil.
2.6 Utilização de mão de obra em condição análoga à de escravo	2.6.1	Neste item, o avaliador deve observar se há pessoas trabalhando na instituição em condições análogas a de escravo (vitimadas a trabalhos forçados e/ou em condições degradantes) e solicitar que a coordenação do projeto afixe, em local visível, declaração de comprometimento com a erradicação do trabalho escravo.

3. Proposta Pedagógica		
Indicador	Item	Instruções
3.1 Planejamento das atividades pedagógicas	3.1.1	Neste item, o avaliador deve solicitar à coordenação do projeto os planos pedagógicos, verificando se contemplam a metodologia de implementação de todas as atividades do projeto em andamento.
3.2 Avaliação das atividades pedagógicas	3.2.1	Neste item, o avaliador deve solicitar à coordenação do projeto os relatórios de avaliação, verificando se contemplam os resultados da avaliação de todas as atividades do projeto já realizadas.
3.3 Adoção de práticas participativas	3.3.1	Neste item, o avaliador deve entrevistar a coordenação do projeto e a equipe a fim de coletar evidências sobre o processo de elaboração dos planos pedagógicos, verificando se os diferentes públicos do projeto têm participação efetiva neste processo.
	3.3.2	Neste item, o avaliador deve entrevistar os profissionais da equipe e os participantes a fim de verificar se o projeto adota metodologias participativas e de construção coletiva do conhecimento, considerando o participante como sujeito do processo educativo.



CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

4 Instrumento de avaliação de projetos sociais

Sumário

4. Organização e Gestão do Projeto		
Indicador	Item	Instruções
4.1 Integração com as famílias dos participantes	4.1.1	Neste item, o avaliador deve entrevistar a coordenação do projeto, os participantes e pessoas da família a fim de coletar evidências sobre a realização de ações de integração das famílias ao projeto, como reuniões, eventos e visitas domiciliares.
	4.2.1	Neste item, o avaliador deve entrevistar a coordenação do projeto a fim de coletar evidências sobre a realização de ações que visam a integração do projeto com as escolas dos participantes, como reuniões, eventos e participação em conselhos de classe.
4.2 Integração com as escolas dos participante	4.2.2	Neste item, o avaliador deve coletar evidências sobre a realização de ações de acompanhamento do desempenho dos participantes na escola, entendido como acompanhamento da frequência, do aproveitamento nas disciplinas e do comportamento em relação aos colegas e professores.
	4.3.1	Neste item, o avaliador deve coletar evidências sobre a realização de ações que visam a integração do projeto com outras organizações da sociedade civil (conselhos, comitês, fóruns).
4.3 Integração com outras organizações da sociedade civil	4.4.1	Neste item, o avaliador deve observar e coletar informações sobre as estratégias de integração das ações do projeto com as políticas públicas existentes na região onde o projeto é realizado. Entende-se por Políticas Públicas um conjunto de programas e ações desenvolvidas pelo Estado, nas esferas municipal, estadual ou federal, diretamente, ou em parceria com organizações não governamentais ou iniciativa privada, que visam assegurar determinado direito de cidadania, universalmente, ou para determinado segmento social, cultural, étnico ou econômico.
	4.4.2	Neste item, o avaliador deve verificar se a coordenação do projeto e equipe atendem, na execução do projeto, as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) que trata da proteção integral e garantia de direitos da população infanto-juvenil.
4.4 Integração com políticas públicas		



CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

4 Instrumento de avaliação de projetos sociais

Sumário

	4.7.3.	Neste item, o avaliador deve entrevistar a coordenação do projeto e a equipe a fim de coletar evidências sobre o processo de avaliação das atividades, verificando se os diferentes públicos do projeto têm participação efetiva neste processo.
	4.7.4	Neste item, o avaliador deve solicitar informações à coordenação do projeto sobre como está sendo desenvolvido o processo avaliativo e se este considera todos os aspectos relevantes do projeto. Caso constate que os indicadores previstos no Anexo I do contrato não estão contemplando todas as dimensões do projeto, poderá propor indicadores e meios de verificação complementares.
	4.7.5.	Neste item, o avaliador deve solicitar à coordenação do projeto as listas de frequência dos participantes nas atividades.
	4.7.6	Neste item, o avaliador deve solicitar à coordenação do projeto os documentos de acompanhamento e registro da evolução dos participantes no que concerne transformações relativas a conhecimentos adquiridos, habilidades e atitudes pela interação no projeto.
4.8 Disponibilidade e organização da documentação do projeto	4.8.1	Neste item, o avaliador deve observar onde e como são arquivados os documentos relativos ao projeto a fim de verificar se estão sendo adequadamente dispostos.
	4.8.2	Neste item, o avaliador deve observar se a coordenação do projeto apresentou todos os documentos solicitados durante a avaliação presencial.
4.9 Registro da metodologia e dos resultados	4.9.1	Neste item, o avaliador deve solicitar à coordenação do projeto informações sobre as estratégias utilizadas para gerir (registrar, sistematizar e compartilhar) conhecimentos, experiências, métodos e resultados.
	4.9.2	Neste item, o avaliador deve verificar se a metodologia empregada é qualificada para ser utilizada em outros programas ou projetos.



CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

4 Instrumento de avaliação de projetos sociais

Sumário

4.10 Políticas de seleção dos participantes	4.10.1	Neste item, o avaliador deve solicitar à coordenação do projeto informações e relatórios sobre a divulgação do processo de inscrição dos participantes no projeto.
	4.10.2	Neste item, o avaliador deve entrevistar a coordenação do projeto a fim de verificar se os critérios utilizados para escolha dos participantes do projeto estão em conformidade com o Anexo I do contrato (Plano de Trabalho), em especial no que diz respeito a sua caracterização e faixa etária.
	4.10.3	Neste item, o avaliador deve entrevistar a coordenação do projeto e equipe (assistente social e psicólogo) a fim de verificar se a escolha dos participantes foi orientada por avaliações socioeconômicas e psicossociais das famílias e, ainda, por critérios que priorizaram aquelas em situação de maior vulnerabilidade social.
4.11 Cumprimento da metodologia prevista	4.11.1	Neste item, o avaliador deve verificar se todas as atividades previstas no Anexo I do contrato (Plano de Trabalho) estão sendo adequadamente realizadas.
	4.11.2	Neste item, o avaliador deve verificar se a carga horária prevista para as atividades no Anexo I do contrato (Plano de Trabalho) está sendo executada.
	4.11.3	Neste item, o avaliador deve verificar se o conteúdo programático para as atividades previstas no Anexo I do contrato (Plano de Trabalho) está sendo adequadamente compartilhado.
	4.11.4	Neste item, o avaliador deve verificar se as atividades previstas no Anexo I do contrato (Plano de Trabalho) estão sendo realizadas no período (meses do ano) para o qual foram planejadas.
4.12 Uso promocional do projeto	4.12.1	Neste item, o avaliador deve observar, durante a avaliação presencial, se há indícios de uso promocional do projeto em favor de candidato, partido político ou coligação.

CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

4 Instrumento de avaliação de projetos sociais

Sumário

5. Sustentabilidade		
Indicador	Item	Instruções
5.1 Captação de outros parceiros	5.1.1	Neste item, o avaliador deve solicitar à coordenação do projeto informações sobre as estratégias utilizadas para estabelecer novas parcerias.
	5.1.2	Neste item, o avaliador deve solicitar à coordenação do projeto informações sobre as parcerias já estabelecidas e sobre qual tipo de contribuição estas têm oferecido ao projeto.
5.2 Apoio psicossocial aos participantes e pessoas da família	5.2.1	Neste item, o avaliador deve verificar se o projeto oferece atendimento psicossocial aos participantes e, se houver oportunidade, entrevistar os profissionais que conduzem este trabalho (assistente social e psicólogo).
	5.2.2	Neste item, o avaliador deve verificar se o projeto oferece atendimento psicossocial às pessoas da família dos participantes e, se houver oportunidade, entrevistar os profissionais que conduzem este trabalho (assistente social e psicólogo).
5.3 Satisfação dos participantes e pessoas da família com as atividades do projeto	5.3.1	Neste item, o avaliador deve entrevistar os participantes a fim de coletar informações sobre sua percepção em relação ao projeto.
	5.3.2	Neste item, o avaliador deve entrevistar as pessoas da família a fim de coletar informações sobre sua percepção em relação ao projeto.
5.4 Dimensões do PPSPA	5.4.1	Neste item, o avaliador deve observar se na implementação das atividades o projeto tem sido capaz de integrar efetivamente as dimensões social, ambiental e socioesportiva do PPSPA.
	5.4.2	Neste item, o avaliador deve verificar se projeto realiza atividades de esporte educacional.
	5.4.3	Neste item, o avaliador deve verificar se os temas transversais previstos no Anexo I do contrato (Plano de Trabalho) estão sendo desenvolvidos e de que maneira.
	5.4.4	Neste item, o avaliador deve verificar se os públicos prioritários previstos no Anexo I do contrato (Plano de Trabalho) estão sendo atendidos pelo projeto.



CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

4 Instrumento de avaliação de projetos sociais

Sumário

	5.8.3	Neste item, o avaliador deve coletar informações sobre mecanismos, como reuniões, audiências, comitês de prestação de contas das ações do projeto à comunidade.
	5.8.4	Neste item, o avaliador deve coletar informações sobre a realização ou não de avaliação externa dos processos e resultados do projeto.
	5.8.5	Neste item, o avaliador deve coletar informações sobre a realização ou não de auditoria externa de sua gestão financeira.
	5.8.6	Neste item, o avaliador deve solicitar à coordenação do projeto informações sobre a existência de estratégias para acompanhamento dos participantes egressos e sua tipologia.
	5.8.7	Neste item, o avaliador deve solicitar informações à coordenação do projeto sobre a certificação dos cursos por instituição reconhecida pelo MEC.





CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

4 Instrumento de avaliação de projetos sociais

Sumário

1.9 Segurança	1.9.1 As instalações da instituição oferecem segurança aos participantes e integrantes da equipe do projeto.		
1.10 Licenciamento	1.10.1 A instituição possui o alvará de licença de funcionamento da prefeitura municipal.		
	1.10.2 A instituição possui o alvará de vistoria do Corpo de Bombeiros.		
1.11 Alimentação dos participantes	1.11.1 A alimentação servida aos participantes está em conformidade com o previsto em contrato.		
	1.11.2 O refeitório da instituição possui o documento de licença sanitária da ANVISA.		
	1.11.3 O refeitório possui um responsável técnico (nutricionista).		
1.12 Transporte dos participantes	1.12.1 A instituição possui contrato de serviço vigente para transporte escolar com empresa especializada.		
	1.12.2 O veículo possui a autorização do DETRAN para transporte escolar afixada em local visível.		
	1.12.3 O veículo possui documento de vistoria semestral do DETRAN afixado em local visível.		
	1.12.4 O veículo possui documento de credenciamento na prefeitura municipal para transporte escolar.		
	1.12.5 O motorista possui a autorização do DETRAN para transporte de passageiros.		
	1.12.6 O motorista possui documento de credenciamento na prefeitura municipal para transporte escolar.		
	1.12.7 A instituição possui instrumentos de controle da distribuição de vale-transporte para os participantes.		
1.13 Aquisição de veículo	1.13.1 O veículo previsto em contrato foi adquirido e está sendo utilizado exclusivamente nas atividades do projeto, conforme cláusula contratual.		



CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

4 Instrumento de avaliação de projetos sociais

Sumário

2. Políticas de Pessoal, Aperfeiçoamento e Condições de Trabalho			
Indicador	Item	Atendimento	Justificativa/Comentários
2.1 Equipe	2.1.1 A equipe do projeto correspondente ao previsto em contrato.		
	2.1.2 A equipe possui formação adequada às atividades a serem desenvolvidas no projeto.		
	2.1.3 A equipe possui experiência profissional adequada às atividades a serem desenvolvidas no projeto.		
2.2 Políticas de contratação	2.2.1 A instituição realizou processo seletivo para contratação dos profissionais do projeto.		
2.3 Políticas de desenvolvimento profissional da equipe	2.3.1 A equipe participa de formações regularmente, com apoio da instituição, para aperfeiçoamento profissional.		
2.4 Comprometimento da equipe de coordenação do projeto	2.4.1 A coordenação demonstra compromisso para com o cumprimento do estabelecido em contrato.		
	2.4.2 A coordenação facilita o acompanhamento do projeto.		
	2.4.3 A coordenação atende prontamente às solicitações realizadas pelo gestor da Petrobras.		
2.5 Utilização de mão de obra infantil	2.5.1 A instituição atende a cláusula contratual que trata da não utilização de mão de obra infantil nas atividades do projeto.		
2.6 Utilização de mão de obra em condição análoga à de escravo	2.6.1 A instituição atende a cláusula contratual que trata da não utilização de mão de obra análoga a de escravo nas atividades do projeto.		

3. Proposta Pedagógica			
Indicador	Item	Atendimento	Justificativa/Comentários
3.1 Planejamento das atividades pedagógicas	3.1.1 Há planos pedagógicos das atividades do projeto.		
3.2 Avaliação das atividades pedagógicas	3.2.1 Há relatórios de avaliação das atividades do projeto.		
3.3 Adoção de práticas participativas	3.3.1 Os planos pedagógicos são elaborados de forma participativa, envolvendo os diferentes públicos do projeto.		
	3.3.2 O projeto desenvolve práticas pedagógicas que promovam o exercício da cidadania, a autonomia e o empoderamento dos participantes.		

CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

4 Instrumento de avaliação de projetos sociais

Sumário

4. Organização e Gestão do Projeto			
Indicador	Item	Atendimento	Justificativa/Comentários
4.1 Integração com as famílias dos participantes	4.1.1 A instituição desenvolve estratégias que visam a integração das famílias dos participantes ao projeto.		
4.2 Integração com as escolas dos participantes	4.2.1 A instituição desenvolve estratégias que visam a integração das escolas dos participantes ao projeto.		
	4.2.2 O projeto realiza ações de acompanhamento do desempenho escolar dos participantes.		
4.3 Integração com outras organizações da sociedade civil	4.3.1 O projeto possui estratégias que visam a integração com outras organizações da sociedade civil (conselhos, comitês, fóruns) que possuam objetivos comuns de interesse social.		
4.4 Integração com políticas públicas	4.4.1 O projeto possui estratégias de articulação de suas atividades com uma ou mais políticas públicas vigentes.		
	4.4.2 No atendimento a crianças e adolescentes, o projeto cumpre com as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).		
	4.4.3 O projeto tem contribuído para a garantia ou ampliação de direitos já reconhecidos, a efetivação de novos direitos, a criação de novas políticas públicas e/ou fortalecimento das já existentes.		
	4.4.4 O projeto realiza ações orientadas pelo Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.		
	4.4.5 A instituição possui o certificado de inscrição no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.		
4.5 Experiência da instituição	4.5.1 A instituição tem percurso histórico relacionado à temática do projeto.		
4.6 Gestão Participativa	4.6.1 Há elementos que permitem concluir que a comunidade demanda o projeto.		
	4.6.2 Há elementos que permitem concluir que a comunidade participou da elaboração do projeto.		
	4.6.3 Há elementos que permitem concluir que a comunidade participa dos processos de deliberação e implementação das atividades (execução e avaliação).		

CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

4 Instrumento de avaliação de projetos sociais

Sumário

4.7 Práticas de monitoramento e avaliação	4.7.1 O projeto tem realizado a avaliação das atividades, monitorando os indicadores previstos em contrato.		
	4.7.2 Os meios de verificação utilizados são confiáveis.		
	4.7.3 O processo de avaliação é participativo, envolvendo os diferentes públicos do projeto.		
	4.7.4 O processo de avaliação contempla todos os aspectos relevantes do projeto.		
	4.7.5 O projeto realiza o monitoramento da frequência dos participantes nas atividades.		
	4.7.6 O projeto possui estratégias para acompanhamento e registro da evolução dos participantes ao longo de sua execução.		
4.8 Disponibilidade e organização da documentação do projeto	4.8.1 Os documentos do projeto estão arquivados de forma organizada.		
	4.8.2 Todos os documentos solicitados pelo gestor da Petrobras estavam disponíveis no momento da avaliação presencial.		
4.9 Registro da metodologia e dos resultados	4.9.1 O projeto possui estratégias para gerir (registrar, sistematizar e compartilhar) conhecimentos, experiências, métodos e resultados.		
	4.9.2 A metodologia do projeto apresenta potencial de reaplicação em outros contextos.		
4.10 Políticas de seleção dos participantes	4.10.1 A instituição divulgou o processo de inscrição dos participantes no projeto.		
	4.10.2 Os critérios utilizados para escolha dos participantes respeitam a caracterização/faixa etária estipuladas em contrato.		
	4.10.3 Os critérios utilizados para escolha dos participantes consideram os perfis sócioeconômico e psicossocial, priorizando famílias em situação de vulnerabilidade social.		
4.11 Cumprimento da metodologia prevista	4.11.1 A grade de atividades é cumprida conforme contrato.		
	4.11.2 A carga horária das atividades é cumprida conforme contrato.		
	4.11.3 O conteúdo programático das atividades é cumprido conforme contrato.		
	4.11.4 O cronograma de realização das atividades é cumprido conforme contrato.		
4.12 Uso promocional do projeto	4.12.1 A instituição atende a cláusula contratual que trata do não uso promocional do projeto em favor de candidato, partido político ou coligação.		

CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

4 Instrumento de avaliação de projetos sociais

Sumário

5. Sustentabilidade			
Indicador	Item	Atendimento	Justificativa/ Comentários
5.1 Captação de outros parceiros	5.1.1 O projeto possui estratégias para estabelecer novas parcerias.		
	5.1.2 O projeto já conta com parcerias estruturantes e/ou com instituições estratégicas.		
5.2 Apoio psicossocial aos participantes e pessoas da família	5.2.1 O projeto oferece atendimento psicossocial aos participantes.		
	5.2.2 O projeto oferece atendimento psicossocial às pessoas da família dos participantes.		
5.3 Satisfação dos participantes e das pessoas da família com as atividades do Projeto	5.3.1 Os participantes contatados demonstram entusiasmo e satisfação em entrar no projeto.		
	5.3.2 As pessoas da família contatadas demonstram entusiasmo e satisfação em relação ao projeto.		
5.4 Dimensões do PPSA	5.4.1 Em sua execução, o projeto tem sido capaz de integrar efetivamente pelo menos duas das dimensões do PPSA (social, ambiental e sócio esportiva).		
	5.4.2 O projeto realiza atividades de esporte educacional.		
	5.4.3 O projeto realiza ações afirmativas relacionadas aos temas transversais do PPSA (equidade de gênero, igualdade racial e inclusão de pessoas com deficiência), previstos em contrato.		
	5.4.4 O projeto atende o(s) público(s) prioritário(s) do PPSA conforme contrato.		
	5.4.5 O projeto incorpora estratégias de educação para a sustentabilidade em sua metodologia.		
5.5 Desenvolvimento dos participantes	5.5.1 Há elementos que evidenciam o desenvolvimento dos participantes pela interação no projeto.		
5.6 Plano de comunicação/ contrapartidas de uso de marca	5.6.1 Os instrumentos de comunicação estão sendo realizados conforme contrato.		
	5.6.2 Os instrumentos foram confeccionados conforme <i>layout</i> aprovado previamente pelo gestor da Petrobras.		
	5.6.3 As estratégias e instrumentos de comunicação têm contribuído para dar visibilidade ao projeto e à Petrobras.		
	5.6.4 As estratégias e instrumentos de comunicação têm contribuído para a mobilização da sociedade na temática trabalhada.		



CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

4 Instrumento de avaliação de projetos sociais

Sumário

5.7 Capacidade de incorporar aprendizagens na gestão	5.7.1 A equipe do projeto demonstra capacidade de aprender com as adversidades e incorporar as aprendizagens nos processos de gestão.		
5.8 Sustentabilidade dos resultados	5.8.1 O projeto desenvolve estratégias para ampliar seus resultados.		
	5.8.2 O projeto utiliza e/ou desenvolve tecnologia social.		
	5.8.3 O projeto possui mecanismos para prestar contas à comunidade.		
	5.8.4 O projeto realiza avaliação externa de seus processos e resultados.		
	5.8.5 O projeto realiza auditoria externa de sua gestão financeira.		
	5.8.6 Há estratégias para acompanhamento dos participantes egressos.		
	5.8.7 Os cursos de qualificação profissional ofertados pelo projeto possuem certificação reconhecida.		
	5.8.8 O projeto possui estratégias que contribuam para inserção dos participantes no mundo do trabalho.		



CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

4 Instrumento de avaliação de projetos sociais

Sumário

REFERÊNCIAS

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. *NBR ISO 26000: diretrizes sobre Responsabilidade Social*. São Paulo, 2010.

ASSUMPÇÃO, Jairo José; CAMPOS, Lucila Maria de Souza. *Avaliação de projetos sociais em ONGs da Grande Florianópolis: um estudo sobre modelos relacionados ao foco de atuação*. Rev. Adm. Pública, Rio de Janeiro, v. 45, n. 1, p. 209-242, jan./fev., 2011.

CARMO, Bruno Borges do. *Avaliação do Projeto Ação Rotary em Bom Jesus do Itabapoana*. Dissertação (Mestrado Profissional em Avaliação)– Fundação Cesgranrio, Rio de Janeiro, 2011. 79 f. Disponível em: <<http://mestrado.cesgranrio.org.br/pdf/dissertacoes2010/10%20Junho%202011%20Dissertacao%20Bruno%20Borges%20Turma%202010.pdf>>. Acesso em: 15, abr. 2014.

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. *Avaliação de projetos sociais*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

COUTINHO, Renata Buarque Goulart; SOARES, Teresia Diana L. v. A. de Macedo; SILVA, José Roberto Gomes da. *Projetos sociais de empresas no Brasil: arcabouço conceitual para pesquisas empíricas e análises gerenciais*. Rev. Adm. Pública, Rio de Janeiro, v. 40, n. 5, set./out., 2006.

DÓRIA, Carlos; TUBINO, Manoel José Gomes. Avaliação da busca da cidadania pelo Projeto Olímpico da Mangueira. *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 50, p. 77-90, jan./mar. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v14n50/30408.pdf>> Acesso em: 05 abr. 2014.

FIGUEIREDO, Rosane Beatriz Juliano Aguiar. Programa Petrobras Socioambiental. In: *WORKSHOP DE CONVÊNIOS E PATROCÍNIOS NA ETM*, [1.], 2014, Rio de Janeiro. Trabalhos apresentados... Rio de Janeiro: Petrobras, 2014.

GIFE. Grupo de Institutos, Fundações e Empresas. *O Investimento Social Privado*. São Paulo: GIFE, [2014]. Disponível em: <http://www.gife.org.br/ogife_investimento_social_privado.asp>. Acesso em: 05 abr. 2014.

LEITE, Lígia Silva. Lista de Verificação. In: ELLIOT, Lígia Gomes (Org.). *Instrumentos de avaliação e pesquisa: caminhos para construção e validação*. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2012.

ELLIOT, Lígia Gomes; LEITE, Lígia Silva. *Instrumento de validação técnica* [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <ligia.elliott@cesgranrio.org.br> em 16 abr. 2015.

CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

4 Instrumento de avaliação de projetos sociais

Sumário

MARQUES, Vânia de Lourdes; ALLEDI FILHO, Cid. (Org.). *Responsabilidade social: conceitos e práticas: construindo o caminho para a sustentabilidade nas organizações*. São Paulo: Atlas, 2012.

NERY, Luís Fernando Maia. Responsabilidade Social na Petrobras. In: NASSAR, Paulo. *Comunicação Empresarial Estratégica: práticas no Rio de Janeiro: o pensamento global na ação local*. São Paulo: ABERJE, 2009.

PETROBRAS. Brasil. Termo de referência: *Programa Petrobras socioambiental 2014-2018*. Rio de Janeiro: Petrobras, [2013]. (Documento interno).

_____. Plano de Negócios 2014-2018. In: *Plano Estratégico – 2030*. Rio de Janeiro: Petrobras, 2014a. p. 1-56.

_____. *Sistemática de Investimentos Socioambientais do Sistema Petrobras: Análise, Seleção, Aprovação, Acompanhamento e Avaliação de Projetos*. Rio de Janeiro: Petrobras, 2014b, p. 1-31.

_____. *Política de Responsabilidade Social*. Rio de Janeiro: Petrobras, [2014a]. Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br/pt/sociedade-e-meio-ambiente/sociedade/politica-de-responsabilidade-social/>>. Acesso em: 22 jul. 2014.

_____. *Programa Petrobras Socioambiental: Sobre o programa*. Rio de Janeiro: Petrobras, [2014b]. Disponível em: <<http://sites.petrobras.com.br/socioambiental/>>. Acesso em: 22 jan. 2014.

_____. *Programa Petrobras Socioambiental: Linhas de Atuação*. Rio de Janeiro: Petrobras, [2014c]. Disponível em: <<http://sites.petrobras.com.br/socioambiental/>>. Acesso em: 22 jan. 2015.

_____. Gerência Executiva de Responsabilidade Social. *Gestão de Projetos Socioambientais*. Rio de Janeiro: Petrobras, 2015a. (Documento Interno).

PETROBRAS. Brasil. Gerência Executiva de Responsabilidade Social. *Análise e Seleção de Projetos Socioambientais*. Rio de Janeiro: Petrobras, 2015b. (Documento Interno).

_____. Gerência Executiva de Responsabilidade Social. *Contratação de Projetos Socioambientais: contratos de patrocínio e convênios*. Rio de Janeiro: Petrobras, 2015c. (Documento Interno).

_____. Gerência Executiva de Responsabilidade Social. *Fiscalização de contratos de patrocínios e convênios Socioambientais*. Rio de Janeiro: Petrobras, 2015d. (Documento Interno).

_____. *Relatórios do Sistema de Monitoramento e Avaliação do Investimento Social*. Rio de Janeiro: Petrobras, 2015e. (Relatório Interno).

CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

4 Instrumento de avaliação de projetos sociais

Sumário

_____. *Minutas Padrão de Contratos de Patrocínios e Convênios*. Rio de Janeiro: Petrobras, 2015f. (Documento Interno).

_____. *Regimento*: Regimento da Seleção Pública de Projetos Sociais de 2012. Rio de Janeiro: Petrobras, [2015a]. (Programa Petrobras, Desenvolvimento e cidadania). Disponível em: <<http://dec.petrobras.com.br/regimento/>>. Acesso em: 22 jan. 2015.

_____. *Investimento Social*. Rio de Janeiro: Petrobras, [2015b]. Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br/pt/sociedade-e-meio-ambiente/sociedade/investimento-social/>>. Acesso em: 22 jan. 2015.

SILVA, Luciane Pires da. *Construção e validação de instrumento de avaliação dos projetos sociais do programa Petrobrás Socioambiental*. 85 f. 2015. Dissertação (Mestrado Profissional em Avaliação)- Fundação Cesgranrio, Rio de Janeiro, 2015.

SLIWANY, Regina Maria. Avaliação de Projetos Sociais. *Cadernos da Oficina Social*: Oficina Social, Centro de Tecnologia, Trabalho e Cidadania, Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <<http://www.coeptbrasil.org.br/portal/Publico/apresentarArquivo.aspx?TP=1&ID=4293032f-b78d-42bc-93b1-066fee32f575&NOME=1%20Sum%c3%a1rio%20-%20P%c3%a1gina%20Livre%20-%20Apresenta%c3%a7%c3%a3o.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2014.

WORTHEN, Blaine R.; SANDERS, James R.; FITZPATRICK, Jody L. *Avaliação de programas: concepções e práticas*. São Paulo: Edusp, 2004.



5

A presença da África, do negro e dos afrodescendentes no livro didático: um instrumento de avaliação

Lúcia Regina Goulart Vilarinho

Alexandre Ferreira de Oliveira

DOI: 10.31560/pimentacultural/2018.983.153-184

CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

5 A presença da África, do negro e dos afrodescendentes no livro didático

Sumário

A ESCOLHA DO LIVRO DIDÁTICO

Segundo o Ministério da Educação (2015), o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) é uma política educacional de Estado dirigida à avaliação, compra e distribuição de livros didáticos para a escolarização básica em todo o país. No formato atual, foi criado em 1985 e reestruturado em 1993 e, ao longo desses anos, tem passado por modificações que impactam a produção do livro e as práticas de ensino na escolarização básica.

A distribuição de livros didáticos nas escolas da rede pública é, sem dúvida, uma das mais importantes iniciativas do Estado brasileiro no campo educacional. Nesta direção, o país vem se destacando como o maior distribuidor de livros escolares do mundo e, conseqüentemente, um dos maiores compradores neste setor (GARRIDO, 2008).

Para um programa desta dimensão passou a ser necessária uma avaliação dos livros distribuídos. Segundo Garrido (2008), essas avaliações se iniciaram em 1997, dirigidas apenas aos anos iniciais do ensino fundamental; hoje atingem o segundo ciclo do ensino fundamental e o ensino médio. Desde então, o Estado compra apenas os aprovados nas avaliações, sendo garantida ao professor a autonomia de escolher o livro que considerar adequado, no contexto da lista dos aprovados. Diversas críticas são feitas ao Programa, sobressaindo-se as que questionam a pouca autoridade do professor na escolha do livro didático (GARRIDO, 2008). Os livros considerados obsoletos e com erros graves são retirados das listas.

Os esforços dos estudiosos desta problemática representam um diálogo expressivo com as inquietações que perpassaram os mais diferentes movimentos de inclusão social, estejam eles em território nacional ou estrangeiro. Tais inquietações se referem sobre tudo à possibilidade de a educação das gerações mais jovens

CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

5 A presença da África, do negro e dos afrodescendentes no livro didático

Sumário

ser conduzida sem preconceitos, para que o ser humano seja valorizado por suas qualidades intelectuais, morais, éticas, entre outras. No bojo dessas preocupações, uma se destaca: sendo o século passado reconhecido como o tempo das lutas em prol das igualdades sociais, políticas, econômicas, culturais e outras, como se justifica que o negro e assuntos que lhe dizem respeito no campo da História não recebam o tratamento que lhes coloque em pé de igualdade com outras etnias?

Assim, o conteúdo do presente capítulo tem como pano de fundo a presença do negro na História, seja ela do Brasil, nos seus diferentes períodos, ou geral, envolvendo outros países. Em uma época na qual se apregoa a liberdade de expressão e de escolhas não é aceitável que professores e gestores educacionais se submetam à adoção de livros didáticos que não tenham passado por uma análise crítica.

Não se propõe aqui uma análise que tenha a intenção de refutar o que está definido nos documentos que são tomados como referência na construção deste estudo. Ao contrário, intenta-se saber se o estabelecido, em termos de tratamento histórico do negro e de assuntos a ele correlatos, é acolhido no livro didático. Em outras palavras, trata-se de estabelecer um confronto entre o discurso oficial e o discurso dos autores / editores dos livros, o que exige um instrumento de avaliação construído para este fim. Esta foi a motivação que nos levou a criar um instrumento capaz de dar conta deste confronto.

BASES EDUCACIONAIS PARA A VALORIZAÇÃO DOS NEGROS E AFRODESCENDENTES

Considerando a história de lutas dos negros por sua inclusão social; a intensificação das políticas internacionais e nacionais contra

CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

5 A presença da África, do negro e dos afrodescendentes no livro didático

Sumário

as discriminações étnicas e raciais; a expressividade do PNLD no contexto educacional; a exigência de uma nova abordagem dos conteúdos de História com vistas a resgatar a participação ativa do negro e de seus descendentes no desenvolvimento da sociedade brasileira; e a crítica que tem sido feita à submissão do professor a escolhas pré-estabelecidas dos livros didáticos que irá usar em suas aulas, tornou-se oportuno oferecer subsídios para o processo avaliativo deste recurso.

No campo educacional, quatro documentos vão criar as bases para a concretização de ações mais efetivas voltadas para a valorização dos negros, a saber: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN, nº 9394/96 (BRASIL, 2016), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) (MEC-SEF, 1997), o Programa Nacional do Livro Didático (criado em 1997) e o manual organizado por Munaga (2001) de título: 'Superando o racismo na escola', que vai se tornar uma referência para professores das escolas públicas do ensino fundamental.

A partir das considerações mencionadas, estabeleceu-se como objetivo de estudo: construir e validar um instrumento para ser aplicado na avaliação de conteúdos relativos à presença do negro e assuntos correlatos no contexto mundial e, mais especificamente, na sociedade brasileira, expressos em livros de História utilizados no ensino fundamental.

Para a consecução deste objetivo, foi dimensionada uma questão avaliativa:

Em que medida o instrumento elaborado é válido para avaliar, segundo diretrizes emanadas da LDBEN (2016), dos PCN (MEC - SEF, 1997; 1998), da Lei n. 10.639 / 2003, do PNLD/História (MEC – SEB, 2013), o tratamento histórico dispensado aos negros e afrodescendentes inserido em livros didáticos do ensino fundamental?



CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

5 A presença da África, do negro e dos afrodescendentes no livro didático

Sumário

A AVALIAÇÃO DE ABORDAGENS SOBRE A ÁFRICA, O NEGRO E OS AFRODESCENDENTES

Aborda-se aqui os negros e afrodescendentes a partir da sua relação com a questão da discriminação social, tendo como referência os quatro documentos mencionados na questão avaliativa, a saber: a LDBEN (BRASIL, 2016), os PCN (MEC – SEF, 1997 e 1998), a Lei n. 10.639 (BRASIL, 2003) e o PNLD/História (MEC – SEF, 2013). Assim, a seguir são apresentados os principais aspectos encontrados nesses documentos que possuem relação com o objeto de avaliação.

A escolha desses aspectos baseou-se no pressuposto de que um livro didático, de qualquer disciplina, mas especialmente o de História, cumpre um papel que vai muito além do ensinar conteúdos. Ele deve ser educativo no sentido da formação de valores, da consciência crítica e da cidadania. No caso específico dos conteúdos que envolvem o negro e assuntos correlatos, é fundamental uma reescrita da sua história, de modo que se eduque os jovens alunos para a convivência multirracial, sem preconceitos, para que possam compreender e se apropriar das contribuições desse segmento para o desenvolvimento do país.

CONTRIBUIÇÕES DA LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Com a promulgação da Constituição de 1988 tornou-se imperiosa a elaboração de uma nova lei para a educação, em substituição à LDBEN 5692/ 71 (BRASIL, 1971), desgastada pela sua interface com as concepções tecnicistas que predominavam nos anos 60 e 70 do século passado.



CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

5 A presença da África, do negro e dos afrodescendentes no livro didático

Sumário

A Lei 9.394 (BRASIL, 2016) busca o pleno desenvolvimento da pessoa humana, traduzindo-se em proposta de educação que visa mobilizar toda a sociedade brasileira. Na discussão do projeto de lei no Senado, até chegar aos 91 artigos aprovados, defendeu-se veementemente o fortalecimento da descentralização e a democratização do espaço escolar.

A edição desta lei aqui considerada é a 12ª, divulgada pela Câmara de Deputados (Brasília). Nela se incluem uma série de modificações, mas o seu objetivo fundamental permanece inalterado: “disciplinar a estrutura e o funcionamento do sistema escolar brasileiro, dando-lhe a necessária unidade em meio à diversidade que caracteriza o país” (p. 7).

Como uma lei que se destina a todo o território nacional, seu texto é abrangente, sendo que entre os valores básicos que preconiza estão: construção da cidadania, desenvolvimento educacional do sujeito e qualificação para o mundo trabalho. Em relação aos princípios e fins da educação, destaca: (a) a igualdade de condições de acesso e permanência na escola; (b) a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; (c) o pluralismo de ideias; (d) o respeito à liberdade e apreço à tolerância; e (e) a consideração da diversidade étnico-racial.

No rastreamento dos aspectos de interesse para uma avaliação do conteúdo em questão, considerando suas dimensões educativas para alunos do ensino fundamental, encontrou-se quatro artigos da LDBEN com indicações importantes. São eles os artigos: 4, 26, 27 e 32.

O artigo 4º define que o ensino de História levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, com destaque para as matrizes indígena, africana e europeia. O artigo 26 indica a obrigatoriedade do estudo de História

CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

5 A presença da África, do negro e dos afrodescendentes no livro didático

Sumário

e cultura afro-brasileira e indígena no ensino fundamental e médio. Ainda neste artigo é destacado o ensino da História, da África e dos africanos, bem como a luta dos negros e suas contribuições para as áreas social, econômica e política do Brasil. Complementarmente, indica-se que o estudo da História e cultura africana será realizado nas áreas de História, Educação Artística e Literatura Brasileira. O artigo 27 estabelece que os conteúdos curriculares da educação básica devem: difundir os valores fundamentais de interesse social, bem como os direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática. Por fim, o artigo 32, menciona outro objetivo importante: fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

Uma leitura atenta de todos os capítulos desta Lei evidenciou que há uma preocupação com a questão da tolerância. Apesar de não ser explicitado o significado de tolerância, entende-se que esta questão é posta em seu sentido amplo. Desta leitura foi possível extrair uma lista de aspectos, doravante designados 'indicadores', a serem considerados na construção do instrumento de avaliação. São eles: (a) construção da cidadania; (b) liberdade de expressão; (c) igualdade de condições; (d) respeito à liberdade; (e) apreço à tolerância; (f) consideração da diversidade étnico-racial; (g) apreço às contribuições da cultura africana à formação do povo brasileiro nos mais diferentes campos: social, econômico, político; (h) respeito ao bem comum; (i) respeito à ordem democrática; (j) compreensão da existência de direitos e deveres para o fortalecimento dos vínculos de família e dos laços sociais; (k) fortalecimento dos laços de solidariedade humana.



CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

5 A presença da África, do negro e dos afrodescendentes no livro didático

Sumário

CONTRIBUIÇÕES DOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS

A promulgação da LDBEN em 1996 exigiu mudanças mais específicas no ensino. Assim, em dois anos, 1998 e 1999, o MEC, por meio de sua Câmara de Educação Básica (CEB), emitiu pareceres e aprovou resoluções sobre as diretrizes curriculares nacionais para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental (em 1997 de 1^a. a 4^a. série; em 1998 de 5^a. a 8^a. série), o Ensino Médio (em 1999), a Educação Profissional de Nível Técnico e a Formação de Docentes, em nível médio, na modalidade Normal. Já a partir de 2000, a Câmara de Ensino Superior (CES) contribuiu decisivamente para a aprovação das diretrizes curriculares nacionais dos cursos de graduação.

Segundo Magalhães (2006), esse esforço do MEC teve como base as concepções pedagógicas voltadas para o desenvolvimento de competências e habilidades durante a escolarização básica. Nesta direção, o autor afirma que “tanto para as diretrizes curriculares como para os PCN, mais importante do que aprender um conteúdo relativo a uma área de conhecimento é desenvolver procedimentos que permitam ao aluno aprender a conhecer”. E acrescenta: “grande parte das diretrizes não faz qualquer menção aos conteúdos a serem trabalhados” (MAGALHÃES, 2006, p. 53). O que se tem, portanto, é uma lista de competências e habilidades. Ainda segundo o autor, “esta forma de organizar os currículos, presente em outros países, tornou-se hegemônica na produção legal do governo brasileiro desde o final dos anos 1990” (p. 53).

Apesar das críticas, os PCN continuam sendo um norte para os educadores envolvidos com os sistemas de ensino. Em sua apresentação, inserida no texto oficial (MEC-SEF, 1997), admite-se que tais referenciais foram elaborados para se obter a renovação curricular, o que exige, das instituições escolares, planejamento



CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

5 A presença da África, do negro e dos afrodescendentes no livro didático

Sumário

educacional de forma compartilhada e corresponsável. Para os autores deste documento, por ser a prática educativa muito complexa, se tornam relevantes os subsídios teórico-práticos que ajudem a equipe educadora a realizar mais adequadamente (com mais qualidade) as suas atribuições. Este é o papel dos PCN.

No presente estudo interessam os PCN de História, embora este não possa ser desvinculado dos objetivos gerais referentes a todo o ensino fundamental. Cabe destacar que o documento que trata dos PCN de História também aborda os PCN de Geografia. Da parte geral dos PCN do Ensino Fundamental (MEC-SEF, 1997, p. 55), selecionou-se quatro objetivos por entender-se que apresentam relação direta com o ensino de História que se pretende: um ensino que enfatize a compreensão da relevância de uma nova abordagem sobre a participação dos negros e seus descendentes na construção da sociedade brasileira. São eles:

- (a) compreender a cidadania como participação social e política, como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito;
- (b) posicionar-se de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais, utilizando o diálogo como forma de mediar conflitos e de tomar decisões coletivas;
- (c) conhecer características fundamentais do Brasil nas dimensões sociais, materiais e culturais como meio para construir progressivamente a noção de identidade nacional e pessoal e o sentimento de pertinência ao país;
- (d) conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer

CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

5 A presença da África, do negro e dos afrodescendentes no livro didático

Sumário

discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais.

Como se pode perceber alguns conceitos encontram-se bem nítidos nesses objetivos, a saber: cidadania; solidariedade; cooperação; respeito ao outro; repúdio a injustiças e discriminações; postura crítica, diálogo; decisões coletivas; identidade nacional; sentimento de pertença; valorização da pluralidade do patrimônio sociocultural do país. Tais conceitos foram considerados no momento da construção do instrumento de avaliação, uma vez que o modo como são abordados no livro didático de História pode redundar em uma experiência muito significativa em prol da rejeição a qualquer tipo de discriminação social.

Dos PCN de História (MEC-SEF, 1998, p. 43) foram selecionados outros objetivos, que também serviram de subsídios para a construção do instrumento de avaliação. De forma resumida, tais objetivos são assim expressos:

- (a) conhecer e respeitar o modo de vida de diferentes grupos sociais, em diversos tempos e espaços, em suas manifestações culturais, econômicas, políticas e sociais, reconhecendo semelhanças e diferenças entre eles;
- (b) reconhecer mudanças e permanências nas vivências humanas, presentes na sua realidade e em outras comunidades, próximas ou distantes no tempo e no espaço;
- (c) questionar sua realidade, identificando alguns de seus problemas e refletindo sobre algumas de suas possíveis soluções, reconhecendo formas de atuação política, institucionais, bem como organizações coletivas da sociedade civil;
- (d) valorizar o patrimônio sociocultural e respeitar a diversidade, reconhecendo-a como um direito dos povos

CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

5 A presença da África, do negro e dos afrodescendentes no livro didático

Sumário

e indivíduos e como um elemento de fortalecimento da democracia.

À semelhança dos objetivos gerais dos PCN, aqui também é possível destacar alguns conceitos fundamentais: respeito a diferentes modos de vida; reconhecimento de semelhanças entre diferentes modos de vida; reconhecimentos de mudanças e permanências nos modos de vida; questionamento da realidade; identificação de problemas sociais; levantamento de soluções; respeito à diversidade; valorização do patrimônio sociocultural; valorização da democracia.

Como alguns dos conceitos destacados apareceram tanto nos objetivos gerais dos PCN como nos específicos do ensino de História, foi necessário depurar os que eram equivalentes.

CONTRIBUIÇÕES DA LEI N. 10.639 / 2003

Em 2003, o governo, atendendo a antigas reivindicações dos movimentos negros, promulgou a Lei Federal nº 10.639, que tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas. Tais reivindicações se projetavam especificamente para uma mudança significativa nas abordagens relativas à presença do negro e seus descendentes no cenário nacional, geralmente limitadas às narrativas sobre a escravidão.

Um ano após o estabelecimento desta lei foram instituídas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, documento este visualizado como um marco histórico por ter sido a primeira orientação explícita tanto à dinâmica das relações étnico-raciais como ao ensino da história e cultura dos afrodescendentes e africanos (MOORE, 2008).

CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

5 A presença da África, do negro e dos afrodescendentes no livro didático

Sumário

Mais recentemente, esta lei foi alterada pela Lei Federal n. 11.645/08 (BRASIL, 2008), que tornou obrigatório, além do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, o estudo da História e Cultura Indígena. A referida Lei é composta de apenas três artigos, dois deles de interesse para o presente estudo, pois determinam que: (a) o conteúdo programático a ser ensinado nas escolas tem de resgatar a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política, referentes à História do Brasil; e (b) os conteúdos relativos à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística, de Literatura e de História do Brasil.

Para a construção do instrumento proposto neste estudo, admitiu-se que apenas um aspecto desta legislação deveria ser considerado, a saber: o resgate das contribuições do negro às diferentes áreas de formação da sociedade brasileira.

Cabe salientar que esta lei foi complementada pela publicação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (MEC-SEPIR, 2004), as quais atribuem ao ensino a tarefa de reparar, reconhecer e valorizar a comunidade negra, possibilitando a superação de preconceitos e a melhoria qualitativa da educação para a cidadania.

No texto dessas diretrizes, registra-se que o ensino de História se constitui em meio “privilegiado para a educação das relações étnico-raciais e tem por objetivos o reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros” (MEC-SEPIR, 2004, p.20). Os relatores do Parecer salientam que as indicações ali expressas não visam desencadear ações uniformes, mas objetivam oferecer referências e critérios para que se implantem ações, as avaliem e reformulem no que e quando necessário. Essas diretrizes não foram consideradas para fins de seleção de aspectos a

CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

5 A presença da África, do negro e dos afrodescendentes no livro didático

Sumário

serem revertidos em indicadores, por focalizarem, basicamente, o conteúdo de História, mais especificamente, sugestões de abordagem deste conteúdo. A finalidade precípua das Diretrizes - educar os alunos para uma relação cidadã com as diferenças étnico-raciais - no entanto, já estava inserida nos documentos em análise.

CONTRIBUIÇÕES DO PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO

O PNLD, conforme mencionado, é uma política de Estado de grande repercussão no contexto educacional, com abrangência nacional.

Segundo Hölfing (2000), as avaliações dos livros didáticos se iniciaram de forma mais decisiva a partir de 1997, quando foram objeto de análise os livros destinados ao segundo ciclo do ensino fundamental. “Desde, então, o Estado compra apenas os aprovados, que lhe são apresentados por intermédio do Guia do Livro Didático” (GARRIDO, 2008, p. 5).

Ao lado dos aspectos positivos do Programa, entre eles, o alcance de todo o território nacional, algumas críticas têm sido apresentadas. Para Garrido (2008, p. 6):

o comprometimento estatal na compra de livros didáticos e o rígido sistema de avaliação exigiram que o ramo editorial acompanhasse esse processo, o que resultou na profissionalização do setor e a transformação de editoras familiares em grupos empresariais. [...] O grande diferencial desses grupos editoriais seria: seu poder de marketing; recursos disponíveis para a elaboração de obras com múltiplos autores – visando à incorporação das orientações vigentes no ensino –; bem como, a possibilidade de comprar direitos autorais de obras clássicas, como o dicionário Aurélio, comprado pela Editora Moderna. Contudo, entre o grupo dos livros didáticos mais vendidos de 1990 a 2006, observa-se à manutenção de seis editoras (Ática/Scipione; Editora do Brasil; FTD; IBEP/Cia. Editora Nacional; Saraiva/Atual; Moderna), apenas a partir de 2002 outras duas editoras tomam parte desse seleto grupo (Positivo e Nova Geração).

CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

5 A presença da África, do negro e dos afrodescendentes no livro didático

Sumário

Hoje, segundo o que se encontra registrado no Portal do MEC, o PNLD (MEC, 2015) tem o seguinte objetivo:

subsidiar o trabalho pedagógico dos professores por meio da distribuição de coleções de livros didáticos aos alunos da educação básica. Após a avaliação das obras, o Ministério da Educação (MEC) publica o Guia de Livros Didáticos com resenhas das coleções consideradas aprovadas. O guia é encaminhado às escolas, que escolhem, entre os títulos disponíveis, aqueles que melhor atendem ao seu projeto político pedagógico.

Para fins da construção e validação do instrumento proposto neste estudo interessa especialmente o PNLD Guia de História (MEC- SEF, 2014). A análise deste documento mostrou que se divide nas seguintes partes: uma introdutória, na qual é apresentado o Guia do Livro Didático de História; a seguinte, contendo um histórico deste Programa, onde são feitas algumas considerações sobre o ensino de História; uma terceira parte com explicações sobre: o porquê de avaliar os livros didáticos, quem avalia os livros, o processo de avaliação, os critérios utilizados, os instrumentos do processo de avaliação e as etapas desse processo; e uma quarta parte, a mais extensa, na qual são resenhadas as obras aprovadas. As demais partes são pós-textuais, incluindo: referências e anexos.

A leitura do documento indicou que apenas um pequeno trecho, inserido na parte introdutória, interessa ao presente estudo. Trata-se da parte onde se recomenda ao professor:

Por fim, no que diz respeito às questões de cidadania, sugerimos que você empregue meios auxiliares para abordar a história e a cultura dos povos indígenas e dos africanos, considerando sua diversidade e situando-os no tempo presente, além dos direitos políticos e sociais que incluem mulheres e idosos. (MEC – SEF, 2014, p. 10).



CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

5 A presença da África, do negro e dos afrodescendentes no livro didático

Sumário

SÍNTESE DOS SUBSÍDIOS RETIRADOS DOS DOCUMENTOS OFICIAIS

Após a depuração dos aspectos educacionais de interesse ao proposto neste estudo, foi possível construir um quadro-resumo no qual se indica os documentos dos quais foram retirados. Cabe salientar que esses aspectos também foram compatibilizados entre si, pois alguns deles eram, praticamente, idênticos a outros. Assim, aspectos idênticos ou similares foram reduzidos a um único.

Cabe salientar que os aspectos educacionais situados no Quadro 1 desembocam em uma questão mais ampla que é a construção da cidadania. Não resta dúvida que, para se obter uma sociedade em que sejam raros os casos de discriminação social, uma sociedade em que os negros e seus descendentes tenham a mesma importância que o colonizador ou imigrante branco, é preciso que a escola, com seus recursos de ensino e aprendizagem (particularmente o livro didático), valorize, indistintamente, a diversidade social e cultural de todos os seus alunos e, por extensão, de todos os que constituem a população brasileira.

Quadro 1- Aspectos educacionais considerados na construção do instrumento

Documentos	Aspectos educacionais	
LDBEN (lei n. 9394/96)	respeito	à liberdade
		à liberdade de expressão
		à ordem democrática
		ao bem comum
		à diversidade étnico-racial
	igualdade	de condições
		de direitos
	apreço	à tolerância
		às contribuições da cultura africana





CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

5 A presença da África, do negro e dos afrodescendentes no livro didático

Sumário



	fortalecimento	dos vínculos de família
		dos laços sociais
		da solidariedade
PCN- parte geral e específica de História	solidariedade	cooperação, decisões coletivas
	respeito	ao outro e a diferentes modos de vida
	repúdio	a injustiça e discriminações
	valorização	do patrimônio sociocultural do país (aí se incluindo o afro-brasileiro)
		da identidade nacional
		do sentimento de pertença
	reconhecimento	de mudanças e permanências
	questionamento	da realidade
Lei nº 10639/ 2003	resgate	das contribuições dos negros e afrodescendentes para as áreas de formação da sociedade brasileira.
PNLD de História	valorização	da diversidade cultural africana no tempo presente

Fonte: Os autores (2016).

Em seu papel prioritário, o educacional, a escola deve sistematicamente promover a reflexão sobre as opressões feitas aos mais diferentes segmentos sociais, aí se incluindo negros e afro-descendentes, para que todos os seus atores compreendam que cabe à escola levar seus alunos a se “reconhecerem como homens na sua vocação ontológica e histórica de Ser Mais. A reflexão e a ação se impõem, quando não se pretende, erroneamente, dicotomizar o conteúdo da forma histórica de ser do homem” (FREIRE, 1987, p.29). Esta ponderação do autor salienta a relevância da escola no compromisso de refletir criticamente sobre as condições concretas das mais variadas formas de opressão, hoje muitas delas transfiguradas em discriminações / exclusões sociais. Diz ainda Freire (1987) que é da reflexão que surgem as transformações sociais mais substantivas, o que significa novas práticas sociais.

CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

5 A presença da África, do negro e dos afrodescendentes no livro didático

Sumário

Este estudo avaliativo busca, em última instância, salientar que a forma de tratamento dos conteúdos de livros pode contribuir (ou não) para que os processos de opressão presentes na sociedade passem por um 'crivo' crítico, derivado das reflexões desenvolvidas na escola.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Abordagem avaliativa

A construção de um instrumento de avaliação de material didático na área de História exige a sua apreciação por sujeitos considerados competentes, isto é, pessoas que, além de conhecerem em profundidade o conteúdo de História, tenham experiência docente e conhecimentos pedagógicos sólidos, especialmente os que dizem respeito à formação do aluno na perspectiva de cidadania. Assim, optou-se pela abordagem da avaliação baseada em especialistas, a qual "depende basicamente dos conhecimentos específicos de um profissional para julgar uma instituição, um programa, um produto ou uma atividade" (WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004, p. 179). Esta é, provavelmente, a abordagem de avaliação mais antiga e mais utilizada em todo o mundo. Outros tipos de avaliação dela têm sido derivados, tais como exames de seleção realizados por bancas e painéis para revisão de artigos. De acordo com Worthen, Sanders e Fitzpatrick (2004), uma equipe de especialistas, ao se complementar com seus diferentes saberes, pode realizar avaliações mais consistentes e completas.



CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

5 A presença da África, do negro e dos afrodescendentes no livro didático

Sumário

Etapas do estudo

Uma vez escolhida a abordagem, estabeleceu-se as etapas do processo avaliativo, a saber: elaboração do quadro de critérios e padrões de julgamento; construção do instrumento de avaliação; validação do instrumento construído; seleção dos especialistas; avaliação do *checklist*.

1. Elaboração do quadro de critérios e padrões de julgamento

Tendo por base a síntese dos aspectos educacionais retirados dos documentos legais considerados no presente estudo, construiu-se o Quadro 2, a seguir apresentado. Trata-se de instrumento fundamental em um processo avaliativo, pois funciona como um 'norte', evitando subjetividades, favorecendo ao avaliador a organização de padrões de desempenho derivados de um processo reflexivo.

Quadro 2- Categorias, indicadores e padrões de julgamento derivados do Quadro 1

Categorias	Indicadores	Padrões
Respeito às / à / ao / a	liberdades individuais liberdade de expressão ordem democrática bem comum diversidade étnico-racial diferentes modos de vida outro	Explícito Implícito Ausente
Fortalecimento dos / da / do	vínculos de família laços sociais solidariedade cooperação/decisões coletivas sentimento de pertença	
Apreço à / às	tolerância contribuições da cultura africana/afro-brasileira	





CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

5 A presença da África, do negro e dos afrodescendentes no livro didático

Sumário

Valorização do / da	patrimônio sociocultural do país identidade nacional diversidade cultural africana no tempo presente	
Repúdio às	injustiças e discriminações	
Reconhecimento das / da	mudanças e permanências importância do questionamento da realidade	

Os padrões de julgamento referem-se às seguintes possibilidades: explícito (E) - é abordado de forma clara no texto; implícito (I) - está presente nas entrelinhas do texto; e ausente (A) - não é abordado no texto.

2. Construção do instrumento de avaliação

Optou-se pelo *checklist* que, segundo Russel e Airasian (2014), pode ser compreendido como “uma lista de critérios de desempenho” (p. 199), que “pode ser usada repetidamente ao longo do tempo para diagnosticar pontos fortes, fracos e mudanças no desempenho” (p. 200). Para estes autores o uso de “um mesmo *checklist* mais de uma vez é uma forma fácil de obter informações sobre o desempenho do aluno ao longo do tempo” (p.201). Em outras palavras significa obter a gradação do desempenho.

Embora esses autores indiquem que o *checklist* comporta apenas duas situações na avaliação de cada aspecto do instrumento (sim / não; presente / ausente), foi possível encontrar uma terceira alternativa passível de ser assinalada pelo avaliador, conforme mencionado no item anterior. Considerando que o *checklist* seria composto de 20 indagações e admitindo-se que seria muito difícil encontrar todas elas na situação ‘explícita’ em um capítulo de livro didático de História, buscou-se estabelecer um máximo de pontuação para os padrões de julgamento mais condizente com esta hipótese. A presença desses 20 indicadores (inseridos nas indagações do *checklist*) pode até ocorrer, mas certamente será ou no livro como



CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

5 A presença da África, do negro e dos afrodescendentes no livro didático

Sumário

um todo, ou no conjunto dos seus capítulos que abordam a História da África, dos negros e afrodescendentes. Uma vez definidas as pontuações: E=2 pontos; I= 1 ponto; A= zero, a pontuação máxima seria 40 pontos, porém difícil de ser alcançada. Optou-se, então, por situar a metade desta pontuação máxima (20 pontos) como um padrão de desempenho 'excelente'; 15 pontos como 'muito bom'; 10 pontos como 'bom'; e 5 pontos como 'insatisfatório'.

3. Validação do instrumento construído

A validação do *checklist* foi conduzida por três especialistas em avaliação, sendo duas docentes do Curso de Mestrado Profissional em Avaliação da Fundação Cesgranrio, as quais funcionaram como 'avaliadoras internas', e uma terceira docente, na condição de 'avaliadora externa', que nos últimos anos tem participado de processos avaliativos de livros didáticos de Sociologia, no âmbito do PNLD. Todas essas especialistas possuem o título de doutora em educação. Nesta etapa foram feitas sugestões, como por exemplo, incluir itens que: falassem do repúdio às injustiças, aos estereótipos e preconceitos em relação ao negro e afrodescendentes; e destacassem a importância de se questionar os discursos doutrinadores. As sugestões consideradas pertinentes foram incorporadas ao instrumento.

4. Seleção dos especialistas (avaliadores)

Foram convidados a participar da avaliação professores de História com mais de cinco anos de atuação na docência desta disciplina. O grupo foi composto por 11 professores, sendo mantido o anonimato dos sujeitos. Todas as escolas onde esses professores lecionavam, à exceção de uma (situada em Angra dos Reis – Estado do Rio de Janeiro), localizam-se no município do Rio de Janeiro.

CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

5 A presença da África, do negro e dos afrodescendentes no livro didático

Sumário

5. Avaliação do *checklist*

O instrumento foi apresentado aos especialistas para que procedessem à sua avaliação, com vistas a indicarem se o mesmo contemplava os aspectos educacionais depurados dos documentos oficiais. Foi solicitado aos professores que avaliassem o instrumento no prazo de uma semana, o que realmente aconteceu. Para a consecução desta tarefa, os avaliadores, além de uma carta expedida pela Coordenação do curso com o pedido de avaliação, receberam o *checklist*, dois recortes da dissertação imprescindíveis ao processo de avaliação, a saber: o objetivo do estudo e sua questão avaliativa; e o Quadro de Critérios (Quadro 2) que norteou a construção do instrumento. De posse deste material se tornou viável a avaliação do instrumento. As considerações apresentadas por esses professores são analisadas a seguir.

RESULTADOS E CONCLUSÕES DO ESTUDO

Para uma melhor compreensão da avaliação realizada pelos 11 professores, torna-se necessário apresentar uma breve caracterização desses especialistas.

Caracterização dos especialistas

Todos eram licenciados em História, com tempo de magistério oscilando entre cinco e 20 anos. Dois deles possuíam mestrado e doutorado no campo da História. A grande maioria (nove) tinha realizado pelo menos uma pós-graduação *lato sensu*, sendo que dois registraram ter realizado três especializações. As duas professoras que não possuíam outros cursos além da licenciatura, tinham mais de 20 anos de magistério. Muitos desses cursos se voltavam para a cultura africana e a História da África.

CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

5 A presença da África, do negro e dos afrodescendentes no livro didático

Sumário

Em termos do tipo de escola onde atuavam, considerando que um mesmo professor indicou ter mais de um vínculo empregatício, obteve-se a seguinte distribuição:

- (a) quatro eram professores de escolas federais (Colégio Naval - três; CEFET/RJ - um), sendo que apenas um deles era dedicação exclusiva. Os demais possuíam outras vinculações em escolas do estado, do município, ou em instituição particular;
- (b) dois possuíam vínculo com as três redes de ensino: estado, município e particular;
- (c) três eram professores do estado e do município;
- (d) um atuava apenas na rede particular, mas com matrícula em duas escolas;
- (e) um trabalhava em escola particular e em Organização Não Governamental (ONG), desenvolvendo programa dedicado a jovens em situação de risco.

Portanto, o grupo tinha experiência na área, a maioria (nove) atuando em escolas públicas, o que implica considerar a entrada neste setor, vinculada sempre à seleção formal, que inclui concurso de provas, títulos e exames psicológicos.

A avaliação dos especialistas

Dois pontos básicos nortearam a avaliação dos professores: a suficiência das perguntas e a sua adequação. Nesta direção, tinham de indicar se as 20 perguntas apresentadas no *checklist* eram suficientes para avaliar os indicadores retirados dos documentos oficiais e se estavam adequadas.

CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

5 A presença da África, do negro e dos afrodescendentes no livro didático

Sumário

Em termos de suficiência, todos os sujeitos responderam afirmativamente. Eles também concordaram com a escolha dos padrões de julgamento: explícito, implícito, ausente.

Quanto à adequação, por terem os professores indicado inúmeras sugestões (57), configurando outras possibilidades para se avaliar a temática (discriminação racial), supôs-se, de início, que a proposta do estudo apresentava problemas. No entanto, tal suposição, à medida que iam sendo feitas as leituras e releituras das sugestões, foi se modificando, uma vez que, com raras exceções, as sugestões desconsideravam os valores retirados dos documentos oficiais e transformados em indicadores de um processo avaliativo. As sugestões oferecidas pelos docentes deram centralidade a aspectos referentes ao conteúdo. Portanto não contemplavam a proposta do instrumento de avaliação, baseada em indicadores genéricos (valores educacionais extraídos dos documentos oficiais) que perpassam qualquer tipo de conteúdo.

É compreensível que houvesse uma ênfase na parte de conteúdos por serem todos os avaliadores licenciados em História, ou seja, professores desta disciplina, o que os leva a privilegiar a matéria de ensino. Sabe-se, no entanto, que o professor com boa formação (no seu campo de ensino e na área pedagógica) é capaz de, pelo conteúdo, levar o aluno à compreensão / conscientização dos valores que potencializam a convivência sadia entre todos os diferentes e desiguais. No entanto, não era essa a ótica do instrumento apresentado, que pretendeu oferecer ao professor indagações amplas (valores educacionais) que podem se expressar no tratamento de um conteúdo didático.

Seguem-se as cinco sugestões, retiradas das avaliações dos professores, consideradas pertinentes por expressarem valores educacionais relacionados ao que se extraiu dos documentos oficiais. Os respondentes indagaram se a abordagem do tema:



CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

5 A presença da África, do negro e dos afrodescendentes no livro didático

Sumário

(a) reflete uma proposta educativa antirracista?

(b) valoriza a cultura oral que traz experiências passadas de geração em geração e que contam histórias de negros e afrodescendentes?

(c) valoriza memórias coletivas e personalidades negras e afrodescendentes que despontaram nos mais diversos campos?

(d) valoriza a identidade negra e combate ações de discriminações e preconceitos?

(e) valoriza vultos e personalidades negras?

Essas sugestões foram incorporadas ao instrumento, sofrendo alguma alteração, de modo que pudessem ficar enquadradas no total das 20 perguntas, consideradas suficientes pelos avaliadores. Assim, o *checklist* ficou com o seguinte formato:

Avaliador: _____

Este instrumento se destina à avaliação do tratamento dispensado à História da África, aos negros, aos afrodescendentes e assuntos correlatos, expresso em livros didáticos utilizados no Ensino Fundamental. A avaliação toma como referência aspectos educacionais preconizados na Lei n. 9394/96 (LDBEN), nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), parte geral específica do ensino de História, na Lei Federal n.10.639 e no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).

Categorias em avaliação	Padrões de julgamento		
A abordagem do tema respeita:	Explícito	Implícito	Ausente
1- as liberdades individuais.			
2 - a liberdade de expressão.			
3 - a ordem democrática.			
4 - o bem comum.			





CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

5 A presença da África, do negro e dos afrodescendentes no livro didático

Sumário

5 - a diversidade étnico-racial.			
6 - o outro.			
7 -os diferentes modos de vida.			
A abordagem do tema fortalece:			
8 - os vínculos de família.			
9 - os laços sociais.			
10 - a solidariedade.			
11 - a cooperação, as decisões coletivas.			
12 - o sentimento de pertença.			
A abordagem do tema promove o apreço:			
13 - à tolerância.			
14 -às contribuições dos africanos e afrodescendentes na formação da sociedade brasileira.			
A abordagem do tema valoriza:			
15 - a cultura africana e a cultura afro-brasileira.			
16 - a identidade nacional e a identidade negra.			
17 - a diversidade cultural africana no tempo presente.			
A abordagem do tema repudia:			
18 - as injustiças e discriminações.			
A abordagem do tema discute:			
19 - mudanças e permanências em relação à presença do negro e afrodescendentes no Brasil.			
20 – as memórias coletivas e as histórias orais do universo dos afrodescentes, que expressam as experiências passadas de geração em geração e própria história do país.			

Valores: Explícito (E) = 2 pontos; Implícito (I) = 1 ponto; Ausente (A) = zero.



CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

5 A presença da África, do negro e dos afrodescendentes no livro didático

Sumário

As demais sugestões, ainda que não aproveitadas, foram percebidas como muito relevantes. Elas podem ser aproveitadas na construção de um *checklist* (ou outro instrumento) destinado a avaliar o tratamento do conteúdo de História da África, dos negros e afrodescendentes em materiais de ensino. Assim, optou-se por apresentá-las como uma contribuição a professores desta disciplina, interessados em uma análise crítica dos livros que utilizam. Admitiu-se, também, que dado ao interesse e esforço dos professores em responder ao pedido de avaliação do instrumento, apresentando um total de 57 indicações, não caberia desconsiderá-las.

Após depurar as sugestões similares, obteve-se um total de 24 indicações, a seguir transcritas. Nesta direção, os docentes indagaram: a abordagem do tema:

- (a) leva professores e alunos a refletirem sobre a importância / significado de datas como o 13 de maio (abolição da escravidão) e 20 de novembro (morte de Zumbi dos Palmares)
- (b) situa a escola como local de valorização da cultura negra e de reflexão contra os preconceitos?
- (c) possibilita uma análise comparativa das diversas fontes que contam a história dos africanos e dos seus descendentes?
- (d) faz um comparativo nos campos social, econômico, cultural e político sobre a África do passado e a dos dias atuais?
- (e) discute o mito da 'democracia racial' e a 'demografia da cor'?
- (f) trata das políticas de ação afirmativa?
- (g) apresenta o negro como formador da cultura brasileira, potencial consumidor, formador de opinião, ser político

CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

5 A presença da África, do negro e dos afrodescendentes no livro didático

Sumário

e intelectual, personalidade com expressão em diversos campos sociais?

(h) leva à reflexão da situação do negro no mercado de trabalho e na formação da renda no Brasil?

(i) vai além do campo da História, relacionando o negro à literatura, às artes, a fontes documentais e imateriais que valorizam a sua contribuição?

(j) ultrapassa o limite do livro didático, levando o debate a outras fontes e saberes (nos campos da Sociologia, Antropologia, Filosofia, das artes, entre outros)?

(k) trata de políticas que proporcionam uma maior participação do negro (enquanto grupo discriminado) na educação, saúde, emprego, aquisição de bens materiais, em redes de proteção social e reconhecimento cultural?

l) apresenta ações preventivas e reparadoras para favorecer indivíduos que são historicamente discriminados?

m) amplia o estudo da África para além do tráfico humano (escravidão), destacando este continente como local de formação de culturas, de riquezas e valorização cultural?

n) mostra a identidade racial do negro de modo afirmativo, desligando-o das imagens que predominam nos meios de comunicação?

o) apresenta como natural a presença de afrobrasileiros em cargos de chefia ou as situações em que os negros se destacam com pensadores, artistas, escritores, etc.?

p) aponta a necessidade de eliminação das desigualdades e segregações, para que não se mantenham grupos marginalizados?

CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

5 A presença da África, do negro e dos afrodescendentes no livro didático

Sumário

q) discute a história da diáspora africana na visão dos vencidos (africanos)?

r) fala da importância da composição diversificada da sociedade, onde não exista predomínio de raças, etnias, religiões, gênero?

s) aborda a violência sofrida pelos negros, segundo o 'mapa da violência' divulgado pela Organização dos Estados Ibero-americanos, no qual o negro é principal alvo da violência?

t) destaca o silêncio imposto às narrativas sobre a vida e a cultura dos negros?

u) indica que preservar e ensinar a memória da escravidão não é um mero exercício de História, mas ação efetiva na luta contra o racismo?

v) evidencia que os seres humanos têm antepassados comuns e que, com o correr dos milênios, foram se diferenciando, o que leva, hoje, a concepções antropológicas que superam o conceito de raça?

x) fala dos conflitos produzidos pela escravidão que fomentaram inúmeras revoltas que marcaram a resistência ao colonialismo?

z) mostra que as vitórias dos movimentos em prol da cultura negra não são exclusivas dos negros e afrodescendentes, mas uma conquista de todo o povo brasileiro.

Como fica evidente, essas 24 indicações dão centralidade a conteúdos específicos e não a valores genéricos que podem ser encontrados em qualquer material de ensino do tema em estudo.

É fato que um professor ao expor, por exemplo, os 'conflitos produzidos pela escravidão que fomentaram inúmeras revoltas

CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

5 A presença da África, do negro e dos afrodescendentes no livro didático

Sumário

que marcaram a resistência ao colonialismo', pode fazer isto de modo mecânico – citando os conflitos e mostrando o conceito de resistência, sem envolver seus alunos nos valores (de repúdio às injustiças sociais). Ele pode se valer de uma perspectiva tradicional, com a mera exposição didática, sem inserir nas suas falas os sentimentos que levam seus alunos a refletir e se conscientizar das mudanças que se fazem necessárias, especialmente aquelas relacionadas às práticas de convivência social sem preconceitos.

Foi por considerar que a presença de determinado conteúdo em um material didático / livro, ou na fala do professor, não é garantia de mudança de atitudes, que o estudo aqui apresentado focalizou os aspectos educacionais (valores educacionais) inseridos nos documentos normativos, admitindo-se que os mesmos devem perpassar o processo ensino-aprendizagem. Na análise do tratamento do conteúdo sim, pode-se ver a presença desses valores.

Conclui-se esta avaliação, admitindo que o instrumento construído e validado foi avaliado positivamente pelos especialistas no aspecto suficiência de perguntas formuladas para verificar a presença dos indicadores relativos às categorias de avaliação.

Quanto à questão da adequação das perguntas ao pretendido - avaliar, segundo diretrizes emanadas da LDBEN (2014), dos PCN (MEC - SEF, 1997 e 1998), da Lei n. 10.639 / 2003, do PNLD/História (MEC – SEB, 2013), o tratamento histórico dispensado aos negros e afrodescendentes, inserido em livros didáticos do ensino fundamental, conclui-se que a visão dos especialistas foi determinada por uma valorização dos conteúdos de ensino no campo da História.

Para estes autores, no processo de avaliação transpareceu com clareza duas perspectivas de avaliação: a visão generalista imprimida ao instrumento pelo avaliador e sua orientadora, confirmada pelas especialistas que validaram o material, as três com

CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

5 A presença da África, do negro e dos afrodescendentes no livro didático

Sumário

doutorado em educação *versus* a visão específica do grupo de docentes, todos licenciados em História e com cursos de pós-graduação voltados para o aprofundamento de conteúdos no âmbito desta disciplina.

Espera-se que o instrumento seja utilizado e aperfeiçoado por professores que lutam por uma sociedade sem preconceitos, segregações e grupos marginalizados. Sugere-se, no entanto, que o *checklist* seja também avaliado por educadores licenciados em Pedagogia, com conhecimento em legislação educacional, de modo que se possa analisar as diferenças que se apresentam entre as sugestões de mudança propostas por ambos os grupos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*: Lei n.5692/71. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/civil_03/leis/L5692.htm>. Acesso em: março de 2015.

_____. *Lei de diretrizes e bases da educação nacional* [recurso eletrônico]: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 [Lei Darcy Ribeiro (1996)], 9. Ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara (Série legislação; n. 118), 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/luciavilarinho/Downloads/ldb_12ed.pdf>. Acesso em: março de 2015

_____. *Programa Nacional de Direitos Humanos*, PNHD. Decreto n. 1904 de 13 de maio de 1996. Disponível em Universidade de São Paulo, Biblioteca Virtual de Direitos Humanos: Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direitos-Humanos-no-Brasil/i-programa-nacional-de-direitos-humanos-pndh-1996.html>>. Acesso em: janeiro de 2015.

_____. *Lei Federal nº 10.639/2003* – Torna obrigatório o ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira nas escolas de ensino fundamental e médio. Brasília, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/10.639.htm>. Acesso em: fevereiro de 2015.

_____. *Lei Federal n. 11.648/2008* - Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para

CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

5 A presença da África, do negro e dos afrodescendentes no livro didático

Sumário

incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm>. Acesso em: março de 2015.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GARRIDO, Maria Cristina de Moura. Livro didático, movimento negro e PNLD: uma proposta de pesquisa. *ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA: Poder, Violência e Exclusão*, 19. ANPUH/SP – USP. 08 a 12 de setembro de 2008. Cd-Rom. Disponível em: <<http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XIX/PDF/Autores%20e%20Artigos/Mirian%20Garrido.pdf>>. Acesso em: agosto de 2014.

HÖLFING, Eloisa de Mattos. Notas para discussão quanto à implementação de programas de governo: Em foco o Programa Nacional do Livro Didático. *Educação & Sociedade*, ano XXI, n. 70, Abril, 2000, p. 159-170. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v21n70/a09v2170.pdf>>. Acesso em: março de 2015.

MAGALHÃES, Marcelo de Souza. Apontamentos para pensar o ensino de História hoje: reformas curriculares, ensino médio e formação de professores. *Revista Digital Tempo*, v.11, n.21, p.49-64, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v11n21/v11n21a05.pdf>>. Acesso em: setembro de 2015.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)*. Apresentação, 2015. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=66&id=12391&option=com_content&view=article>. Acesso em: fevereiro de 2015.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. *Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais*. Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>>. Acesso: fevereiro de 2015.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. *Parâmetros curriculares nacionais: história*. Brasília: MEC / SEF, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pcn_5a8_historia.pdf>. Acesso em: fevereiro de 2015.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Brasília, DF, outubro, 2004.

CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

5 A presença da África, do negro e dos afrodescendentes no livro didático

Sumário

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. Programa Nacional do Livro Didático. Guia de livros didáticos. *História: ensino fundamental, anos finais*. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/guias-do-pnld/item/4661-guia-pnld-2014>>. Acesso em: março de 2015.

MOORE, Carlos. *A África que incomoda: sobre a problematização do legado no cotidiano brasileiro*. Belo horizonte: Nandyala, 2008.

MUNAGA, Kabengele. (Org). *Superando o racismo na escola*, 3.ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 2001.

OLIVEIRA, Alexandre Ferreira de. *A África, o negro e os afrodescendentes: uma proposta de avaliação da sua presença no livro didático*. 43 f. 2015. Dissertação (Mestrado Profissional em Avaliação)- Fundação Cesgranrio, Rio de Janeiro, 2015.

RUSSELL, M.; AIRASIAN, M.K. *Avaliação em sala de aula: conceitos e aplicações*. 7. ed. Porto Alegre: AMGH, 2014.

WORTHEN, Blaine R.; SANDERS, James L.; FITZPATRICK, Jody R. *Avaliação de programas: concepções e práticas*. São Paulo: Ed. Gente, 2004.



6

Construção e validação do questionário de avaliação de fluência tecnológica

Margareth Braz Ramos

Lígia Silva Leite

DOI: 10.31560/pimentacultural/2018.983.185-221



CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

6 Construção e validação do questionário de avaliação de fluência tecnológica

Sumário

O ESTUDO AVALIATIVO

A proposta deste capítulo é apresentar o instrumento de avaliação, o questionário, utilizado na dissertação de Mestrado intitulada: Avaliação da fluência tecnológica de alunos de cursos de graduação a distância (RAMOS, 2016). O estudo foi desenvolvido com os alunos do curso a distância de graduação em Pedagogia e Turismo. A escolha por Pedagogia surgiu da experiência da autora como tutora de uma instituição privada; já o curso de Turismo da oportunidade de acesso a uma conceituada instituição pública, que atua em várias regiões do Estado do Rio de Janeiro, possibilitando a aplicação do questionário em duas regiões diferentes nas quais são oferecidas este curso.

O questionário é um recurso de medida e julgamento para ser adotado em situações de pesquisa, e tem finalidades como: verificar e avaliar conhecimentos, opiniões, percepções, satisfação e expectativas (ELLIOT; HILDENBRAND; BERENGER, 2012). A escolha do instrumento fundamentou-se por ser o mais empregado em estudos avaliativos e por favorecer respostas mais precisas. A elaboração de um questionário “requer conhecimento técnico que abarca desde suas especificações até as diferentes maneiras de aplicação”, destaca Elliot, Hildenbrand e Berenger (2012, p.25). Desta forma, o capítulo está estruturado da seguinte forma: importância do instrumento de avaliação; adoção da abordagem avaliativa na elaboração do instrumento; elaboração do quadro de categorias, indicadores e padrões; construção do instrumento de avaliação; validação do instrumento; aplicação do instrumento; coleta e análise de dados.



CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

6 Construção e validação do questionário de avaliação de fluência tecnológica

Sumário

IMPORTÂNCIA DO INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO

Para Elliot, Hildenbrand e Berenger (2012), o questionário contribui para coleta de informações de interesse sobre determinadas variáveis, características, categorias ou dimensões do objeto avaliado, também auxilia o avaliador nas análises quantitativas e qualitativas, uma vez que as informações e conclusões coletadas são mais precisas.

Com o propósito de atender às necessidades do que se deseja mensurar é fundamental que o objetivo do estudo esteja em consonância com as questões avaliativas para a construção adequada do instrumento (ELLIOT; HILDEBRAND; BERENGER, 2012). Desta forma, ao optarem pelo questionário, as autoras puderam investigar, analisar os comportamentos, percepções, sentimentos, conhecimentos, habilidades, dificuldades, experiências dos respondentes, que se constituíram em aspectos relevantes para os resultados e recomendações do estudo avaliativo.

O conceito de avaliação, proposto por Worthen, Sanders e Fitzpatrick (2004), explicita que:

A avaliação é a determinação do valor ou mérito de um objeto de avaliação (seja o que for que estiver sendo avaliado). Uma definição mais extensa diria que avaliação é identificação, esclarecimento e aplicação de critérios defensáveis para determinar o valor ou mérito, a qualidade, a utilidade, a eficácia ou a importância do objeto avaliado em relação a esses critérios. (WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004, p. 39).

Deste modo, é fundamental a coleta de informações para fazer julgamentos fundamentados a partir de uma sólida base de evidências (WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004). Para a construção da base de evidências do estudo avaliativo, decidiu-se pela aplicação de questionários por abranger um maior número de respondentes, possibilitando responder às questões com mais desenvoltura, uma

CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

6 Construção e validação do questionário de avaliação de fluência tecnológica

Sumário

vez que o anonimato dos respondentes foi preservado. Os questionários são adequados por favorecerem o avaliador ao apresentar questões que possibilitam “O conhecimento dos fatos, comportamentos, opiniões, crenças, sentimentos, atitudes, interesses, expectativas, motivações, preferências e situações vivenciadas” (ELLIOT; HILDEBRAND; BERENGER, 2012, p. 27).

Estes elementos foram importantes e enriquecedores para o estudo avaliativo que buscou informações sobre a aptidão para o uso da tecnologia na perspectiva do aluno. O ciclo de comunicação pergunta-resposta, que segundo Foddy (2002 apud ELLIOT; HILDEBRAND; BERENGER, 2012), favorece a codificação e decodificação entre avaliador e respondente, uma vez que trocam informações entre quem faz as perguntas e quem as responde. Enquanto o avaliador codifica a pergunta apoiado no Quadro de categorias, indicadores e padrões, o respondente decodifica a pergunta pela resposta que fornece.

Figura 1: Aspectos relevantes em um Instrumento de Avaliação



Fonte: As autoras (2017) adaptado de ELLIOT; HILDEBRAND; BERENGER (2012).

CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

6 Construção e validação do questionário de avaliação de fluência tecnológica

Sumário

Ao construir um instrumento de avaliação é necessário considerar aspectos relevantes do mesmo: acompanhar as etapas do processo; julgar os itens presentes no instrumento e o contexto em que está inserido; traçar objetivos claros em relação ao tema do estudo; definir as questões avaliativas a partir dos objetivos; medir os objetivos e/ou questões avaliativas propostos no estudo avaliativo; descrever as categorias, indicadores e padrões; coletar, compilar e analisar os dados obtidos; e gerar os resultados do estudo. Estes aspectos fazem parte do processo de construção do instrumento e definem a precisão das informações a serem coletadas, que são sustentadas pelo objetivo de estudo e pelas perguntas que o avaliador quer responder para avaliar este objetivo. Além do mais, a estruturação adequada do instrumento realizada mediante o atendimento desses aspectos, determina o que se quer medir e como fazê-lo. É necessário escolher, também, a abordagem avaliativa adequada à proposta do estudo avaliativo para melhor estruturar o instrumento de avaliação, planejando e organizando os elementos que irão compor o questionário, instrumento que é o foco deste capítulo.

ADOÇÃO DA ABORDAGEM AVALIATIVA NA ELABORAÇÃO DO INSTRUMENTO

A abordagem avaliativa centrada em objetivos foi adotada para a estruturação do questionário por ser simples, de fácil compreensão, produzir informações relevantes para a melhoria do estudo e determinar o grau em que os objetivos foram alcançados. Alguns autores contribuíram para a evolução e o refinamento desta abordagem avaliativa, mas o mérito de conceituar a avaliação centrada em objetivos e divulgá-la na educação é de Ralph Tyler (WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004).

CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

6 Construção e validação do questionário de avaliação de fluência tecnológica

Sumário

Para Tyler (1930 apud WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004), a avaliação é um processo de definição da medida em que os objetivos de um programa são realmente alcançados pelo desenvolvimento de algumas etapas:

1. Estabelecimento, classificação e definição de metas ou objetivos.
2. Busca de situações que possam mostrar o alcance dos objetivos.
3. Criação e seleção de técnicas de mensuração.
4. Coleta de dados relativos ao desempenho.
5. Comparação dos dados coletados com os objetivos propostos.

Comenta ainda que a “avaliação é um processo mediante o qual se determina o grau em que essas mudanças de comportamento estão realmente ocorrendo” (TYLER, 1978, p.99). Consiste em saber selecionar bem os procedimentos avaliativos para “fornecer dados sobre cada um dos tipos de comportamento implicados por cada um dos grandes objetivos educacionais”, afirma Tyler (1978 apud SILVA, 2012b). A argumentação de Tyler para a prática desta abordagem justifica-se pela facilidade de adoção pelos avaliadores, por apresentar as possíveis divergências entre o desempenho avaliado e os objetivos propostos. Desta forma, os resultados podem levar à correção das deficiências e auxiliar na melhoria contínua dos processos.

Para Tyler, portanto, a avaliação é um processo pelo qual o indivíduo compara as expectativas iniciais, sob a forma de objetivos comportamentais, com os resultados. Tal concepção faz certo apelo ao bom-senso e, especialmente, quando reforçada por modelos aproveitados da indústria e da análise de sistemas, parece ser um meio extremamente sensato e prático de avaliar o êxito de um empreendimento. (KLIEBARD, 2011, p.24).

CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

6 Construção e validação do questionário de avaliação de fluência tecnológica

Sumário

O objetivo definido para o estudo avaliativo norteou a elaboração das duas questões avaliativas, a saber: até que ponto os alunos de cursos a distância possuem fluência tecnológica para interagir com o AVA; e até que ponto o desconhecimento das tecnologias digitais afeta o aprendizado dos alunos. Tais questões, por sua vez, fundamentaram a elaboração do Quadro de categorias, indicadores e padrões que orientaram a construção do questionário, de modo que possibilite a coleta de dados com os respondentes, alunos de graduação da educação a distância (EAD), com o objetivo de mensurar a fluência tecnológica deles. Provus (1973 apud WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004, p. 135) acrescenta que o papel do avaliador na concepção dos objetivos é providenciar “uma série completa de especificações que atendam aos critérios com solidez teórica e estrutural”.

ELABORAÇÃO DO QUADRO DE CATEGORIAS, INDICADORES E PADRÕES

Cada categoria está alicerçada a um conjunto de indicadores que exprimem aspectos relacionados à fluência tecnológica que podem ser medidos, qualificados ou analisados por meio dos padrões definidos como: Sim, Às Vezes, Nunca, Nunca, Por não saber. Os indicadores podem ser definidos como “Parâmetros quantificados ou qualitativos que servem para detalhar se os objetivos de uma proposta estão sendo bem conduzidos (avaliação de processo) ou foram alcançados (avaliação de resultados)” (MINAYO, 2009, p.84).

Minayo (2009) destaca que os indicadores são como sinalizadores da realidade que dão sentido de medida e servem de base para os processos de construção da realidade. São utilizados para análises quantitativas e qualitativas para mensurar o alcance dos



CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

6 Construção e validação do questionário de avaliação de fluência tecnológica

Sumário

O Quadro 1 apresenta o conjunto de categorias, indicadores e padrões, dividido em três categorias: Tecnologia, Interação e Autonomia. Cada categoria possui indicadores que a operacionaliza, definidos em termos de capacidades de fluência tecnológica a serem medidas, de modo que possibilite a identificação de evidência da sua presença. Foram definidos os padrões de avaliação para os indicadores propostos.

Quadro 1 - Quadro de categorias, indicadores e padrões

QUANTO À TECNOLOGIA		
Categorias	Indicadores Capacidade de:	Padrões
Tecnologia	Acessar a plataforma. Utilizar os artefatos disponíveis para o aprendizado. Usar a plataforma para se comunicar com o outro.	Sim Às Vezes Nunca, Nunca, Por não saber
Comunicação	Comunicar-se com outras pessoas. Saber ouvir. Questionar. Interpretar mensagens. Dar e receber <i>feedback</i>	
Leitura e escrita	Realizar leituras de textos disponíveis no AVA. Registrar no AVA por escrito, ideias e/ou informações.	
Específicas	Acessar os seguintes artefatos: Correio eletrônico (e-mail, fóruns de discussão, <i>wikis</i> (conjunto de páginas interligadas), <i>hiperlinks</i> (link a partir de um documento que abre outra página, tele aula, páginas da web, <i>chat</i> .	
QUANTO À INTERAÇÃO		
Categorias	Indicadores Capacidade de:	Padrões



CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

6 Construção e validação do questionário de avaliação de fluência tecnológica

Sumário

Aluno-Tecnologia	Usar com frequência o AVA. Usar com frequência os materiais complementares sugeridos pelo AVA. Usar com frequência o material didático variado disponibilizado no AVA. Usar com frequência o AVA para resolver problemas de aprendizagem.	Sim Às Vezes Nunca, Nunca, Por não saber
Aluno-Aluno	Relacionar-se com respeito às ideias apresentadas pelo outro. Relacionar-se com tolerância na aceitação das opiniões do outro. Colaborar com o outro na realização das atividades. Dialogar no compartilhamento de informações. Utilizar estratégias para resolução de problemas em conjunto.	Sim Às Vezes Nunca, Nunca, Por não saber
Aluno-Professor	Estabelecer contato com o professor. Aceitar o <i>Feedback</i> do professor. Solicitar auxílio ao professor. Buscar acompanhamento do professor no processo de aprendizagem.	
Aluno-conteúdo	Transformar o conteúdo aprendido no AVA em conhecimento pessoal. Buscar utilidade e significado do conteúdo apresentado no AVA.	
QUANTO À AUTONOMIA		
Categorias	Indicadores Capacidade de:	Padrões
Auto-aprendizado	Estudar sozinho. Planejar o tempo de estudo. Formular metas de estudo. Selecionar estratégias de estudo. Cumprir metas de estudo. Monitorar o próprio processo de aprendizagem. Criar estratégias para manter a motivação. Identificar os próprios erros. Corrigir os próprios erros.	Sim Às Vezes Nunca, Nunca, Por não saber

Fonte: RAMOS (2016).

Este quadro serviu de base para a elaboração do instrumento de avaliação utilizado no estudo avaliativo. A categoria Tecnologia é composta de quatro indicadores: Habilidades Tecnológicas, que se

CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

6 Construção e validação do questionário de avaliação de fluência tecnológica

Sumário

referem à utilização e exploração da plataforma virtual; Habilidades de Comunicação, que diz respeito ao uso da comunicação com o outro e interpretação de dados; Habilidades de Leitura-escrita, relacionada à realização de leituras e escrita; e Habilidades Específicas que aborda acesso aos artefatos presentes no AVA. Entende-se habilidade como a capacidade para fazer algo ou a aptidão para cumprir uma tarefa específica com um determinado nível de destreza (HABILIDADE, [c2000]).

A segunda categoria refere-se à dimensão Interação, formada por quatro aspectos: Aluno-Tecnologia; Aluno-Aluno; Aluno-Professor e Aluno-Conteúdo. Os indicadores abordam as interações estabelecidas entre esses elementos, que favorecem o aprendizado do aluno.

A terceira categoria refere-se à dimensão Autonomia, representada pelo aspecto de auto aprendizado, importante em situações de aprendizagem a distância. Os indicadores abordam a capacidade do aluno em estudar sozinho, cumprir prazos, planejar estratégias, monitorar o próprio aprendizado, identificar e corrigir erros.

É importante ressaltar que os indicadores são ferramentas de avaliação que não operam por si só, eles indicam o que deve ser observado ou medido, ou seja, as evidências que servirão de base para a avaliação. Sua função é sinalizar os aspectos tangíveis ou facilmente observáveis como: disciplinas, professores, alunos, métodos, etc., e os intangíveis que só podem ser captados por meio de manifestações como: valores, autoestima, conhecimento, etc. (MINAYO, 2009).

CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

6 Construção e validação do questionário de avaliação de fluência tecnológica

Sumário

Neste contexto, as tomadas de decisão em relação à construção do instrumento são importantes para estruturar as partes que o compõem (título, introdução, instruções), já que uma parte deve estar integrada à outra, garantindo a unidade necessária (ELLIOT; HILDENBRAND; BERENGER, 2012). As tomadas de decisão do elaborador em relação à construção do instrumento são apresentadas na Figura 3.

No que concerne ao conteúdo expresso no instrumento, deve-se considerar o que as pessoas conhecem, acreditam, sentem, desejam, sobre o que elas têm feito, seus pontos de vista, em que contexto elas estão inseridas (ELLIOT; HILDENBRAND; BERENGER, 2012).

A construção do questionário aplicado foi realizada a partir do Quadro de categorias, indicadores e padrões com o intuito de responder as questões avaliativas do estudo, considerando as três categorias: Tecnologia, Interação e Autonomia. Os padrões aplicados aos indicadores foram: Sim, Às Vezes, Nunca, Nunca e Por não saber, para que os indicadores fossem mensurados de acordo com estes parâmetros.

Foram elaborados trinta e nove itens, sendo trinta e oito relacionados às perguntas fechadas e um item à pergunta aberta. Martins (2006) ressalta que quanto maior o número de itens, maior confiabilidade será dada ao instrumento. Todos os indicadores contemplaram as questões avaliativas presentes na dissertação. O indicador qualitativo foi adotado para que os respondentes pudessem expressar seus pensamentos, opiniões ou julgamentos em relação ao objeto de estudo.

Assim, a possibilidade de se ter um “amplo espectro de respostas” (Elliot; Hildenbrand; Berenger, p. 36, 2012) auxiliou nas análises das falas a partir do registro dos depoimentos que forneceram valiosos subsídios para a sistematização das respostas.



CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

6 Construção e validação do questionário de avaliação de fluência tecnológica

Sumário

Houve preocupação com a apresentação visual do instrumento como: tamanho da letra, clareza e objetividade nas questões, instrução, aspectos estéticos (cores e *layout* adequados) a fim de atrair a atenção dos respondentes e facilitar a leitura dos itens. As questões foram compatíveis com o nível de conhecimento dos alunos, como também a extensão de perguntas que foram mais curtas e objetivas para que não fossem mal interpretadas (ELLIOT; HILDENBRAND; BERENGER, 2012).

O Quadro 2 apresenta o modelo de questionário disponibilizado *online* para os alunos.

Quadro 2 – Questionário utilizado pela autora no estudo avaliativo

Prezado aluno, Este questionário faz parte do processo de elaboração da dissertação do curso de Mestrado Profissional em Avaliação da Faculdade Cesgranrio e tem como finalidade aferir a fluência tecnológica dos alunos da EAD dos cursos de Pedagogia e Turismo. Solicito que, tomando por base a sua experiência como aluno de EAD, responda as questões a seguir marcando apenas uma opção em cada item da primeira questão e respondendo a segunda.				
Curso: _____ Período: _____ Idade: _____				
MARQUE A OPÇÃO MAIS ADEQUADA À SUA REALIDADE:				
Quanto à TECNOLOGIA, sou capaz de:	Sim	Às vezes	Nunca	Nunca, por não saber
Acessar o ambiente virtual de aprendizagem.				
Utilizar os artefatos presentes no ambiente virtual.				
Usar o AVA para me comunicar com o outro.				
Ouvir o outro quando sou solicitado.				
Questionar o outro quando vejo necessidade.				





CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

6 Construção e validação do questionário de avaliação de fluência tecnológica

Sumário

Interpretar as mensagens que estão disponíveis.				
Dar <i>feedback</i> .				
Receber <i>feedback</i> .				
Realizar leituras disponíveis no AVA.				
Registrar no AVA por escrito ideias e informações				
Utilizar e-mails				
Utilizar <i>wikis</i> (conjunto de páginas interligadas).				
Utilizar <i>hiperlinks</i> (<i>link</i> para abrir outra página).				
Participar de fóruns de discussão.				
Participar de <i>chats</i> .				
Assistir as teleaulas.				
Quanto à INTERAÇÃO ALUNO-TECNOLOGIA, eu:	Sim	Às vezes	Nunca	Nunca, por não saber
Uso o AVA com frequência				
Utilizo os materiais complementares sugeridos pelo AVA				
Utilizo o AVA para resolver problemas de aprendizagem.				
Respeito às ideias apresentadas pelo outro.				
Tenho tolerância para aceitar as opiniões do outro.				
Colaboro com o outro na realização das atividades.				
Compartilho as informações.				
Utilizo estratégias para resolver os problemas em conjunto.				
Quanto à INTERAÇÃO ALUNO-PROFESSOR, eu:	Sim	Às vezes	Nunca	Nunca, por não saber
Tenho contato com o tutor virtual.				
Aceito o <i>feedback</i> do tutor virtual.				





CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

6 Construção e validação do questionário de avaliação de fluência tecnológica

Sumário

Solicito o auxílio do tutor virtual.				
Tenho o auxílio do tutor virtual em todo o processo de aprendizado.				
Quanto à INTERAÇÃO ALUNO-CONTEÚDO, eu:	Sim	Às vezes	Nunca	Nunca, por não saber
Transformo o conteúdo aprendido no AVA em conhecimento pessoal.				
Utilizo o conteúdo aprendido no meu cotidiano pessoal ou profissional.				
Acredito que o conteúdo tem um significado pessoal e profissional.				
Quanto à AUTONOMIA, eu:	Sim	Às vezes	Nunca	Nunca, por não saber
Estudo sozinho.				
Planejo o tempo de estudo.				
Formulo metas de estudo.				
Monitoro o próprio processo de aprendizagem.				
Crio estratégias para manter a motivação.				
Identifico os próprios erros.				
Corrijo os próprios erros.				
Você tem habilidades digitais suficientes para utilizar as tecnologias disponíveis no AVA? Justifique a sua resposta.				

Fonte: RAMOS (2016).

As categorias foram agrupadas segundo os indicadores Tecnologia, Interação e Autonomia o que garantiu a ordenação, coerência e encadeamento dos temas relacionados ao estudo avaliativo. O indicador qualitativo, no caso a pergunta aberta, foi elaborada visando dar voz aos alunos para que fossem expressados seus sentimentos, pensamentos e experiências. Minayo (2009, p.87) define os indicadores qualitativos da seguinte forma:



CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

6 Construção e validação do questionário de avaliação de fluência tecnológica

Sumário

Chamo de indicadores qualitativos propriamente ditos os que expressam a voz, os sentimentos, os pensamentos e as práticas dos diversos atores que compõem o universo de uma pesquisa ou de uma avaliação. Eles evidenciam a adoção ou a rejeição de certas atitudes, valores, estilos de comportamento e de consciência e se fundamentam na necessidade de ressaltar as dimensões das relações vividas intersubjetivamente, entendendo que elas fazem parte de qualquer processo social e o influenciam.

Em um instrumento de avaliação, as perguntas abertas propiciam ao avaliador analisar diversos pontos de vistas e diferentes perspectivas sobre o tema em questão. Dessa forma, as perguntas precisam estar em consonância com a realidade e o contexto dos respondentes para que possam se expressar espontaneamente. Os indicadores qualitativos permitem mapear com mais profundidade a natureza das mudanças ocorridas e em processo (MINAYO, 2009).

Sudman e Braudburn (1982) comparam perguntas abertas e fechadas: enquanto as perguntas abertas favorecem a expressão de ideias e a espontaneidade, as perguntas fechadas não dão esta oportunidade. As perguntas fechadas são mais difíceis de construir, em contrapartida são mais fáceis de analisar. Já as perguntas abertas são mais fáceis de elaborar e mais difíceis na compilação e interpretação das respostas.

Cabe ressaltar que as perguntas abertas aplicadas ao final do questionário têm a finalidade de capturar opiniões que ainda não foram cobertas pelas perguntas fechadas, além de reforçar a essencial percepção dos respondentes (GUNTHER, 2003).

Neste contexto, Gunther (2003) alerta que o respondente, por não admitir que não sabe a resposta, pode responder qualquer coisa. Para tanto, o avaliador precisa ter o cuidado de construir perguntas mais específicas ao invés de perguntas gerais que podem confundir o participante. Sugere inserir primeiro perguntas de conhecimento para depois inserir perguntas relacionadas às



CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

6 Construção e validação do questionário de avaliação de fluência tecnológica

Sumário

VALIDAÇÃO DO INSTRUMENTO

A validação de um instrumento se inicia no instante em que se pensa em construí-lo e permanece durante todo o processo: na elaboração do instrumento, na aplicação, na correção e interpretação dos resultados (RAYMUNDO, 2009). Esta autora considera que validar é mais do que a demonstração do valor do instrumento de medida, vai além disso, implica em analisar todo o processo de investigação de um objeto de estudo e pressupõe a continuidade, uma vez que cada etapa de validação pode ser repetida várias vezes para o mesmo instrumento. Neste sentido, valida-se também a interpretação dos dados contidos no instrumento e cada vez que for aplicado em outros contextos, mesmo que seja na mesma área de estudo, poderá haver mudança na interpretação dos resultados, acrescenta Raymundo (2009).

A validade de um instrumento visa medir aquilo que o instrumento se propõe a medir e pressupõe algumas evidências significativas como: validade de aparência, validade de conteúdo, validade de critério e validade de construto (JUNIOR; MATSUDA, 2012).

Os autores destacam cada tipo de evidência, conforme a Figura 5.



CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

6 Construção e validação do questionário de avaliação de fluência tecnológica

Sumário

a avaliação da fluência tecnológica nos cursos de graduação a distância.

A *validade de construto* refere-se à “demonstração de que o instrumento realmente mede aquilo que propõe a medir” (RAYMUNDO, 2009, p.88), do universo do estudo, a relação do mesmo com as questões avaliativas e com o seu objetivo, ou seja, se os indicadores respondem às questões avaliativas e se está em conformidade com o objetivo do estudo avaliativo. Ressalta-se aqui que a validade de construto não se limita apenas ao conhecimento do conteúdo, mas consiste na análise das capacidades e habilidades dos respondentes presentes no estudo. Neste sentido, o autor sugere que seja consultado um número considerável de especialistas para este tipo de análise, assim evita-se observações subjetivas.

Para Martins (2006) um instrumento apresenta o conceito de validade total quando soma os quatro tipos de validade: *aparência*, *conteúdo*, *critério* e *construto*. Esta base de evidências torna o instrumento avaliativo confiável e com mais chances de ser válido.

Neste contexto, estruturou-se as categorias, indicadores e padrões para a construção do questionário e foi imprescindível o parecer de especialistas externos para a validação do instrumento com o objetivo de aprimorar os indicadores e analisar sua importância no contexto do EAD.

A validade é considerada pelos estudiosos do assunto como um fator crucial na escolha e/ou aplicação de uma medida ou de instrumento de medida. Existe o consenso entre os autores de que a validade é mensurada pela extensão ou grau em que a medida ou dado representa, o conceito que o instrumento se propõe a medir, a capacidade que ela tem para captar ou revelar um dado fenômeno. (VITURI; MATSUDA, 2008, p.430)

A validação do instrumento determina o grau de importância de cada indicador, sua representatividade no contexto que será

CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

6 Construção e validação do questionário de avaliação de fluência tecnológica

Sumário

realizada a avaliação, ou seja, a dimensão de cada indicador dentro do que se propõe a medir. Também contribui para o refinamento do instrumento, para verificar a clareza e a pertinência das categorias e seus respectivos indicadores.

Os especialistas que validaram o instrumento de avaliação foram selecionados conforme formação e experiência na área de EAD. A decisão sobre quais profissionais escolher para validação teve como base os atributos do instrumento avaliativo, considerando sua adequação ao contexto dos especialistas, além da sua formação, qualificação e disponibilidade para realizar a validação.

Deste modo, o instrumento foi validado por quatro especialistas: uma Mestre em Educação com atuação na coordenação do curso de Pedagogia a distância; uma Doutoranda em Educação e tutora de um curso superior a distância e duas Doutoradas em Educação, especialistas em EAD. Alguns atributos foram relevantes para a seleção dos especialistas: o conhecimento, a experiência e a prática especializada na área de graduação a distância.

O contato com os especialistas foi realizado por meio:

1. De uma Carta convite, apresentando as intenções do estudo avaliativo;
2. Do envio do Quadro de categorias, indicadores e padrões (Quadro 1);
3. Do envio do Questionário (Quadro 2);
4. Das instruções encaminhadas para validação do instrumento realizada mediante o preenchimento de um Quadro para registros das análises e observações (Quadro 3).

Alexandre e Coluci (2011) sugerem que o comitê de especialistas seja adequadamente selecionado e instruído para a



CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

6 Construção e validação do questionário de avaliação de fluência tecnológica

Sumário

quadro de categorias, indicadores e padrão, o julgamento dos itens para serem analisados e respondidos conforme as opções sim ou não com a justificativa para ser dada a cada resposta. Dessa forma, foi possível recolher depoimentos úteis relacionados ao contexto do estudo avaliativo. “Validar um instrumento em seu conteúdo significa obter uma amostra de itens relevantes para os distintos domínios que o componham” (ALMEIDA; SPÍNDOLA; LANCMAN, 2009, p.51).

Assim, os autores ressaltam a importância da escolha de diferentes experiências ao selecionar os especialistas da área para que possam validar o instrumento com “propriedade, clareza e abrangência dos itens” (ALMEIDA; SPÍNDOLA; LANCMAN, 2009, p.51). Logo, ao instrumento avaliativo apresentar medidas válidas e confiáveis oferece um grau de confiança mais elevado e seguro (MARTINS, 2006). Condição necessária para validação do instrumento.





CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

6 Construção e validação do questionário de avaliação de fluência tecnológica

Sumário

Quadro 3: Registro para Validação do Instrumento.

INSTRUÇÕES PARA VALIDAÇÃO DO INSTRUMENTO		
Nome do Especialista: _____ Instituição: _____		
Após a leitura e análise do objetivo do estudo, das questões avaliativas, do Quadro de categorias, indicadores e padrões e do questionário, marque a sua opinião sobre os itens analisados:		
Itens Analisados	Marque e justifique a sua resposta	
Objetivo do estudo	Avaliar os alunos, dos cursos de graduação em Pedagogia e Turismo, na modalidade a distância de uma Universidade pública e particular, em relação à fluência tecnológica quanto ao uso das interfaces presentes no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).	Considera o objetivo do estudo adequado? () Sim () Não Justifique. _____
Questões avaliativas	- Até que ponto os alunos de cursos a distância possuem fluência tecnológica para interagir com o AVA? - Até que ponto o desconhecimento das tecnologias digitais afeta o aprendizado do aluno?	As questões avaliativas estão adequadas ao objetivo do estudo? () Sim () Não Justifique. _____
Quadro de categorias, indicadores e padrões	Quadro 1	As categorias, indicadores e padrões estão adequados ao estudo avaliativo? () Sim () Não Justifique. _____





CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

6 Construção e validação do questionário de avaliação de fluência tecnológica

Sumário

Questionário	Quadro 2	Os itens do questionário são adequados ao Quadro de categorias, indicadores e padrões de julgamento? () Sim () Não Justifique. Os itens do questionário estão redigidos de maneira clara? () Sim () Não Justifique. Você sugere alguma alteração na redação do questionário? () Sim () Não Justifique. Você sugere alguma alteração na formatação do questionário? Quais? () Sim () Não Justifique.
--------------	----------	---

Fonte: RAMOS (2016).

A validação do conjunto final dos itens do instrumento, foi realizada pelos especialistas com ampla experiência na área de EAD e tiveram como responsabilidade analisar aspectos como: objetivo do estudo, questões avaliativas, quadro de categorias, indicadores e padrões e o próprio questionário. A vivência e o conhecimento do grupo de especialistas foram cruciais para o registro





CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

6 Construção e validação do questionário de avaliação de fluência tecnológica

Sumário

das observações com o propósito de contribuir para a melhoria do instrumento de avaliação. Esses registros são apresentados pela autora no Quadro 4.

Quadro 4 – Validação do instrumento de avaliação

Aspectos Avaliados	Observações dos Especialistas
Objetivo do Estudo: Avaliar os alunos dos cursos de graduação em Pedagogia e Turismo na modalidade a distância de uma Universidade pública e particular em relação à fluência tecnológica quanto ao uso das interfaces presentes no AVA.	O objetivo do estudo foi considerado adequado. Uma das coordenadoras destaca as dificuldades encontradas nos alunos ao chegarem à universidade na aula inaugural para realizar o teste de proficiência, acreditando que serão isentos da disciplina de informática básica, mas quando se deparam com a plataforma, verificam que estão diante de um universo totalmente desconhecido.
Questões Avaliativas: Até que ponto os alunos de cursos a distância possuem fluência tecnológica para interagir com o AVA? Até que ponto o desconhecimento das tecnologias digitais afeta o aprendizado do aluno?	As questões avaliativas foram consideradas adequadas ao objetivo do estudo. Acrescentam que a maioria dos alunos que optam pela modalidade EAD não possui fluência tecnológica para interagir com o AVA. Com isso, alguns desistem, outros buscam ajuda de um profissional da área para situá-los na nova realidade. Este fato contribui para que o aprendizado não seja o esperado. Muitos não abrem mão dos livros impressos nos primeiros semestres devido à dificuldade com os artefatos presentes no AVA.
Quadro de categorias, indicadores e padrões	Foi considerado que o Quadro de categorias, indicadores e padrões distribuiu com excelência as categorias, indicadores e padrões ao estudo avaliativo.

Fonte: RAMOS (2016).

Alguns especialistas apresentaram comentários significativos em relação ao objeto de estudo e as revelações contribuíram com o estudo avaliativo. Após a validação do instrumento realizada pelos especialistas, foi feita uma análise dos depoimentos para aproveitamento das sugestões sobre o universo dos alunos em uma instituição pública, as quais foram todas aceitas.



CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

6 Construção e validação do questionário de avaliação de fluência tecnológica

Sumário

As análises realizadas pelos especialistas geraram uma alteração no primeiro indicador “Habilidades Tecnológicas” do Quadro de categorias, indicadores e padrões, modificando a escrita da primeira coluna. Os depoimentos da coordenadora do curso foram importantes em relação às dificuldades dos alunos e a falta de fluência tecnológica. O instrumento foi considerado aprovado por não haver maiores sugestões de reformulações. Para Elliot, Hildenbrand e Berenger (2012, p. 60), a qualidade do instrumento está relacionada à fidedignidade e a validade das medidas. Um instrumento fidedigno denota consistência em seu conteúdo e precisão nos indicadores.

APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO

Após a autorização das coordenações das instituições pública e particular e da validação do instrumento, foram enviados os questionários para os *e-mails* dos alunos, de todos os períodos dos cursos de Pedagogia e de Turismo, para que o respondessem *online*, por meio do aplicativo *Survey monkey*. Importante enfatizar a garantia do anonimato, como também “O uso dos dados apenas para publicações de cunho científico, a possibilidade de desistência da participação, e em que consiste o estudo” (ELLIOT; HILDENBRAND; BERENGER, 2012, p.57).

Após o consentimento dos respondentes em participarem do estudo avaliativo, a aplicação do questionário foi realizada por meio da administração direta, ou seja, o próprio participante respondeu ao questionário por *e-mail*, tendo provavelmente um índice de respostas maior do que se fosse aplicado pela administração indireta, em que o avaliador ou pesquisador preenche o instrumento de avaliação de acordo com as respostas dos participantes (ELLIOT; HILDENBRAND; BERENGER, 2012).



CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

6 Construção e validação do questionário de avaliação de fluência tecnológica

Sumário

as necessidades dos respondentes (GUNTHER, 2003). Com isso, as chances de retorno de respostas em branco tornam-se menores.

COLETA E ANÁLISE DE DADOS

É cada vez mais usual a coleta de dados realizada pelo meio cibernético, devido à facilidade de acesso dos respondentes ao instrumento e a rapidez de compilação das informações (COOPER; SCHINDLER, 2016).

Para facilitar o acesso dos respondentes ao questionário, optou-se pelo questionário *on-line* utilizando a plataforma *SurveyMonkey*⁵, que simplificou a coleta das informações e auxiliou o processo quantitativo e qualitativo de análise dos dados.

Este método é útil e apresenta vantagens, conforme destaca Aaker (2004): os questionários *on-line* podem ser enviados várias vezes com maior velocidade; o recebimento das mensagens é imediato; o preenchimento do questionário é realizado conforme a disponibilidade dos respondentes; os questionários são enviados de uma só vez para todos os respondentes.

Outro ponto favorável, é a possibilidade de editar o modelo e alterá-lo conforme a necessidade do autor. Os *e-mails* foram enviados aos respondentes de duas instituições de graduação a distância, uma pública e outra particular. As orientações para a realização da coleta de dados *on-line* foram feitas no contato direto com as coordenadoras das respectivas instituições com o intuito de esclarecer o estudo avaliativo e os métodos utilizados.

5. *SurveyMonkey* é uma plataforma mundial líder em questionários. Aprovado por mais de 25 milhões de usuários, reúne os recursos mais eficientes em uma experiência móvel completa e totalmente otimizada.



CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

6 Construção e validação do questionário de avaliação de fluência tecnológica

Sumário

Antes da coleta das informações, Cooper e Schindler (2016, p.31) ressaltam que é importante obter o consentimento informado dos participantes, com a intenção de divulgar as informações relacionadas ao estudo avaliativo, como: importância e objetivo do estudo, instituição que o avaliador representa, instruções claras sobre o preenchimento e o prazo de entrega do questionário *on-line*, as orientações quanto ao uso do programa virtual utilizado pelo avaliador e o período de coleta.

Os passos para o consentimento informado são sugeridos por Cooper e Schindler (2016) na Figura 8.

Figura 8: Passos para o consentimento informado.

1. Faça a apresentação pessoal, formação e instituição que representa.
2. Descreva sobre o tema que está sendo investigado.
3. Apresente os motivos para realização da investigação.
4. Descreva a área que está sendo investigada e suas razões.
5. Descreva os objetivos do estudo.
6. Dê uma estimativa sobre o tempo necessário para realizar a coleta de dados.
7. Reforce o anonimato e confidencialidade.
8. Deixe claro que a participação é voluntária.
9. Diga que é importante responder todas as questões.
10. Peça permissão para começar e estipule a data inicial.

Fonte: As autoras (2017) adaptado de COOPER; SCHINDLER (2016).

CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

6 Construção e validação do questionário de avaliação de fluência tecnológica

Sumário

Cooper e Schindler (2016, p.35) afirmam que o uso do computador é uma ótima ferramenta para “buscar fontes abundantes de dados”, mas é preciso obter o consentimento verbal dos participantes, com a finalidade de informar e esclarecer os procedimentos necessários para realizar o levantamento dos dados.

Para estes autores, os dados refletem sua veracidade pela proximidade aos fenômenos, divididos em dados secundários e primários. Os dados secundários têm pelo menos um nível de interpretação inserido entre a ocorrência e seu registro, já os primários estão mais próximos à verdade e possuem maior controle sobre os erros.

A partir dessas informações, o avaliador precisa ser cauteloso quanto aos procedimentos de coleta de dados e na apuração dos resultados, para assegurar a consistência das respostas dos respondentes e suas possíveis omissões. Por isso, a relevância da edição de dados, que “reduz erros no registro, melhora a legibilidade e esclarece respostas confusas ou inadequadas” (COOPER; SCHINDLER, 2016, p.88).

Neste contexto, a análise de dados precisa ser viável e apresentar um tamanho gerenciável, desenvolvendo resumos, com o propósito de destacar os pontos essenciais das informações transmitidas pelos respondentes, como ressaltam Cooper e Schindler (2016).

A experiência da autora na coleta de dados foi inesperada, devido ao período maior do que o planejado. No curso de Turismo, a expectativa de respostas imediatas era grande pela numerosa quantidade de alunos, porém foi minimizada devido ao número menor de retorno, alguns alunos tiveram dificuldades em preencher o questionário *on-line*, outros eram alunos evadidos. No curso de Pedagogia houve uma longa espera para autorização da coleta de dados, além

CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

6 Construção e validação do questionário de avaliação de fluência tecnológica

Sumário

do atraso dos respondentes na devolução do questionário; por isso houve necessidade de aumentar o número de respondentes em outro polo da mesma instituição.

Estas dificuldades estavam relacionadas ao período de prova em que os alunos se encontravam. Imprevistos podem acontecer durante o processo de coleta de dados. Por isso, é fundamental que o avaliador esteja preparado para lidar com essas situações e tenha um plano para incentivar os participantes a responder o instrumento avaliativo. As ações de incentivo ao preenchimento do questionário são apresentadas na Figura 7.

Os dados coletados foram analisados a partir do Quadro de categorias, indicadores e padrões com o intuito de responder as questões avaliativas do estudo avaliativo, considerando as três categorias: Tecnologia, Interação e Autonomia. Os padrões aplicados aos indicadores foram: Sim, Às Vezes, Nunca, Nunca, Por não saber, para que os dados fossem mensurados de acordo com estes parâmetros.

Foram apresentadas tabelas por Categorias, com os Indicadores discriminados e Padrões quantificados, com o propósito de realizar análises por curso e comparações, entre os cursos de Turismo e Pedagogia. Em relação à pergunta aberta, as análises das falas foram realizadas a partir do registro dos depoimentos dos alunos que forneceram subsídios significativos para a coletânea de respostas.

As análises quantitativas e qualitativas do estudo avaliativo realizado pela autora foram feitas com base nos questionários respondidos. A geração de gráficos e as respostas abertas foram fundamentais para a interpretação e análise de dados.

Para Minayo (2012, p.623) “é preciso saber que a experiência e a vivência de uma pessoa ocorrem no âmbito da história coletiva

CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

6 Construção e validação do questionário de avaliação de fluência tecnológica

Sumário

e são contextualizadas e envolvidas pela cultura do grupo em que ela se insere.”

Em uma análise qualitativa é preciso compreender e interpretar o universo dos respondentes, sua subjetividade, seu mundo. Assim, Minayo (2012) salienta que a interpretação se fundamenta na compreensão e construção de possibilidades projetadas pelo que é compreendido.

A pergunta aberta apresentou um número considerável de respostas, apesar de alguns alunos não a terem respondido. As respostas apresentaram considerações importantes a respeito das experiências, habilidades, dificuldades e questionamentos dos alunos. Os depoimentos foram transcritos resumidamente com o intuito de aproveitar todas as declarações e fornecer resultados essenciais e relevantes para o estudo avaliativo.

As análises quantitativas e qualitativas possibilitaram responder as questões avaliativas do estudo e gerou um quadro de recomendações referentes às categorias Tecnologia, Interação e Autonomia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo apresentou um roteiro e conceitos significativos para a construção e aplicação de um questionário e suas variáveis. Foram destacadas sua importância, os elementos fundamentais que o compõem: objetivos, questões avaliativas, categorias, indicadores e padrões, coleta de dados, acompanhamento, julgamento e medição. A abordagem avaliativa centrada em objetivos orientou as etapas de construção e aplicação do instrumento e a construção de categorias, indicadores e padrões que serviram de base para o desenvolvimento do instrumento. Foram apresentados procedi-

CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

6 Construção e validação do questionário de avaliação de fluência tecnológica

Sumário

mentos para validação do mesmo, considerando sua aparência, conteúdo, critério e construto; o cuidado na escolha dos especialistas conforme a área de interesse, para que o instrumento fosse validado e considerado confiável. A responsabilidade do avaliador em relação às tomadas de decisão ao elaborar o questionário adequado ao objetivo e às questões avaliativas do estudo também foram destaque neste trabalho. O tema em questão abordou o cuidado com a coleta e análise das informações quantitativas e qualitativas, bem como as recomendações quanto à aplicação do instrumento e o compromisso com os respondentes. Também foram apresentados modelos que poderão ser utilizados por outros avaliadores na construção e aplicação de um IA adaptado a qualquer objeto de estudo. Conclui-se que a construção adequada de um instrumento de avaliação perpassa várias etapas, é composto por variáveis significativas, é balizada pela proposta do que o avaliador pretende medir, pelas categorias definidas e seus respectivos indicadores e, principalmente, passa pelo crivo dos especialistas para validação do instrumento para que seja válido e confiável.

REFERÊNCIAS

- AAKER, D.; KUMAR, V.; DAY, G. S. *Pesquisa de Marketing*. São Paulo: Atlas, 2004.
- ALEXANDRE, Neusa Maria Costa; COLUCI, Marina Zambon Orpinelli. *Validade de conteúdo nos processos de construção e adaptação de instrumentos de medidas*. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v16n7/06.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2017.
- ALMEIDA, Maria Helena Morgani; SPÍNOLA, Aracy Witt de Pinho; LANCMAN, Selma. Técnica Delphi: validação de um instrumento para uso do terapeuta ocupacional em gerontologia. *Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo*, v. 20, n. 1, p. 49-58, jan./abr. 2009.
- COOPER, Donald R.; SCHINDLER, Pamela S. *Método de pesquisa em administração*. AMGH Editora: 2016.

CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

6 Construção e validação do questionário de avaliação de fluência tecnológica

Sumário

ELLIOT, Ligia Gomes; HILDENBRAND, Lucí, BERENGER, Mercêdes Moreira. Questionário. In: ELLIOT, Ligia Gomes (Org.). *Instrumento de Avaliação e Pesquisa: caminhos para construção e validação*. Rio de Janeiro: Wak, 2012.

GHUNTER, Harmut. *Como elaborar um questionário?* Disponível em: <https://ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/lapsam/Texto_11_-_Como_elaborar_um_questionario.pdf. 2003>. Acesso em: 27 ago. 2017.

HABILIDADE. In: *Priberam Dicionário*. São Paulo, [c2000]. Disponível em: <<https://www.priberam.pt/dlpo/habilidade>>. Acesso em: nov. 2016.

JUNIOR, José Aparecido Belluci; MATSUDA, Laura Misue. *Construção e validação de instrumento para avaliação do acolhimento com Classificação de Risco*. 2012. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/2670/267025266006/>>. Acesso em: 22 ago. 2017.

KLIEBARD, Hebert M. Os princípios de Tyler. *Currículo sem Fronteiras*. [S.l.], v. 11, n. 2, p. 23-35, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol11iss2articles/kliebard-tyler.pdf>>. Acesso em: 9 out. 2016.

MARTINS GA. Sobre Confiabilidade e validade. *RevBrasGesNeg* 2006;8(20):1-12.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Construção de Indicadores Qualitativos para Avaliação de Mudanças*. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbem/v33s1/a09v33s1.pdf>>. Acesso em: 20 ago.2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade*. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v17n3/v17n3a07.pdf>.2012>. Acesso em: 23 ago. 2017.

RAMOS, Margareth Braz. *Avaliação da fluência tecnológica de alunos de cursos de graduação a distância*. 95 f. 2016. Dissertação (Mestrado Profissional em Avaliação)- Fundação Cesgranrio, Rio de Janeiro, 2016.

RAYMUNDO, Valéria Pinheiro. *Construção e validação de instrumentos: um desafio para a psicolinguística*. 2009. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/viewFile/5768/4188>>. Acesso em: 25 ago. 2017.

SILVA, Janssen Felipe da. Avaliação educacional: fundamentos teóricos e relação com a política educacional. In: *SEMINÁRIO REGIONAL DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO DO NORDESTE*, 7., 2012, Pernambuco; ENCONTRO ESTADUAL DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO

CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

6 Construção e validação do questionário de avaliação de fluência tecnológica

Sumário

DA EDUCAÇÃO, 2012, Pernambuco; SIMPÓSIO GESTÃO DA EDUCAÇÃO, CURRÍCULO E INOVAÇÃO PEDAGÓGICA, 2., 2012b. Pernambuco. Trabalhos completos... Pernambuco: UFPE, 2012. Disponível em: <<http://www.anpae.org.br/seminario/ANPAE2012/Textos/JanssenFelipe.pdf>>. Acesso em: 9 out. 2016. Tyler (1978 apud JANSSEN, 2012)

SOUTO, Paulo Ganem; AVENA, Armando; DEUS, Pedro Barbosa; S.J., Pe. Clodoveo Plaza. *Monitoramento e avaliação em programas e projetos governamentais*. 2006. Disponível em: <http://www.pea.ufba.br/eventos/gestores/biblioteca/docs/SEPLAN_Sistematica_monitoramento.pdf>. Acesso em: 26 ago. de 2017.

SUDMAN, S.; BRADBURN, N. M. *Asking questions*. San Francisco: Jossey-Bass. 1982.

TYLER, Ralph W. *Princípios básicos de currículo e ensino*. 5 ed. Porto Alegre: Globo, 1978.

VITURI, Dagmar Willamowius; MATSUDA, Laura Misue. *Validação de conteúdo de indicadores de qualidade para avaliação do cuidado de enfermagem*. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v43n2/a24v43n2.pdf>>. Acesso em: 22 ago. 2017.

WORTHEN, Blaine R.; SANDERS, James L.; FITZPATRICK, Jody R. *Avaliação de programas: concepções e práticas*. São Paulo: Ed. Gente, 2004.



7

Comentários à validação dos instrumentos apresentados

Lúcia Regina Goulart Vilarinho

DOI: 10.31560/pimentacultural/2018.983.222-229

CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

7 Comentários à validação dos instrumentos apresentados

Sumário

Neste fechamento do livro, temos por objetivo tecer comentários à validação dos processos de revisão e construção dos instrumentos apresentados nos estudos anteriores.

Cabe, no entanto, esclarecer que os estudos escolhidos para fazerem parte deste livro se incluem no contexto do Curso de Mestrado Profissional em Avaliação da Fundação Cesgranrio, e apresentam uma proposta de validação que estava de acordo com seu objetivo de estudo e com a teoria avaliativa.

São estudos cujas dissertações foram recentemente defendidas (2015 e 2016) e que seus autores se dispuseram a contribuir com o texto, seguindo as normas explicitadas pelo Programa para compor o livro.

São cinco os estudos em consideração, aqui denominados por letras, de acordo com a ordem da apresentação: A - designa o primeiro estudo (OLIVEIRA e NASCIMENTO, 2015), e B - o segundo (AGUIAR e SANTOS, 2015); ambos realizados no contexto da área da saúde; C - o terceiro (ELLIOT e SILVA, 2015), concretizado na área social; D - o quarto (VILARINHO e OLIVEIRA, 2016); e E - o quinto (SILVA e RAMOS, 2016), conduzidos na área da educação.

Todos os estudos se voltam para solucionar um problema prático, em uma situação real. Assim, pode-se dizer que a *motivação* para o estudo nasceu de algo vinculado ao trabalho de cada um desses autores, de um problema que os preocupava e demandava uma solução.

O estudo A realizou a revisão de um instrumento de avaliação, usado desde o ano 2000 por equipe de enfermagem, para monitorar o acompanhamento de pacientes que tinham passado por transplante de medula óssea. Este instrumento ainda não tinha sofrido uma avaliação. O estudo B também apresentou a revisão de um instrumento, utilizado desde o ano 2009, para

CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

7 Comentários à validação dos instrumentos apresentados

Sumário

monitorar os procedimentos e as ações na prevenção e segurança do paciente. O estudo *C* se voltou para a elaboração e validação de um instrumento de avaliação de projetos sociais em Educação, vinculado ao Programa Petrobras Socioambiental, a ser utilizado nas visitas técnicas dos gestores dessa empresa aos projetos patrocinados. Os estudos *D* e *E* também realizaram a construção e validação de um instrumento voltado para a avaliação: de abordagens sobre a África, o negro e os afro-descentes, em livros escolares do ensino fundamental (estudo *D*); e da aptidão para o uso da tecnologia na perspectiva do aluno. Portanto, dois estudos foram elaborados visando a *revisão de instrumento e sua validação* e os outros três se voltaram para a *construção de um instrumento novo e sua validação*.

Uma das preocupações desses estudos foi elaborar o Quadro de Critérios para julgamento dos instrumentos, levantando as categorias avaliativas e os indicadores que sustentariam as perguntas a serem registradas no instrumento. No caso do estudo *A*, a revisão da literatura se constituiu no subsídio básico. Assim, foram encontradas seis categorias (atualidade, precisão, suficiência, ordenação, clareza e disposição) e, a partir delas, foram elaboradas as questões do instrumento. No estudo *B*, o Quadro de Critérios também se derivou de uma revisão bibliográfica, que buscou acrescentar novos itens ao instrumento, agrupando-os por categorias, e foi feita uma nova redação de modo que torne as questões mais claras e precisas. Tal atualização buscou atender às características técnicas gerais que dizem respeito à redação dos itens e às características específicas. O estudo *C* também se baseou em uma revisão de literatura selecionada, que tratava especificamente de temas como: responsabilidade social, projetos de investimento social e avaliação de projetos sociais. O estudo *D* tomou como referência a legislação educacional para elaborar o instrumento de avaliação. Já no estudo *E* levou-se em consideração o balizamento técnico abordado por

CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

7 Comentários à validação dos instrumentos apresentados

Sumário

especialistas da área, bem como pesquisas científicas realizadas no âmbito da fluência tecnológica sob a perspectiva do Ensino Superior a distância.

Portanto, *quatro estudos tomaram como suporte a revisão da literatura (A, B, C e E) e um baseou-se na legislação (D) para desse material extrair suas categorias avaliativas.*

Uma vez construído o *Quadro de Critérios*, os autores revisaram / construíram o instrumento de avaliação, submetendo-o, em seguida, a um pequeno grupo de especialistas que avaliou a congruência entre o conteúdo das questões e o que estava registrado no Quadro de Critérios. Logo após esta fase, verificou-se a validação em termos de conteúdo e da construção técnica, por um grupo maior de especialistas.

No estudo A, que visou a revisão do instrumento usado com pacientes transplantados de medula óssea, foram escolhidos 14 especialistas com formação diferente (seis enfermeiros; três médicos; três profissionais de avaliação e dois de comunicação-design gráfico). Para os enfermeiros e médicos foi dada uma escala do tipo Likert, com cinco pontos para marcação; eles tinham de avaliar globalmente o instrumento em termos de adequação e suficiência. Já os comunicadores/avaliadores julgaram, também de forma global, por meio de questão aberta, a ordenação dos itens, a clareza redacional e a disposição gráfico-visual do instrumento.

O estudo B, que também revisou um instrumento de avaliação, utilizou 13 especialistas vinculados a 12 hospitais, a saber: sete enfermeiros, dois farmacêuticos, dois administradores e dois técnicos.

Já o estudo C realizou a validação com oito especialistas em gestão de projetos sociais da instituição onde era aplicado o instrumento e três especialistas em gestão de projetos sociais de

CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

7 Comentários à validação dos instrumentos apresentados

Sumário

organizações do Terceiro Setor, o que totalizou 11 especialistas, todos com pelo menos cinco anos de experiência profissional relacionada à temática.

No estudo *D*, foram convidados 11 especialistas, professores de diferentes escolas do ensino médio, localizadas no município do Rio de Janeiro.

E no estudo *E* o instrumento foi validado por quatro especialistas: uma Mestre em Educação com atuação na coordenação do curso de Pedagogia a distância; uma Doutoranda em Educação e tutora de um curso superior a distância e duas Doutoradas em Educação, especialistas em EAD.

Assim, *todos os estudos procederam a duas etapas na validação: uma básica, com menos avaliadores e outra usando um número maior de avaliadores*. Cabe também assinalar que o número mínimo de especialistas utilizado para avaliar o instrumento foi quatro. Nos outros instrumentos foram usados 14, 13, 11 e 11 especialistas. Quatro estudos utilizaram a *abordagem avaliativa baseada nos especialistas* e o estudo *E* usou a *abordagem baseada em objetivos*.

Feita essas considerações cabe, então, recorrer à literatura específica para analisar os processos de validação utilizados pelos autores. Toma-se por base o texto de Martins (2005) no qual ele apresenta uma narrativa sobre a confiabilidade e validade dos instrumentos de coleta de dados.

O primeiro dado que nos oferece é o seguinte: *para elaborar um instrumento de medida, a primeira coisa que se tem a fazer é definir o que deve ser medido e como vai ser medido*. Todos os cinco autores definiram seu objetivo e questões de estudo. O artigo *A* indicou que faria a revisão de uma ficha usada com pacientes transplantados de medula óssea. O artigo *B* assinalou que teria

CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

7 Comentários à validação dos instrumentos apresentados

Sumário

como objetivo a revisão de um instrumento (ficha de avaliação), utilizado nas atividades de controle e prevenção de riscos de erros e de eventos adversos em ambiente e cuidado seguro em hospitais. O artigo C se voltou para a elaboração e validação de um instrumento de avaliação de projetos sociais da linha de atuação em educação do Programa Petrobras Socioambiental, a ser utilizado nas visitas técnicas dos gestores da Petrobras aos projetos patrocinados. O artigo D definiu que faria a construção de um instrumento que fosse capaz de avaliar os parâmetros que dão base à história dos negros e afrodescendentes, inseridas em livros didáticos do Ensino Fundamental. E, por fim, o artigo E teve como objetivo avaliar a fluência tecnológica de alunos no Ensino Superior (cursando Pedagogia e Turismo). Portanto, todos os artigos possuíam um objetivo bem claro a ser medido.

O segundo dado que nos lembra Martins (2005) é que, após definir-se o que deve ser medido, é preciso indicar como vai ser medido. Esta parte tem de estar contida nos passos metodológicos do estudo. Ela engloba a abordagem avaliativa utilizada, os participantes que darão as informações necessárias, as etapas do estudo e, fundamentalmente, os critérios que vão servir de base para a avaliação do avaliador. Todos os artigos, a exceção do quinto (*estudo E*) usaram a abordagem baseada em especialistas e tinham seus participantes previamente definidos (os especialistas). Todos os autores levantaram seus critérios, retirando-os da revisão da literatura ou da legislação e, também, tinham bem nítido qual seria o instrumento que os levaria à coleta de informações (ao como vai ser medido): quatro deles usaram uma lista de verificação (*checklist*) e o último (*estudo E*), utilizou um questionário.

Portanto, em relação ao que deve e como vai ser medido todos os artigos atenderam ao que preconiza Martins (2005).

CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

7 Comentários à validação dos instrumentos apresentados

Sumário

Este autor afirma que dois critérios são fundamentais em um bom instrumento de medida: a confiabilidade (fidedignidade, precisão ou consistência) e a validade. E diz, também, que nem todo instrumento que apresenta confiabilidade é válido; mas, ao contrário, todo instrumento válido é confiável. Daí a importância da validade e, foi por este motivo que os autores se preocuparam em validar seus instrumentos.

Assim, os autores do estudo fizeram a *validade aparente*, com um grupo menor de especialistas, os quais responderam à seguinte questão: o instrumento de medida parece ser válido ou não? Neste caso, o processo de validação foi feito a partir da definição teórica da variável que está sendo medida. Tratou-se de um processo subjetivo, feito por uma pessoa ou pequeno grupo de juízes. Eles avaliaram a qualidade técnica do material e apesar de parecer um processo sem muita importância, deveria ser feito em todo objeto sujeito à medida.

Em seguida, ao submeterem o seu objeto a um grupo maior de especialistas, fizeram a *validade de conteúdo*, para ter a certeza de que o conteúdo do instrumento estava de acordo com o Quadro de Critérios, ou seja, o conteúdo cobria as categorias e indicadores contidos no Quadro.

Não foram realizadas duas validades: a *validade de critério(s)* e a *validade de constructo*, pois não cabiam nos objetivos desses estudos. Como se viu nos artigos analisados, foi privilegiada a validade de conteúdo dos instrumentos, que dá a resposta mais importante para um estudo da natureza dos apresentados: *o instrumento mede realmente o que se propôs a medir?*

Pode-se, então, afirmar que os estudos realizaram suas validações atendendo ao que é recomendado na literatura acerca desse processo. Espera-se, dessa forma, que o presente conjunto de



CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

7 Comentários à validação dos instrumentos apresentados

Sumário

estudos comentados, que se utilizaram do processo de elaboração/ revisão e subsequente validação de instrumentos, possa servir de referência a estudiosos e praticantes da avaliação em situações semelhantes.



CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

Índice Remissivo

Sumário

ÍNDICE REMISSIVO

- A
- abordagem avaliativa 70, 119, 186, 189, 218, 226, 227
 - afrobrasileiros 179
 - afro-descentes 168, 224
 - AIDS 61
 - Aluno-Aluno 194, 195
 - Aluno-Conteúdo 195
 - Aluno-Professor 194, 195
 - alunos 19, 157, 158, 165, 166, 167, 168, 178, 181, 186, 191, 195, 198, 200, 209, 211, 212, 216, 217, 218, 220, 227
 - Aluno-Tecnologia 194, 195
 - ANVISA 61, 63, 70, 77, 83, 84, 89, 92, 95, 102, 103, 106, 132, 144
 - aplicação da terapêutica 31
 - aprendizagens horizontais 129
 - Autonomia 193, 195, 197, 200, 217, 218
 - avaliação 7, 8, 9, 11, 24, 25, 27, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 49, 50, 59, 65, 67, 68, 71, 73, 74, 75, 95, 98, 103, 104, 105, 108, 110, 112, 114, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 128, 131, 135, 137, 138, 139, 142, 145, 146, 147, 149, 150, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 162, 165, 166, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 178, 181, 184, 186, 187, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 201, 204, 205, 206, 207, 211, 212, 219, 220, 221, 223, 224, 225, 227, 229
 - avaliador 65, 68, 71, 96, 98, 127, 128, 129, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 170, 171, 181, 187, 188, 189, 191, 201, 212, 214, 215, 216, 217, 219, 227
- C
- câncer de mama 61
 - categorias 24, 68, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 81, 91, 94, 95, 96, 98, 99, 119, 121, 123, 125, 126, 128, 181, 186, 187, 188, 189, 191, 193, 197, 200, 205, 206, 208, 209, 210, 211, 212, 217, 218, 219, 224, 225, 228
 - células-tronco hematopoiéticas 31
 - Cesgranrio 8, 59, 73, 106, 124, 150, 152, 172, 184, 198, 220, 223
 - checklist 120, 170, 171, 172, 173, 174, 176, 178, 182, 227
 - confiabilidade 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 22, 23, 24, 27, 28, 29, 80, 105, 197, 226, 228
 - conhecimento 7, 9, 17, 18, 35, 58, 70, 71, 74, 129, 135, 160, 182, 186, 188, 194, 195, 198, 200, 201, 205, 206, 210
 - construção do corpus da pesquisa 13, 27
 - construcionismo 21
 - Consulta de Enfermagem Pós TMO 32, 46
 - conteúdos pedagógicos 9
 - Controle de Infecção Hospitalar 76, 82, 83, 96
 - credibilidade 8, 14, 17, 18, 72
 - critérios de confiabilidade 20, 22
 - cultura 26, 81, 104, 108, 158, 159, 163, 164, 166, 167, 170, 173, 176, 177, 178, 180, 218
 - cultura afro-brasileira e indígena 159
- D
- disciplina-ferramenta 7
 - disciplinas 7, 136, 195

CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

Índice
Remissivo

Sumário

- E
EAD 191, 198, 205, 206, 210, 211, 226
Educação 63, 114, 117, 126, 127, 146, 154, 156, 157, 159, 160, 163, 164, 166, 182, 183, 184, 206, 224, 226
empreendimento 25, 190
enfermeiro 31, 32, 79, 87, 88, 89, 95
equipe de home care 66
escola 136, 156, 158, 167, 168, 169, 174, 178, 184
especialistas de qualidade 73, 74, 75, 76, 88, 93
estado psicológico 31
estudos qualitativos 28
- F
feedback 14, 27, 193, 199
Fiscalização 105, 129, 130, 151
- G
Gerenciamento de Resíduos 76, 84, 85, 96
gestão de risco 84
gestor 116, 118, 128, 129, 130, 132, 134, 141, 145, 147, 148
- H
Habilidades Tecnológicas 194, 212
haploide 37, 47
História 22, 44, 155, 156, 157, 158, 159, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 168, 169, 171, 172, 173, 175, 176, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184
- I
identidade 161, 162, 164, 168, 171, 176, 177, 179
Inclusão 41, 47, 48, 49, 114
indicadores 25, 95, 119, 121, 123, 124, 125, 126, 128, 137, 138, 147, 159, 165, 170, 171, 174, 175, 181, 186, 188, 189, 191, 192, 193, 194, 195, 197, 200, 201, 205, 206, 208, 209, 210, 211, 212, 217, 218, 219, 221, 224, 228
indicador qualitativo 197, 200
instrumento 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 24, 25, 27, 32, 33, 34, 35, 37, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 49, 50, 62, 65, 66, 67, 68, 70, 71, 73, 74, 75, 76, 81, 83, 84, 86, 88, 89, 93, 94, 95, 96, 108, 117, 118, 119, 120, 121, 123, 124, 125, 126, 127, 152, 153, 155, 156, 159, 162, 164, 166, 167, 169, 170, 171, 172, 173, 175, 176, 178, 181, 182, 186, 187, 189, 194, 196, 197, 198, 201, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 210, 211, 212, 213, 214, 217, 218, 219, 220, 223, 224, 225, 226, 227, 228
instrumento de medida 14, 15, 16, 24, 203, 204, 205, 226, 228
instrumento para validação 73, 74, 75
investigadores 17
- L
LDBEN 156, 157, 158, 160, 167, 176, 181
Lei de Diretrizes e Bases 156, 157, 182
Likert 35, 225
Lista de Verificação 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 74, 75, 76, 81, 89, 90, 92, 95, 96, 98, 99, 123, 124, 126, 127, 128, 130, 150
livros didáticos 154, 155, 156, 165, 166, 172, 176, 181, 184, 227
- M
medicação 37, 61, 89
Medicamentos 76, 79, 87, 90, 94, 97, 99, 104, 106

CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

Índice Remissivo

Sumário

- Medicamentos de Alta Vigilância 87
medicamentos termolábeis 90
memórias 176, 177
mensuração 11, 25, 119, 190
Mestrado Profissional em Avaliação 8, 59, 73, 106, 150, 152, 172, 184, 198, 220
metodologia 8, 16, 17, 21, 66, 117, 122, 129, 135, 138, 139, 147, 148
métodos 11, 12, 13, 16, 17, 18, 19, 22, 27, 138, 147, 195, 214
métodos qualitativos 11, 12, 13, 16
Ministério da Saúde 58, 63, 64, 77, 89, 103, 106
motilidade 42, 44
multiprofissional 32, 88
- N
negros 114, 155, 156, 157, 159, 161, 163, 167, 168, 172, 176, 178, 179, 180, 181, 227
NR32 97
- O
OMS 62, 65, 88, 102, 106
ONU 109, 112, 113
ordem democrática 159, 167, 170, 176
Organização Mundial de Saúde 62
- P
pacientes 8, 31, 32, 45, 46, 47, 49, 59, 61, 64, 86, 93, 105, 223, 225, 226
paradigma positivista 21
PCN 156, 157, 160, 161, 162, 163, 168, 176, 181
Pedagogia 182, 183, 186, 198, 206, 209, 211, 212, 216, 217, 226, 227
pesquisa qualitativa 11, 12, 18, 20, 21, 22, 23, 26, 27, 28
Petrobras 108, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 126, 127, 129, 130, 132, 134, 141, 145, 147, 148, 150, 151, 152, 224, 227
PNLD 154, 156, 157, 165, 166, 168, 172, 176, 181, 183
políticas de ação 178
políticas públicas 112, 115, 122, 123, 126, 136, 137, 146
pós-estruturalismo 21
pós-modernismo 21
pós-transplantados 45, 49
pré-testagem 50
prevenção de acidentes 62
procedimentos metodológicos 70, 119
professor 154, 156, 166, 174, 175, 180, 181, 194
professores 124, 136, 155, 156, 166, 172, 173, 174, 175, 178, 182, 183, 195, 226
profissionais de saúde 34, 35, 40, 45, 71
projetos patrocinados 112, 117, 118, 224, 227
projetos sociais 9, 108, 110, 112, 115, 116, 117, 118, 120, 121, 123, 125, 126, 127, 128, 150, 152, 224, 225, 227
- Q
questões ambientais 108
- R
reflexividade 13, 19, 27, 29
registro de evidências 131
- S
saúde física 31
segurança do paciente 62, 63, 64, 65, 66, 70, 88, 91, 95, 98, 102, 106, 224
Segurança do Trabalhador 76, 92, 94, 97
Sistema Nacional de Vigilância Sanitária 61, 103
Socioambiental 108, 113, 114, 117, 126, 127, 130, 150, 151, 152, 224, 227
stakeholders 115

CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

Índice
Remissivo

Sumário

substância controladas 97
Substâncias Controladas 87
SurveyMonkey 214
Sustentabilidade 121, 122, 123, 130, 140,
141, 148, 149

T
teorias 17, 27
Terceiro Setor 111, 117, 126, 226
transdisciplinar 7
transferibilidade 17, 18
transplante 31, 32, 47, 50, 58, 59, 223
triangulação 13, 16, 17, 18, 19, 23, 27, 28
Turismo 186, 198, 209, 211, 212, 216,
217, 227

V
validação 7, 8, 9, 11, 14, 15, 26, 35, 58,
60, 66, 70, 71, 72, 73, 74, 75,
76, 81, 89, 93, 96, 106, 107, 108,
117, 119, 124, 125, 126, 150,
152, 166, 170, 172, 186, 203,
205, 206, 207, 208, 210, 211,
212, 219, 220, 223, 224, 225,
226, 227, 228, 229
validade aparente 12, 15, 26, 204, 228
validade de constructo 16, 228
validade de construto 25, 203, 205
validade de critério 16, 25, 203, 204, 228
validade instrumental 12, 26
validade teórica 13, 26
validar 27, 70, 117, 156, 203, 208, 228
vigilância 65, 69, 73, 76, 77, 79, 87, 94,
97, 99
violência 180



CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

Sobre os autores
e as autoras

Sumário

UERJ (1997). Tem experiência na área de Saúde Coletiva, com ênfase em Epidemiologia, atuando principalmente nos seguintes temas: diabetes mellitus, carga global de doença e monitoramento/avaliação em saúde. Atualmente é professora do Mestrado Profissional em Avaliação do Programa de Pós-Graduação da Fundação CESGRANRIO e do Curso Superior de Tecnologia em Gestão da Avaliação da Faculdade CESGRANRIO.

Glauco da Silva Aguiar

Doutor em Educação pela PUC-Rio (2008) e Mestre em Educação pela PUC-Rio (2001). Possui graduação em Licenciatura Plena em Matemática pela UERJ (1991). Atualmente é professor do Programa de Pós-Graduação, Mestrado Profissional em Avaliação, e Coordenador do Curso Superior de Tecnologia em Gestão da Avaliação da Faculdade CESGRANRIO. Desenvolve trabalhos e pesquisas na área de Educação, Educação Matemática e Estatística, com ênfase em Avaliação, Avaliação de Sistemas e Programas Educacionais, Análise e Interpretação de Dados, Currículo de Matemática e Desigualdades Educacionais.

Ligia Gomes Elliot

Ph D em Educação/Avaliação (1980) e Mestre em Estudos Latino Americanos (1979) pela Universidade da Califórnia, Los Angeles (UCLA). Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1976), onde realizou pesquisas de Pós-Doutorado (1981-1983; 1983-1985). Graduação em Ciências Sociais na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1969). Pesquisadora e avaliadora da Fundação Cesgranrio a partir de 1997. Coordenadora do Programa de Mestrado Profissional em Avaliação da Faculdade Cesgranrio, docente, pesquisadora e avaliadora desde 2007. Atua principalmente nos seguintes temas: Avaliação, Avaliação de Sistemas, Programas e Instituições, Metodologias e Abordagens Avaliativas.



CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

Sobre os autores
e as autoras

Sumário

Lígia Silva Leite

Doutorado em Educação, Temple University (1990). Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1982). Pós-Doutorado em Tecnologia Educacional, Universidade de Pittsburgh (1994). Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1974). Atualmente é professora adjunto do Departamento de Estudos Aplicados ao Ensino, da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), do Mestrado Profissional em Avaliação, da Faculdade Cesgranrio. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação a Distância e Tecnologia Educacional, atuando principalmente nos seguintes temas: educação a distância, tecnologia educacional, ensino-aprendizagem, formação de professores, construção de conhecimento e avaliação.

Lúcia Regina Goulart Vilarinho

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1987), Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1976) e Graduada em Pedagogia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1964). Professora Adjunta da Faculdade de Educação da UFRJ de 1972 a 1994, atuando no Departamento de Didática e como Coordenadora do Curso de Pedagogia. Diretora Adjunta de Graduação entre 1990 e 1993. Professora Adjunta da Universidade Estácio de Sá no Programa de Pós-Graduação em Educação no período 2000-fev/2014. Professora Adjunta do curso de Mestrado Profissional em Avaliação da Faculdade Cesgranrio, a partir de julho/2014. Publicou 32 artigos em periódicos, 14 capítulos de livros e 55 trabalhos completos em anais de eventos. Orientou 55 dissertações de Mestrado e 4 de Doutorado. Participou de 120 Bancas de Conclusão de trabalho em Mestrado ou Doutorado. Desde 2002, já coordenou 5 projetos de pesquisa e atualmente participa da coordenação de 1 projeto na área de Avaliação. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação e Tecnologias de Informação e Comunicação, Cibercultura, Educação a Distância



CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

Sobre os autores
e as autoras

Sumário

e Educação online, atuando principalmente nos seguintes temas: educação e tecnologias de informação e comunicação, educação a distância, educação online, cibercultura, formação de professores, ensino-aprendizagem e didática.

Luciane Pires da Silva

Mestre em Avaliação pela Fundação Cesgranrio, Especialização em Educação Ambiental pela Unilasalle (2006) e MBE em Responsabilidade Social e Terceiro Setor pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Bacharel em Comunicação Social - Relações Públicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2004). Atualmente, é profissional de comunicação social da Petrobras - Petróleo Brasileiro SA, atuando na área de Responsabilidade Social Corporativa. Possui experiência em diagnóstico socioambiental, relacionamento comunitário, gestão, monitoramento e avaliação de programas e projetos sociais e ambientais.

Margareth Braz Ramos

Mestre em Avaliação pela Fundação Cesgranrio, Pós-graduada em Psicopedagogia pela UFRJ e Graduada em Pedagogia pela UERJ. Docente no Curso de Gestão de Processos de Avaliação da Faculdade Cesgranrio. Docente nos cursos MBA de Gestão de Pessoas, nos cursos de graduação em Administração, Gestão de Recursos Humanos, Cursos de Jornalismo e Publicidade na Universidade Anhanguera. Docente nos cursos técnicos de Administração e Recursos Humanos do SENAC Rio. Docente nos cursos do Projeto Jovem Aprendiz do SENAC Niterói. Autora de artigos sobre Meta-Avaliação; Metodologia Ativa no Ambiente Virtual de Aprendizagem, A relação Tecnologia-Professor-Aluno no contexto das Universidades a Distância. Artigos em jornal sobre empreendedorismo. Tutora no curso de Pedagogia (Universidade Anhanguera) e do programa Educamais de Ensino a Distância na área de Logística (SENAI). Elaboração de material didático para Ensino a Distância,



CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

da teoria à exemplificação prática

Sobre os autores
e as autoras

Sumário

desenvolvimento de material de treinamento técnico/operacional para o SEST/SENAT. Atuou na área de Treinamento e desenvolvimento da White Martins como Especialista de RH. Consultora no SEBRAE para pequenas e médias empresas com atuação na área financeira e de marketing. Consultora e Instrutora do SESC Niterói, Hospital de Clínicas de Niterói.

Renata Melo Nascimento

Possui Mestrado em Avaliação pela Fundação Cesgranrio (2015) e graduação em Enfermagem pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (2002). Atualmente é enfermeira clínica do Instituto Nacional de Câncer. Tem experiência na área de Enfermagem, com ênfase em enfermagem oncológica, atuando principalmente nos seguintes temas: transplante de medula óssea, mieloma múltiplo, atendimento sistema único de saúde e exame físico.



CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

